

**ANAIIS DO V CONGRESSO
NACIONAL DE
CIÊNCIAS DOMÉSTICAS**

17 A 21 DE SETEMBRO DE 1979
PELOTAS – RS

- * Associação Brasileira de Economistas Domésticos
- * Faculdade de Ciências Domésticas – UFPel

Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas – IICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS



Projeto PRUD/FAD/BRA/721628
Sistema Nacional de Informação e
Documentação Agrícola

ANAIS DO V CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS

17 a 21 de setembro de 1979
Pelotas — RS

“Por um Projeto Nacional
para a Promoção Integral da Família e
da Comunidade”

E80
11CA0301174



ERRATA

- Na pág. 4, na 5ª linha, onde se lê "Associação Brasileira de Economistas Domésticas", leia-se "Associação Brasileira de Economistas Domésticos".
- Na pág. 5, na 4ª linha, onde se lê Economistas Domésticas, leia-se Economistas Domésticos.
- Na pág. 16, na leitura de cartas e telegramas, onde se lê Sr. Arnaldo Prietto, Ministro do Trabalho, leia-se Sr. Arnaldo Prietto, Diretor da Carteira de Projetos Habitacionais.
- Na pág. 45, incluir no tema Dimensão Sócio-Econômica do Trabalho da Mulher, abaixo da titulação do autor Prof. Vasco Fortuna, "Apresentação: Helga Heck, Profª. Assistente da FCD - UFPel".
- Na pág. 59, incluir titulação de Livre Docente após Prof. José Costa Prões.
- Na pág. 62, no trabalho "Substituição do Feijão Preto por Feijão Soja", corrigir autores:
Taeko Kanno (*)
Eliete Souza (*)
Elisa Clélia Minioni (**)
Élio Zonta (**)

(*) na elaboração do trabalho, quartanistas em Ciências Domésticas;
(**) professores da UFPel.
- Na pág. 64, abaixo da Sessão Técnica sobre "Educação e Bem-Estar" incluir o Título do Trabalho "Ante-projeto de Educação Familiar pró-infância de Guatuba", cujas autoras são: Eliza Maria Maia Gomes e Tânia Araújo, MS; professoras da Universidade Federal do Ceará.

This One



7EJ6-X8U-KZTL

Pronunciamento da Profª. Heleieth Saffioti, Socióloga da Universidade Estadual Paulista, que deverá ser inserido no Painel de Interrogação, pág. 44, no 7º parágrafo, anterior a palavra do Prof. Mário Marques.

Nos regimes de colonato e parceria a mulher, além das crianças, tem um papel produtivo fundamental na agricultura. No seio da economia familiar é possível aos elementos femininos, não apenas desincumbir-se dos trabalhos domésticos, mas também cuidar de animais e mesmo colaborar nas fainas agrícolas. Já está provado que o padrão de vida das famílias em economia familiar é bastante superior ao padrão de vida dos assalariados.

No processo de proletarianização do homem do campo há enormes diferenças para as duas categorias de sexo. Enquanto o homem sofre todo o processo de proletarianização em sua integridade, muitas mulheres se perdem, para o mundo do trabalho produtivo, ao longo deste processo. Ocorre que simultaneamente a família passa de extensa para nuclear e os filhos passam a ser um empecilho para o trabalho extra-lar da mulher. Nesta transição, portanto, em que o homem se assalaria, a mulher ou tem seu trabalho individualizado, como ocorre com o homem, ou passa a ser meramente dona de casa. O padrão de vida desta família sofre um empobrecimento na medida em que ela passa a viver com apenas um salário.

O processo de proletarianização no campo tem conseqüências mais terríveis para a mulher que para o homem. A lei que rege este tipo de trabalhador é altamente misógina. A mulher casada, ainda que possa trabalhar 50 anos no campo, jamais terá direito à aposentadoria. Apenas a mulher solteira ou viúva pode desfrutar desta vantagem. No que tange ao assalariamento de mulheres, a lei é burlada com grande freqüência e facilidade. Raramente o patrão assina carteira de trabalho de mulher. Desta sorte, a mulher não tem 13º salário, nem férias, enfim, nenhuma das vantagens do trabalhador legal. Há que lembrar, ainda, que para o legislador brasileiro o trabalhador rural - homem ou mulher - é um trabalhador de segunda categoria, na medida em que se aposenta com apenas meio salário mínimo, enquanto até empregadas domésticas têm um salário integral.

Os numerosos problemas que afetam o homem do campo e, em especial, a mulher, estão ligados a uma terrível concentração da propriedade da terra - apenas 1% da população detém a metade das propriedades - e a uma estrutura de poder que não faz senão marginalizar quantidades crescentes das camadas populares das decisões que as afetam.

Há que se lutar pela uniformização da legislação que rege o trabalho assalariado de tal modo que as regras sejam as mesmas para os trabalhadores dos campos e das cidades, para homens e para mulheres. Há que lutar também por uma saudável divisão do trabalho doméstico. Não é justo que a mulher deva desenvolver uma dupla jornada de trabalho - na casa e fora do lar - enquanto o homem trabalha apenas fora. Os filhos necessitam tanto da mãe quanto do pai. Se o pai não estiver presente na educação do filho este terá uma imagem distorcida da figura masculina e perpetuará o erro de deixar os filhos a cargo apenas da mãe.

A situação da mulher no mundo é dramática e não melhorou depois de decorridos cinco anos da década da mulher. As mulheres representam um terço da força de trabalho mundial, executam dois terços das horas trabalhadas, apropriam-se de aproximadamente 10% da renda mundial e detém tão-somente 1,0% da propriedade! Para se alterar profundamente esta situação é preciso que as classes trabalhadoras se organizem e, juntos, lutem homens e mulheres.

Sumário

Congressos Nacionais de Ciências Domésticas	4
V Congresso Nacional de Ciências Domésticas.	5
Presidente de Honra e Comissões.	6
Convidados Especiais.	9
Programa.	10
Sessão de Abertura	11
La Contribución de las Ciencias Domésticas a la Promoción Integral de la Familia	17
Eleição na ABED.	30
Conferência sobre Programa da Mulher Rural no IICA	31
Painel Simples	32
Apresentação de Experiências Profissionais.	39
Painel de Interrogação.	43
Dimensão Sócio-econômica do Trabalho da Mulher	45
Sessão Técnica sobre Alimentação.	59
Sessão Técnica sobre “Trabalho, Emprego e Participação da Mulher”	62
Extensión Agrícola y los Programas de Desarrollo Rural Integrado	66
Planificación en Extensión Agrícola	73
Conclusões e Recomendações	79
Lista de Participantes	80
Colaboradores do V Congresso Nacional de Ciências Domésticas	92

Congressos Nacionais de Ciências Domésticas

Os congressos nacionais de Ciências Domésticas se reúnem bianualmente. O de 1977 teve como sede a Universidade Federal de Viçosa, quando da comemoração dos 25 anos de existência do Curso de Ciências Domésticas naquela instituição de ensino superior. Em outubro de 1978, mediante acordos entre a Presidente da Associação Brasileira de Economistas Domésticas, Esmeralda Tomaz Afonso, a Diretora da Faculdade de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Pelotas, Élide Minioni, e a Presidente da Associação Brasileira de Economistas Domésticos - Seção Sul, sediada em Pelotas, RS, Armeli da Silva Dourado, decidiu-se pela realização do V Congresso Nacional de Ciências Domésticas em Pelotas, Rio Grande do Sul em 1979.

**V Congresso
Nacional de Ciências Domésticas
Faculdade de Ciências Domésticas
Pelotas, RS**

Realizado no período de 17 a 21 de setembro de 1979, o V Congresso Nacional de Ciências Domésticas teve como tema central “Por um Projeto Nacional para a Promoção Integral da Família e da Comunidade” e foi promovido pela Associação Brasileira de Economistas Domésticas – Seção Sul e pela Faculdade de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Pelotas.

PRESIDENTE DE HONRA

Dr. Ibsen Wetzel Stephan

Reitor da UFPel

COMISSÃO DE HONRA

Dr. Eduardo Portella

Ministro da Educação e Cultura

Dr. Jair de Oliveira Soares

Ministro da Previdência Social

Dr. Murilo Macedo

Ministro do Trabalho

Dr. Augusto Trein

Secretário do Trabalho e Ação Social do Estado do
Rio Grande do Sul

Dr. José Emilio Gonçalves Araujo

Diretor Geral do IICA-OEA

Professora Élide Minioni

Diretora da Faculdade de Ciências Domésticas/UFPel

Professora Esmeralda Tomaz Afonso

Presidente da ABED

O V Congresso Nacional de Ciências Domésticas foi orientado pelas seguintes Comissões:

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente – Leila Hadler
Secretária – Hebe Bergoglio Poetsch
Tesoureira – Ana Lúcia dos Santos Schild
Membros – Claudete Botelho Coelho
– Maria Nancy C. Gonçalo

COMISSÃO CIENTÍFICA

Coordenadora – Elisa Clélia Minioni
Membros – Maria Elizabeth Irigon Gervini
– Rosa de Oliveira Treptow
– Denise Cavalheiro Leite
– Maria Cristina Magnani
– Vilma Ávila Vianna

COMISSÃO SOCIAL

Coordenadora – Leda Maria Gago Carpena
Membros – Gisele Costa da Silveira
– Lúcia Machado Pereira
– Beatriz Treptow
– Maria Isabel Cunha da Silva
– Maria Elizabeth Póvoa

COMISSÃO DE RECEPÇÃO

Coordenadora – Maria da Graça L. Haack
– Lúcia Machado Pereira
– Denise Cavalheiro Leite

COMISSÃO DE HOSPEDAGEM

Coordenadora – Claudete Botelho Coelho
– Elaine Garcia dos Santos

COMISSÃO DE SECRETARIA

Coordenadora – Hebe Bergoglio Poetsch
– Dulce Rodrigues da Silva

COMISSÃO DE TRASLADO

Coordenadora – Jussara Ney Xavier
– Maria Marlene Lücke
– Amélia dos Santos Peixoto
– Rosa Maria Giusti Radtke

SERVIÇOS AUXILIARES

Coordenadora – Lígia Osório Coelho
– Lana Mara Bender de Souza Soares
– Ruth Muschitz Brod

MATERIAL MULTIMEIOS

Coordenadora – Bernadete Martino van der Laan
– Maria da Graça Alcântara Brod

SOCORROS DE URGÊNCIA

Coordenadora – Tânia Barcellos Chaves
– Gisa de Moraes Soares

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coordenador – Clayton Rocha
– Regina Maria Balzano de Mattos
– Helga Maria Heck

DIRETORIA DA ABED

Presidente – Esmeralda Tomaz Afonso
Vice-Presidente – Maria das Dores C. Ferreira
1ª Secretária – Maria de Lourdes Ferreira Garcia
2ª Secretária – Nilza Maria Pinto Fontes
Tesoureira – Maria Tereza Quintão Carneiro

DIRETORIA DA ABED/SUL

Presidente – Armeli da Silva Dourado
Vice-Presidente – Elisa Clélia Minioni
1ª Secretária – Rosa de Oliveira Treptow
2ª Secretária – Hebe Bergoglio Poetsch
Tesoureira – Vilma Ávila Vianna

Convidados Especiais

Participaram do V Congresso Nacional de Ciências Domésticas 450 profissionais de Economia Doméstica e outros de áreas afins, além de convidados especiais, dentre os quais se destacaram os seguintes: Dra. Eleonora Cebotarev, economista doméstica e socióloga da Universidade de Guelph, Canadá; Dra. Maria Orlanda Carneiro de Gade e Dra. Nanci Rosa Nogueira Duarte, da Associação Portuguesa de Educação para Economia Familiar, Braga, Portugal; Dra. Jan Hurwitch, Comité Institucional da la Mujer Rural, do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), OEA, Costa Rica; Dr. Ignacio Ansorena, técnico do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, Costa Rica, representando o Diretor Geral dessa Instituição; Dr. Jair Soares, Ministro da Previdência e Assistência Social; Senadora Eunice Mafalda Michiles, Congresso Nacional, Brasília; Dr. Carlos Alberto Chiarelli, Deputado Federal pelo Estado do Rio Grande do Sul; Dra. Heleieth Saffioti, socióloga da Universidade Estadual Paulista; Dr. Juan Diaz Bordenave, técnico do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), OEA, Brasil; Dra. Iara Maria Della Senta, representando o Professor Fernando Rocha, Secretário do Ensino Superior, Ministério da Educação e Cultura.

Programa **DIA 17/9**

- Manhã — Inscrição e entrega do material
— Composição das Comissões Técnicas
- À noite — Coquetel de abertura no Jockey Clube de Pelotas

DIA 18/9

- Manhã — Abertura solene com a conferência proferida pelo Dr. Jair Soares, Ministro da Previdência e Assistência Social, sobre o tema: "Tem o Brasil uma política nacional de promoção integral da família e da comunidade?"
- Mensagem aos economistas domésticos e demais assistentes, do Deputado Federal Carlos Alberto Chiarelli sobre a "Importância do trabalho que os economistas domésticos estão desenvolvendo no Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social, na Fundação Sul-rio-grandense de Assistência".
- Tarde — Sessão técnica com apresentação de trabalhos sobre o tema específico Alimentação.
- Conferência proferida pela técnica do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, Jan Hurwitch, sobre o tema "O programa da mulher rural no IICA (Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas)".

Dia 19/9

- Manhã — Conferência proferida pelo Dr. Ignacio Ansorena, do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, sobre o tema "Extensão agrícola e projeto de desenvolvimento rural integrado e relações com programas de Economia Doméstica".
- Sessão técnica com apresentação de trabalhos sobre o tema Educação e Bem-Estar
- Tarde — Painel de interrogação sobre o tema "Problemas sentidos pelas comunidades rurais".
- Coordenador: Dr. José Gomes da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)
- Painelistas: Mesa A — Líderes rurais da Região Sul
- Mesa B — Especialistas em Desenvolvimento Rural
- Socióloga Heleieth Saffioti, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara.
- Professor Mário Osório Marques, FIDENE — Ijuí
- Economista doméstica Walmyr Lopes Laranjeira, EMATER — Rondônia.
- Economista doméstica Tânia Araújo, Universidade Federal do Ceará.
- Conferência proferida pela Dra. Eleonora Cebotarev, economista doméstica e socióloga da Universidade de Guelph, Canadá, sobre o tema "A contribuição das Ciências Domésticas para a promoção integral da família".
- Noite — Reunião da Associação Brasileira de Economistas Domésticos (ABED), eleição da nova Diretoria.

DIA 20/9

- Manhã — Abertura dos trabalhos deste período pelo Magnífico Reitor da UFPEL, Professor Ibsen Wetzel Stephan.
- Painel simples, sobre o tema "Medidas legislativas e institucionais necessárias para a promoção integral da família e da comunidade".
- Coordenador: Dr. José Santochene Felice, Porto Alegre.
- Painelistas: Senadora Eunice Mafalda Michiles, Congresso Nacional, Brasília.
- Dr. Adail Moraes, Diretor da Legião Brasileira de Assistência, Porto Alegre, RS.
- Dr. Ernesto Costella, Diretor do Instituto de Orientação às Cooperativas, RS — INOCOOPS/RS
- Deputada Estadual Dercy Furtado, Câmara dos Deputados/RS.
- Dr. Jorge Alberto Furtado, ex-Secretário Geral do Ministério do Trabalho.
- Tarde — Plenário e apresentação de experiências profissionais de interesse geral.
- Sessão técnica com apresentação de trabalho sobre o tema "Trabalho, emprego e participação da mulher"
- Noite — Jantar de encerramento oferecido pela Agapê S/A Indústria da Alimentação.

DIA 21/9

- Manhã — Conclusões e recomendações.
- Plenário da aprovação das conclusões e recomendações.
- Encerramento.
- Tarde — Roteiro turístico para a Serra Gaúcha e Punta del Este, Uruguai



Autoridades militares, Dr. Ary Lange, Vice-Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Thomaz Vieira, Agente do INAMPS, Pelotas; Prof. Orlando Rego Magalhães, Coordenador do Curso de Engenharia Agrícola, UFPEL; Prof. Platão Louzada Alves da Fonseca, Diretor da Escola Técnica Federal de Pelotas, são algumas das autoridades presentes à solenidade de abertura.

Sessão de Abertura



Mensagem do Dr. Carlos Alberto Chiarelli, Deputado Federal, na Sessão de Abertura.



Prof^a. Leila Hadler, Presidente do Congresso, pronuncia sua mensagem na Sessão de Abertura

Durante a Sessão de Abertura, vê-se da esquerda para direita, o Dr. Harry Graeff, Presidente do INAMPS; Dr. Ibsen Wetzel Stephan, Magnífico Reitor da UFPEL; Prof^a. Leila Hadler, Presidente da Comissão Organizadora do Congresso; Dr. Jair Soares, Ministro da Previdência e Assistência Social; Dr. Irajá Andara Rodrigues, Prefeito de Pelotas; Dr. Assis Anhaia de Souza, Presidente do IAPAS; Dr. Carlos Alberto Chiarelli, Deputado Federal, representando a Câmara Federal.



SESSÃO DE ABERTURA



Dr. José da Costa Sacco, Diretor da UEPAE de Pelotas; Dr. Carlos Alberto Brod, Presidente do Sindicato da Indústria do Arroz de Pelotas, algumas das autoridades presentes à Sessão de Abertura.



Dr. Damásio Duval Rodrigues – Diretor do Horto Florestal de Pelotas, Jader Marques Dias – Líder do PDS na Câmara de Vereadores, Dr. Roberto Penteadó – Diretor do Centro das Indústrias de Pelotas, Dr. Affonso Dêntice da Silva – Diretor do Clube dos Diretores Lojistas de Pelotas, Comandante Abílio da Silveira Moraes Neto – Delegado da Capitania dos Portos – Pelotas



Prof^a Maria Leda Vernetti dos Santos – Diretora do Conservatório de Música de Pelotas, Dr.^a Eleonora Cebotarev – Economista Doméstica e Socióloga da Universidade de Guelph – Canadá, Dr.^a Jan Hurwitch – Técnica do IICA – Costa Rica

Às 11 horas do dia 18 de setembro de 1979, no Clube Caixerai, a presidente do conclave, Professora LEILA HADLER, declarou abertos os trabalhos do V CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS, assim se expressando:

PROFESSORA LEILA HADLER

Excelentíssimo Sr. Dr. Jair de Oliveira Soares, Ministro da Previdência e Assistência Social; Excelentíssimo Sr. Dr. Carlos Alberto Chiarelli, Deputado Federal; Excelentíssimo Sr. Dr. Ibsen Wetzel Stephan, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pelotas; Excelentíssimo Sr. Dr. Irajá Andara Rodrigues, Prefeito de Pelotas; Excelentíssimo Sr. Dr. Hari Graeff, Presidente do INAMPS; Excelentíssimo Sr. Dr. Assis Anhaia de Souza, Presidente do IAPAS.

Em nome da Comissão Organizadora deste V Congresso Nacional de Ciências Domésticas tenho a honra de dar as boas vindas aos congressistas e desejá-lhes uma feliz estada entre nós. Com grande satisfação nos encontramos aqui reunidos, economistas domésticos e outros profissionais, além de orientadores da política social do Governo, para discutir os nossos problemas e juntos tomarmos consciência do nosso papel cada vez mais atuante e eficiente no processo de melhoria da qualidade de vida da família brasileira. Agradecemos a especial deferência de sua Excelência o Senhor Ministro da Previdência Social, Dr. Jair Soares, que se encontra entre nós, honrando-nos com sua presença, sua participação efetiva na abertura oficial deste Congresso e sua mensagem de apoio aos economistas domésticos, expressando aquilo que o Governo espera em termos de participação deste profissional para a construção de um Brasil melhor, um Brasil cada dia maior.

Queremos agradecer de público à Universidade Federal de Pelotas todo o apoio prestado ao Congresso, especialmente ao Magnífico Reitor, Professor Ibsen Wetzel Stephan, Presidente de Honra deste Congresso, e igualmente expressar o nosso especial agradecimento à indústria e ao comércio prestadores de serviços em Pelotas que prontamente atenderam à nossa

solicitação e deram sua contribuição, possibilitando a plena realização deste evento.

Finalmente, formulamos nosso convite para que trabalhem por uma Economia Doméstica melhor e mais digna.

PROFESSORA LEILA HADLER

Convido o Deputado Federal, Dr. Carlos Alberto Chiarelli, a transmitir sua mensagem.

DEPUTADO DR. CARLOS ALBERTO CHIARELLI

Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Jair de Oliveira Soares; Ilmo. Sr. Prefeito Municipal de Pelotas; Exma. Professora Presidente deste Congresso; Magnífico Reitor da nossa Universidade Federal de Pelotas; Sr. Presidente do IAPAS, prezado amigo Dr. Assis Anhaia de Souza; Dr. Hari Graeff, prezado Presidente do INAMPS; meu prezado Dr. Carlos Jacob, ex-Secretário-Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social; Srs. Prefeitos, Autoridades, Sr. Professores, prezados profissionais economistas domésticos.

Senhor Ministro, nessa oportunidade de aqui comparecer representando a Câmara Federal sinto-me muito à vontade para tratar com aqueles e aquelas que hoje se congregam na nossa cidade de Pelotas para debater e equacionar os problemas da promoção social e da valorização da pessoa humana, metas básicas do contexto familiar e preocupação fundamental da nossa sociedade, particularmente no "hoje" com vistas ao "amanhã".

Queremos trazer o nosso testemunho, em primeiro lugar como ex-Secretário de Estado do Rio Grande do Sul, do apoio, do estímulo, da presença valiosa que teve o economista doméstico em todo o trabalho que buscamos realizar no campo comunitário. Esta nossa palavra se dirige muito em particular à nossa Universidade Federal, à nossa Faculdade de Ciências Domésticas, que foram indiscutivelmente os celeiros de onde pudemos retirar elementos de insuperável valia ao trabalho que se procurou realizar por todo este Rio Grande, através da promoção comunitária, do respeito e da dignifi-

cação da pessoa. Por isso, a título pessoal, o agradecimento hoje pelo muito que esta profissão e estes profissionais fizeram em favor da causa riograndense.

Em segundo lugar, apresentamos o nosso testemunho de apreço, estima e afeto a todas as senhoras e a todos os senhores que se congregam em Pelotas, que certamente aqui poderão debater os problemas pertinentes à sua profissão. Na medida em que a eles e para eles encontrarem respostas adequadas e soluções à altura estarão certamente contribuindo também para a solução de grandes e expressivos problemas brasileiros.

Finalmente, Sr. Ministro, ao seu lado mais uma vez em nossa terra, e na sua presença, queria particularmente agradecer-lhe a visita, queria ressaltar de público o esforço que fez para estar aqui, nesta oportunidade, abrindo, paranifando e presidindo esta cerimônia de instalação.

Gostaria de mencionar também, nesta oportunidade, a satisfação de Pelotas, a satisfação da Zona Sul que aqui está representada pelas suas lideranças, de vê-lo neste conclave, quando aqui chega pela primeira vez como Ministro de Estado. Nós gaúchos sentimos orgulho da sua ascensão; nós gaúchos nos sentimos recompensados pela escolha do Presidente João Figueiredo, que o conduziu à titularidade desta pasta fundamental na vida do País, por seus méritos, suas qualidades, sua capacidade e sua dedicação. Nós queremos dizer a Vossa Excelência que, confiando plenamente no trabalho que Vossa Excelência desenvolve à testa da pasta da Previdência e Assistência Social, temos certeza de que os resultados serão promissores, não apenas para Pelotas, para o Rio Grande, mas para o País. Temos certeza de que os resultados serão promissores não por proposições novas que Vossa Excelência as tem lançado e muitas, mas sobretudo pelo atestado incontestável que está aí, na memória de todos nós, que foi o esforço, a dedicação e o dinamismo postos na sua gestão à testa da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul.

Como gaúcho, quero cumprimentá-lo; como pelotense, sinto-me feliz por vê-lo em minha terra. Creio, po-

rém, que não devo alongar-me para que os congressistas e as congressistas possam efetivamente ouvir o que desejam e, sobretudo, ouvir aquela pessoa que escolheram para presidir e para dirigir os trabalhos deste tão importante certame, para ouvir a palavra de Vossa Excelência, certamente a palavra diretriz a respeito de algo tão relevante na vida brasileira, que será a tônica da Política Social do Brasil, depositada sobre os ombros de Vossa Excelência, que estou certo saberá carregá-la bem, pois tem a lucidez necessária para descortinar novos caminhos e traçar novas metas.

Obrigado pela sua presença, Senhor Ministro; meus parabéns aos congressistas, e a certeza que este conclave será extremamente exitoso. Muito obrigado.

PROFESSORA LEILA HADLER

Convido o Sr. Irajá Andara Rodrigues para saudar os visitantes como Prefeito da cidade anfitriã.

PREFEITO DR. IRAJÁ ANDARA RODRIGUES

Excelentíssimo Sr. Ministro Jair Soares; demais integrantes desta caravana que hoje, para nossa honra, vem conviver durante algumas horas conosco em Pelotas; Sr. Presidente deste conclave e demais integrantes da Mesa; senhoras e senhores congressistas.

Sentimos há pouco o quanto hoje Pelotas amanheceu fria. Talvez tenha sido uma colocação proposital da própria natureza para que aqueles que aqui vêm, de longe alguns, de terras mais quentes, possam fazer o confronto entre a temperatura ambiente e o calor com que a nossa gente costuma receber os que nos visitam. Estou certo de que o calor da recepção há de compensar o frio ambiente e há de aquecer os corações através do convívio, dando a cada um a certeza de que está na sua casa. É isto que nós lhes desejamos: que se sintam em casa na nossa Pelotas, que é de cada um dos que nos visitam hoje. Mas queria também lhes dizer que para nós é muito grata esta data, pela visita que nos faz o Sr. Ministro Jair Soares, gaúcho como nós e que hoje, além da sua presença neste conclave, tem também um ato importan-

te para a vida de Pelotas a cumprir, que é a assinatura de um protocolo de intenção, mediante o qual procederá à permuta de um conjunto de terras de propriedade do IAPAS por algumas áreas de propriedade da Prefeitura de Pelotas. Uma transação como tantas outras, mas impregnada de valor humano, porque em cada uma destas áreas habitam pessoas carentes, que até aqui enfrentavam a incerteza do amanhã, com a perspectiva de uma hora para outra virem a ser desalojadas da terra de que não eram e não são proprietárias. Há pouco ainda, no carro, comentávamos a respeito de como as coisas se tornam fáceis a partir do instante em que se dispõem os homens a dialogar, inclusive para equacionar um problema como este que há 30 anos praticamente desafiava a comunidade de Pelotas e, tenho a certeza, o desejo dos dirigentes do INPS ou dos órgãos de Previdência que o antecederam. São, portanto, para nós extremamente significativas esta data e sua visita, Sr. Ministro, porque sem dúvida alguma, se crava um marco de enorme significado social para um grande número de famílias. Nada menos do que 640 famílias terão uma perspectiva nova de vida a partir da assinatura deste ato.

A cada uma das senhoras e dos senhores que se propuseram fazer de suas vidas um devotamento constante precisamente a esta integração com a família, para a tentativa de solução dos seus problemas, e que sentem pelo contato diário, pela presença permanente, toda a problemática social que nos envolve; a cada um daqueles que compõem este plenário a nossa saudação, na certeza de que, em reuniões, em conclaves, em congressos como este, através do debate franco das teses, não de ser encontradas as melhores soluções para toda aquela enorme gama de problemas sociais que nos afligem, e para cuja solução cada um daqueles que aqui estão se sentiu profundamente vocacionado. Esta luta, sem dúvida alguma, é árdua, mas por isso mesmo altamente dignificante.

Portanto, nós os recebemos com os braços abertos, na confiança de que cada um está dando o melhor de si em favor de nossa comunidade. Muito obrigado.

PROFESSORA LEILA HADLER

Convido o Ministro Jair Soares para proferir a sua conferência.

MINISTRO JAIR SOARES

Professora Leila Hadler, Presidente do V Congresso Nacional de Ciências Domésticas; Sr. Prefeito Municipal, Irajá Andara Rodrigues; meu prezado colega da Câmara Federal, Deputado Dr. Carlos Alberto Chiarelli; Sr. Presidente do INAMPS, Hari Valdir; do IAPAS, Dr. Assis Anhaia de Souza; Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pelotas; autoridades militares; autoridades civis, meus senhores, minhas senhoras; senhores participantes do V Congresso Nacional de Ciências Domésticas.

Desde Brasília, quando o Deputado Carlos Alberto Chiarelli instava para que eu viesse fazer uma palestra na abertura deste Congresso, quero dizer a todos os participantes que a idéia já me motivava e fascinava, não só pela inter-relação que existe entre a Previdência e Assistência Social e a profissão dos participantes deste Congresso, mas também porque no convívio diário com os problemas com que defrontamos nessa área temos encontrado, dentro da realidade brasileira, dificuldades que só serão sanadas se deixarmos de lado uma série de problemas que estão tolhendo a movimentação no sentido de se fazer um programa verdadeiramente social, que atinja o homem na sua estrutura física e na ligada aos problemas de saúde e, portanto, à área social.

Nestes primeiros seis meses no Ministério da Previdência e Assistência Social, senti, percorrendo todas as cidades brasileiras, a crua realidade do nosso homem; vi a miséria, vi a pobreza, a subnutrição, vi heróis médicos, odontólogos, psicólogos, enfim, todas aquelas profissões que fazem parte da área das Ciências Biológicas trabalhando ativamente, muitos deles — e por isto digo heróis — sem as condições para fazê-lo, mas galhardamente trabalhando para que a saúde da comunidade fosse protegida.

Ao participarmos de um Congresso deste porte, que está diretamente ligado à área da Previdência e Assistência Social, temos que fazer aqui algumas colocações.

Primeiro, é necessário que todos tomem conhecimento de que o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social não é uma estrutura simples, não é um órgão fácil de ser dirigido, dada a sua complexidade e o fato de que lidar com seres humanos requer alta sensibilidade. Hoje, este Sistema é constituído por três autarquias: aquela que cuida da arrecadação, que cuida do patrimônio, que cuida da administração propriamente dita de todo o Sistema, que é o IAPAS, Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social; o outro órgão autárquico é o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, que promove a assistência médica, odontológica, ambulatorial, farmacêutica e hospitalar em todos os recantos brasileiros; e o terceiro, o Instituto Nacional de Previdência Social, que se encarrega da concessão e manutenção dos benefícios. Há ainda um órgão vinculado e autônomo, a Central de Medicamentos, responsável pela política de medicamentos do Governo, e duas fundações, a Legião Brasileira de Assistência, que cuida do pré-escolar, e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que cuida do menor marginalizado, desassistido. Ainda fazendo parte deste Sistema, como atividade de meio, a Dataprev, responsável por um dos três maiores computadores da América Latina. E por trás de tudo isto há a massa ativa de segurados do Sistema, composta de 23 milhões de brasileiros que, com os seus dependentes, somam quase 100 milhões de pessoas, de um total de 119 milhões de irmãos nossos. Só isto bastaria para dimensionar a grandiosidade do problema que hoje estamos enfrentando. As fraudes a que estamos assistindo na área da Previdência Social, principalmente na concessão e manutenção de benefícios, dando uma evasão de recursos que se situa, por estimativa, na ordem de 10 a 15 bilhões de cruzeiros e a imagem distorcida que a Previdência e Assistência Social projeta com as filas, comprometendo tudo de bom que ela faz, precisam ser corrigidas, e para isso precisamos mais do que nunca da participação da comunidade, pois todos são responsáveis neste momento histórico que a nação atravessa.

A Previdência e Assistência Social precisa da participação de cada um. É chegado o momento de se fazer com que cada um cuide de cumprir com seus deveres. E neste cumprimento do dever é preciso que cada um dê a sua participação. Os profissionais liberais dentro da sua área, os paramédicos dentro de outra área, enfim a comunidade toda respondendo aos desafios que a atividade moderna antepõe a todos os governantes.

Vejam que o problema social está interligado a uma série de fatores: é o problema do meio ambiente, o problema ecológico agredindo cada vez mais em todos os níveis a saúde das comunidades, seja pela poluição do ar, da água e do solo, ou pela própria poluição mental, aumentando a cada dia que passa a incidência das doenças do sistema nervoso no atendimento a nível hospitalar e ambulatorial que a Previdência e Assistência Social presta.

Para alcançar, porém, os objetivos verdadeiros que todos nós perseguimos, é preciso que o homem brasileiro se dispa das vaidades, abandone até mesmo o poder e some seus esforços ao esforço de todos. Diria mais: é preciso que nesta hora se implante neste país o Sistema Nacional de Saúde, integrado, acabando com a duplicidade, com o paralelismo de ações que compromete os recursos que já são escassos, que já são pequenos para atender a toda a demanda que hoje se apresenta ao administrador. A nossa sociedade, a geração de hoje têm que participar. Somente com esta participação é que poderemos realizar o bem comum, o interesse maior, que é o interesse da coletividade.

Para proceder à proteção e prevenção, assim como à promoção do homem que sem sombra de dúvida é o objetivo central de toda a nossa atividade, todos nós precisamos convencer-nos de que é necessário um somatório de ações para que se possa realizar aquilo que realmente atenda às necessidades do homem brasileiro. E vejam que esta área que estão abraçando, das Ciências Domésticas, está muito ligada a área social.

Não é só o médico, o odontólogo, o farmacêutico, o bioquímico, o psicólogo, o assistente social que têm relevância neste contexto. Todas as

profissões, desde a menos importante, no pensar de alguns, até a de mais alto nível, são parte desta engrenagem, e se uma peça falhar está comprometido todo o sistema.

A Previdência e Assistência Social vem realizando um trabalho que precisa, que depende da participação da comunidade brasileira. Principalmente num país como o nosso, de grande extensão territorial e diferentes climas, mas tendo a unir-nos a mesma linguagem que de norte a sul e de leste a oeste falamos, essa participação é necessária. Que isto fique bem presente no pensamento e sirva até de motivo para que os senhores saiam daqui com esta mensagem de que ser brasileiro é participar, hoje, do desenvolvimento nacional.

Tenho absoluta certeza de que deste Congresso traremos conclusões, receberemos subsídios para aprimorar, para aperfeiçoar ainda mais o Sistema Previdenciário e Social Brasileiro do qual todos nós dependemos e ao qual todos temos o dever de dar a nossa parcela de colaboração.

A Previdência e Assistência Social, como podem verificar por seus números, está aí desempenhando o seu papel, que precisa ser modificado através de programas que trabalhem — ouçam bem — que trabalhem em saúde, não em doença. Temos que ter nossa ação voltada para a prevenção em todos os campos de atividades. Prevenção é a palavra chave, assim como o é também integração.

Precisamos fazer com que todas as nossas ações básicas em matéria de saúde — e quando falo em saúde estou falando de uma maneira global diversificada — sejam primárias e, portanto, tenham um custo mais baixo. Precisamos trabalhar para a massa de brasileiros. E neste setor o papel que estes representam é de tal importância que realmente chega a preocupar aqueles que hoje dirigem a causa pública. Tenho absoluta certeza de que as Ciências Domésticas, ao lado das outras categorias profissionais, hão de compreender, hão de corresponder e hão de participar ativamente para que se possa trabalhar no sentido de assegurar um mínimo necessário para que o homem brasileiro com saúde, com rigidez, protegido, promovido,

reabilitado, preparado, possa também ele participar com a força do seu trabalho no desenvolvimento nacional.

Sei perfeitamente que o nosso país é jovem e que está na força do trabalho dos jovens o destino desta Nação. Todos nós, hoje, dirigentes, amanhã assistindo ao trabalho daqueles que hão de nos substituir, saberemos corresponder e daremos certamente a nossa contribuição, a fim de que se faça deste país uma nação forte, uma nação pujante, vigorosa, e

que os nossos filhos, que os homens de amanhã saibam julgar aqueles que hoje dirigem este país.

Sou grato por esta oportunidade rara de falar à juventude no Município de Pelotas, ao qual há vários anos estou ligado, até mesmo por laços familiares; sou grato por esta oportunidade de participar deste V Congresso Nacional de Ciências Domésticas e de dizer que nós homens do Governo estamos preocupados com tudo que possa ocorrer neste país e queremos conscientemente um debate franco,

aberto, mas vigoroso, não dos que servem nem dos que se servem, mas daqueles que querem servir a este país com a vontade de acertar, com um desejo férreo de fazer com que no seu trabalho haja mais paz, haja mais tranquilidade e, portanto, mais desenvolvimento.

Agradeço a presença das autoridades e declaro encerrados os trabalhos de abertura do V Congresso Nacional de Ciências Domésticas.

Leitura de Cartas e Telegramas Dirigidos à Presidente do Congresso

Telegrama do Exmo. Sr. Arnaldo Prietto, Ministro do Trabalho

“Por razões imperiosas de trabalho lamento não poder associar-me ao V Congresso Nacional de Ciências Domésticas. Solicitei ao Dr. Ernesto Costella, Diretor do INOCOOP/RS, a gentileza de substituir-me. Desejo pleno sucesso ao V CONGRESSO, na certeza de que os Economistas Domésticos têm grande contribuição a oferecer na pesquisa e solução dos problemas de nossas comunidades.”

Telegrama do Exmo. Sr. Augusto Trein, Secretário do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul.

“Agradeço gentileza distinguir condição de convidado de honra V Congresso Nacional de Ciências Domésticas. Compromissos Secretaria do Trabalho e Ação Social impedem minha presença. Faço votos êxito promoção”.

Telegrama do Dr. João de Carvalho Oliveira, Subchefe Executivo, Secretaria do Gabinete Civil da Presidência da República - Brasília/DF.

“Comunico foi autorizado conforme despacho publicado Diário Oficial de 14/9/79 dispensa do ponto de funcionários públicos federais administração direta e autarquias que comprovadamente compareceram ao V Congresso Nacional de Ciências Domésticas, a realizar-se em Pelotas, Rio Grande do Sul, no período de 17 a 21 de setembro de 1979, observando-se decreto de número 7467/74. Cordiais Saudações”.



Conferência da Dr.^a Eleonora Cebotarev (da esquerda para direita) Dr.^a Eleonora Cebotarev – Economista Doméstica da Universidade de Guelph – Canadá; Dr. Juan Diaz Bordenave – Especialista em Comunicação do IICA; Economista Doméstica Denise B. Leite – Presidente da mesa; Economista Doméstica Cláudia Costa – Secretária da mesa.

La Contribución de las Ciencias Domésticas a la Promoción Integral de la Familia

(Las Ciencias Domésticas como mecanismo de cambio social)
E. A. Cebotarev. Universidad de Guelph, diciembre de 1979.

● Introducción:

Antes de comenzar mi presentación quisiera detenerme un momento para reflexionar sobre las implicaciones del tema que me fue asignado. Quisiera examinar algunos de los supuestos que el tema incluye y señalar sus implicaciones para las Ciencias Domésticas.

El tema "La Contribución de las Ciencias Domésticas a la Promoción Integral de la Familia" sugiere, que las Ciencias Domésticas (CD) son concebidas posiblemente como un área de conocimiento capaz de incidir en forma positiva en los cambios que ocurren en el seno de la familia; la palabra "promoción" significa acción conciente y deliberada que facilita el

progreso hacia niveles de logro, superiores. La "promoción" integral de la familia" señala una concepción de la familia como grupo socio-económico actuante, con su propia organización social, funciones y objetivos. La "promoción integral" sugiere posibilidades de fortalecimiento de las actividades y funciones que la familia emprende como unidad o las que están bajo su jurisdicción. También indica que deberá afectar a todos los miembros de la familia en forma beneficiosa y no promover algunos a expensa de otros.

Las "Ciencias Domésticas" (que, a mi entender, es una denominación in-apropiada)¹, es un conjunto de áreas de conocimiento, nutridas por las ciencias físicas, biológicas y socia-

les, y las artes, que son *aplicados* al mejoramiento de las múltiples funciones que la familia cumple para con sus miembros directamente y en forma indirecta para con su comunidad. Lo importante aquí es notar que el enfoque de las CD es en la familia *como unidad de organización social*, con un reconocimiento de sus funciones propias, que no están bajo la jurisdicción directa de la comunidad. Es esta característica que distingue a las CD de otros programas que también tienen por objetivo el mejoramiento social.

Estos, a mi manera de ver, son los componentes más significantes de este tema y lo que trataré de hacer a continuación es discutirlos en más detalle.

¹ Creo que "tecnología doméstica" sería una descripción más correcta, pues es el aspecto aplicado (de las ciencias) a un sistema de organización social particular (el familiar o doméstico), que originalmente distinguía a las CD de la aplicación de las tecnologías a otros sistemas de organización, el industrial, por ejemplo.

Primero discutiré algunas características básicas que todo buen programa de promoción o cambio social debería tener. Luego analizaré la relación entre las funciones de la familia y de la comunidad con el bienestar de sus miembros. En tercer lugar examinaré las CD como mecanismo de cambio o promoción, explicitando las decisiones que esto implica. Y por último discutiré el tipo de acciones que a varios niveles las CD pueden y deberían tomar, si es que se quieren convertir en auténticos mecanismos de promoción o cambio social.

● Características de Instrumentos de Cambio Social o Promoción:

Ahora bien, la gran variedad de actividades de cambio social o promoción en Latino-América puede resumirse bajo dos amplias categorías: a - las que asignan prioridad a cambios cuantitativos y b - las que consideran que cambios cualitativos son esenciales para lograr un bienestar o calidad de vida adecuado y sostenido.

Entre los que proponen cambios cuantitativos (por ej., mayor productividad, ingresos, etc.) hay algunos que piensan que los objetivos del desarrollo se pueden lograr sin efectuar cambios cualitativos en las estructuras socio-económicas existentes. Otros, en el mismo grupo, consideran que los cambios cuantitativos paulatina - y ultimamente llevaran a cambios cualitativos necesarios para lograr las metas del desarrollo. Por otro lado, los que acentúan la prioridad de los cambios cualitativos no niegan la importancia de los cuantitativos, la diferencia está en que no pierden de vista el objetivo final, que es lograr un cambio cualitativo en la estructura socio-económica tal que asegure una distribución mas equitativa de bienestar o "calidad de vida" entre todos los miembros de una sociedad².

En los últimos 25 años el enfoque cuantitativo ha dominado los programas de promoción y cambio en Amé-

rica Latina. Este enfoque aún tiene muchos partidarios. Sin embargo, otros consideran que es hora a que consideremos el enfoque cualitativo en trabajos de promoción del desarrollo y cambio social.

Ahora bien, cuáles son los requisitos de un programa de promoción o una actividad educativa para que estos puedan ser considerados instrumentos de promoción cualitativos? Entre los criterios que existen, los mas significativos y útiles, a mi parecer, son los tres siguientes:

En primer lugar preguntaríamos si la participación en el programa o actividad bajo consideración *facilita* cambio estructural o sea, la adquisición de roles nuevos en sus participantes; si contribuye al desarrollo de funciones nuevas en las instituciones involucradas, y si propicia la creación de asociaciones; organizaciones o instituciones en las comunidades en que se desarrolla. Con solo mejorar el cumplimiento de un rol o de una función o de apoyar una organización existente, no siempre se logra cambio, sino, a veces, rigidez social.

Segundo, examinaríamos si el programa o actividad provee, coordina o facilita capacitación, entrenamiento y habilitación necesarios para la realización efectiva de los roles, funciones u organizaciones nuevas, pues no es suficiente crear conciencia y dar oportunidad para actividades y funciones nuevas, sino tambien es menester velar por que estas puedan ser realizadas.

En tercer lugar nos cercioraríamos de que el programa fomenta una actitud crítica entre sus participantes y asiste en la formulación de criterios para evaluar el contenido de las innovaciones potenciales (roles, funciones, organizaciones, etc.). O sea, si capacita a los individuos y grupos a hacer decisiones autónomas, escoger entre opciones sobre base fundamentada y asumir responsabilidad por las consecuencias de estas decisiones, fa-

cilitando así la participación consciente en el desarrollo³.

Este proceso requiere la explicitación y la síntesis de los valores individuales de los participantes con los sociales (de sus grupos: familia y comunidad) y con los implícitos en los programas de promoción o desarrollo. También requiere un exámen de las consecuencias no directamente previstas o anticipadas de la innovación social o tecnológica sobre los participantes, sus familias y su comunidad, y de las alternativas existentes.

Todo esto implica un proceso de intercambio y educación recíproca entre promotores y sujetos de cambio, que permiten al promotor comprender mejor la óptica de los participantes como también permite a los participantes ampliar sus horizontes y adquirir nuevas bases de juicio (Blasi, et. al. 1978).

● Funciones de la Familia y de la Comunidad:

Un breve exámen de la familia y de la comunidad se justifica aquí porque la familia, o sus funciones, son el foco principal de las CD, y sirven para delimitar su área de acción y su identidad.

La confusión entre las funciones de la familia y de la comunidad se debe a dos razones. Por un lado tenemos la institucionalización, a nivel de comunidad, de muchas funciones que anteriormente se llevaban a cabo exclusivamente en la familia, tales como la socialización-educación, la producción de bienes, el cuidado de enfermos y de los ancianos, etc. por lo que muchos sostienen que la familia está perdiendo importancia. Por otro lado tenemos las tradiciones de sociólogos y de economistas, que con sus estudios definen los aspectos "relevantes" de nuestra realidad. Así, los primeros concentran su atención en la comunidad y nos dicen que la familia es parte de la misma, por lo

2 Importante es notar aquí que los que dan prioridad a cambios cualitativos, no aceptan las explicaciones individualísticas (ignorancia, apatía, pobreza, etc.) como causas de la falta de desarrollo, sino ven su origen en las estructuras sócio-económicas como causativas de estas características.

3 Programas que no contienen este componente corren peligro de convertirse en programas impuestos y opresivos, pues no facilitan la formación de criterios de juicio entre los participantes y no fomentan el exámen de cursos de acción alternativos.

Esto es igualmente válido para programas educativos en las estructuras formales (escuelas, colegios, universidades), como para los que se desarrollan en un marco no formal.

que no requiere atención especial. Los segundos dedican su atención a las actividades lucrativas, de mercado, de fácil monetización y nos dicen que las que no entran en esa definición no tienen mucha importancia. Sin embargo, estudios recientes indican que la institucionalización de las funciones de la familia, a nivel de comunidad, está lejos de ser completa (Burns, 1975); la familia aún está a cargo de alimentar, vestir, proteger, educar y cuidar a sus miembros mucho más de lo que lo es la comunidad⁴.

Lo importante aquí es notar que en cuanto a las funciones vitales bio-fisiológicas y las de la temprana formación humana (socialización), que asientan las bases para la salud y comportamiento de adultos, también residen predominantemente en el grupo familiar⁵. Las funciones de la comunidad, que son de un carácter más general y social, dependen para su incidencia sobre la calidad de vida de la población, muchas veces de decisiones que deben tomarse a nivel familiar. No es suficiente tener servicios de salud, educación o recreación en la comunidad; es necesario que las familias decidan hacer uso de los mismos. Estos es uno de los grandes problemas que encuentran los trabajos de promoción: primero se trata de proveer los servicios en una comunidad y luego tratar a que estos servicios sean utilizados en forma efectiva. Es sobre todo en este segundo aspecto que las CD, como mecanismo de promoción, pueden contribuir en forma efectiva, no solamente estrechando los lazos entre familia y comuni-

dad, sino también orientando a las familias en cuanto a la selección y utilización de estos servicios. Es importante que las familias sepan cuando es ventajoso y deseable valerse de medios propios y cuando es de mayor beneficio hacer uso de los servicios de la comunidad.

Si examinamos los aspectos económicos de los grupos domésticos, sobre todo los que residen en áreas rurales, nos damos cuenta de que consisten de dos sistemas interlazados, que a veces se confunden, otras se complementan y aún en otras actúan en forma independiente. (Beutler and Owen, 1979; Borsotti, 1978; Ferber y Bombaum, 1976)⁶ Me refiero aquí a lo que los economistas denominan el sistema "productivo" y el doméstico. En general, estos sistemas corresponden a la división sexual del trabajo: el hombre es el que domina en el sistema productivo (o al menos así lo creemos), y la mujer es la que se encarga del sistema doméstico (Carvalho y da Silva, 1978).

En la realidad, aunque es cierto que el hombre se limita más a actividades en el área "productiva", la mujer frecuentemente incursiona a esas áreas, sobre todo, por necesidad, aunque continúe teniendo el sistema doméstico a su cargo.

Ahora bien, el sistema "productivo" es generalmente más simple por ser especializado, su orientación es hacia el lucro o aumentos de producción o ingreso (en efectivo) (Beutler and Owens, 1979). Aunque esta producción e ingreso sean esenciales para el bienestar de la familia, lo que frecuentemente se olvida es que es el sistema doméstico que *transforma*

estos productos e ingresos en bienes y servicios de consumo, de cuya *calidad* realmente depende el bienestar de los miembros de la familia. Es importante reconocer que el sistema doméstico, a través de sus actividades transformantes *hace efectiva* la calidad de la vida familiar (Heredia, García y Gareia, 1979). Este sistema convierte la vivienda en un hogar, las carnes, leguminosas y granos en comidas, las relaciones entre varias personas en grupo familiar. Los objetivos del sistema doméstico son el aumento o la mantención del bienestar familiar y el aumento del "ingreso" en todas sus manifestaciones, ya sea en especie o en la forma de un ambiente familiar más acogedor y confortador⁷ de relaciones más harmoiosas o una familia más sana. En otras palabras, el sistema doméstico tiene una multiplicidad de objetivos y funciones que corresponden al segmento de la calidad de vida que depende de las decisiones y acciones del grupo familiar.

El sistema doméstico cumple sus funciones "*efectivizantes*" en forma continua e incesante en el ámbito particular, generalmente no remunerado ni contabilizado e invisible, de las familias. La importancia de la calidad de estas funciones, no solo para poblaciones marginadas urbanas o rurales, pero también para las familias acomodadas en países de alto desarrollo económico, va siendo demostrada cada vez más (Burns, 1978; Walker, 1979; Cebotarev 1979) y el carácter "productivo" de ciertos aspectos de la "calidad de vida" humana, difícilmente replicable a nivel de comunidad, va siendo reconocido (Walker, 1979; Hogan, 1979; Firebau-

4 Para una discusión detallada de este punto ver Cebotarev, 1979a: 20-25.

5 Note aquí la coincidencia de las funciones de la familia con la definición de áreas de acción y estudio, formulada por el comité especial de ABED que tuvo a su cargo la redacción de la memoria del congreso nacional "Novas Perspectivas da Economia Doméstica" realizado en Piracicaba, S.P., en setiembre de 1974. — Mi definición de la "calidad de vida" también incluye los mismos componentes (Ver nota 15)

6 Mi propia investigación de estos aspectos en áreas rurales latinoamericanas sugiere que el sistema doméstico (su organización y operación) no cambia directamente con incrementos económicos de la familia. Estos cambios talvez ocurran con la introducción de empleadas domésticas, que es un fenómeno más bien urbano y de clase media.

7 Refiero aquí al apoyo sociológico y afectivo que los miembros de familias integradas se prestan mutuamente. Este apoyo es esencial, no solo por sus consecuencias psicológicas, pero también por sus efectos sobre la fisiología y salud de las personas (ver Lynch, M. 1977).

gh and Deacon, 1979; Lancaster, 1979)⁸

Es en el mejoramiento de estas funciones "efectivizantes", que las CD pueden realmente incidir en los cambios que toman lugar en el grupo familiar y promover grupos familiares activos, que no solamente actúan como unidades responsables, pero que también facilitan las acciones individuales de sus miembros, sean estos hombres, mujeres o niños⁹

Las CD como Instrumento de Promoción o Cambio Social

Una breve discusión de la historia de las CD contribuirá a nuestra comprensión de su carácter actual. Las CD, en su versión moderna¹⁰ tuvieron su origen en los EEUU, en una época en que la aplicación de las ciencias (las tecnologías) a procesos industriales alcanzaron logros impresionantes e impresionaron a la sociedad con su poder creativo de producción y beneficios (Block, 1978)

Fue este hecho, junto con una ideología democrática, que dió ímpetu a la idea de aplicar las ciencias a los procesos que toman lugar en el hogar, "democratizando" las ciencias, poniéndolas al servicio directo de la población, que llevó a la creación de la CD es de introducir las perspectivas emplear los conocimientos científicos actuales al mejoramiento de vida dentro del seno de la familia. En otras

palabras, las CD, desde su inyección, tienen el mejoramiento de la "calidad de vida" familiar como objetivo principal. La enunciación reciente (Bivens, 1975) no hace más que reafirmar su posición inicial.

Debido a la rápida expansión económica de los EEUU, el éxito de una familia en ese país llegó a medirse en términos de la habilidad de la familia a conformar con lo que hoy día designamos como roles sexuales "tradicionales".¹¹ Una familia exitosa era aquella en la que la mujer *no necesitaba* salir del hogar a participar en la fuerza de trabajo agrícola, industrial, o de servicios, para aumentar el ingreso familiar (Block, 1978)¹² Fomentar el trabajo de la mujer fuera del hogar no era problema prioritario de las CD en la época de su formación. Las estructuras socio-económicas y políticas tampoco presentaban aspectos problemáticos, los EEUU podían seguir su trayectoria de desarrollo económico e industrial con relativamente pocos competidores y un mercado mundial a explorar. Por todas estas circunstancias las CD adquirieron su carácter conservador (en términos de cambio social). Su cometido era expandir el uso de conocimientos científicos y la aplicación de las artes a la vida del hogar, pero no necesariamente refleccionar en forma crítica sobre la estructura de la familia o de la comunidad.

Así las CD, durante un lapso largo de su evolución, han respondido a las demandas de las estructuras especializadas que surgieron en gran proliferación en los EEUU, como consecuencia de su patrón de desarrollo. Esto se refleja en la atomización de las CD en ese país en una serie de especialidades, que actualmente pueden perseguirse sin vínculos que las conecte entre sí. Esta atomización ha llevado a la bien conocida "crisis de identidad" surgida en los años 60, que aun hoy día no está totalmente resuelta y ha hecho a partes de las CD vulnerables a anexaciones por parte de las disciplinas base¹³. También ha resultado en la pérdida su visión unificante enfocada en la familia, en algunas de las ramas de las CD.

Es instructivo notar que fue solamente en la década de los años 60 que las CD en los EEUU reconocieron la utilidad de expandir su acción hacia la comunidad, incorporando trabajos de desarrollo de la comunidad a su programas y solamente a mediados de los años 70 a considerar la promoción de políticas que beneficien a las familias, como acción legítima de la profesión.¹⁴

A pesar de las innovaciones en algunos de sus componentes y de los esfuerzos hacia conceptualizaciones nuevas, la gran mayoría de los programas de las CD aún continúan su trayectoria tradicional: promoviendo la difusión de tecnologías domésticas

- 8 No solo es difícil replicar el sistema de satisfacción psicoemocional y social que la familia proporciona a sus miembros (ver por ejemplo, Lesser-Blumbert (1976), sobre la evolución de los Kibutzim en Israel), sino también es difícil de substituir este sistema por razones económicas: sería costoso proveer estos servicios en forma masiva a nivel de comunidad (a no ser por medios cooperativos) y sería prohibitivo para las familias marginadas su adquisición en el mercado, al menos, dentro de nuestra estructura socio-económica.
- 9 Las CD tienen una oportunidad única de inducir cambios intrafamiliares, que otras profesiones no pueden debido a su carácter especializado. Las CD, por el contrario, pueden promover cambios equilibrados a través de acción simultánea sobre varios aspectos de la vida familiar.
- 10 Hay que distinguirlas de las escuelas y colegios para "señoritas" (finishing schools) y las de "amas de llave" profesionales, pues ambas eran diseñadas para servir segmentos sociales particulares: a las clases media-alta y alta los primeros y a las clases media-baja o baja los segundos.
- 11 En la época de la expansión agrícola e industrial temprana, en los EEUU (y en otros países industrializados), las mujeres participaban en la fuerza de trabajo agrícola e industria, y los roles aún no estaban tan claramente segregados, como tampoco lo era el trabajo y la actividad doméstica.
- 12 Fenómenos parecidos ocurren hoy día en algunos segmentos de la sociedad latino-americana (ver Schmukler (1978) por ejemplo).
- 13 En los últimos 10 años una serie de reconsideraciones de las CD como programa de estudio y como profesión, surgiendo varias propuestas alternativas, pero aún no existe consenso total en cuanto al carácter esencial de las CD.
- 14 Muchos de estos aspectos innovativos en las CD en los EEUU surgieron a raíz del involucramiento de las CD "clientelas" nuevas, debido a programas dirigidos a combatir la pobreza y el hambre, "descubiertos" en esa década en los EEUU.

(útiles, pero no enfocadas hacia el cambio), siguiendo subdivisiones por tradición y no elección. Si aplicamos los criterios de programas de cambio arriba mencionados a la evaluación de las CD, debemos concluir que tienen pocas de las características señaladas, pero si una posibilidad de convertirse en instrumento de promoción.

En América Latina, la situación no es muy disimilar, aunque yo percibo un potencial mayor hacia cambios constructivos. Aunque las CD, en su generalidad aún conservan las orientaciones impresas en su creación, el hecho de estar menos institucionalizadas que las CD en los EEUU, las dota de mayor flexibilidad y potencial de cambio.

Las condiciones generales en nuestros países también contribuyen a una reconsideración urgente de las CD. La mayoría de las instituciones en nuestros países están dirigiendo, por lo menos una parte de sus esfuerzos, hacia el logro de un desarrollo más rápido y efectivo en nuestro medio. Las CD no son excepción. Especialmente en lo que concierne el mejoramiento de la "calidad de vida" familiar, las CD, mas que cualquier otro campo o área profesional, están dotadas con conocimientos de valor inapreciable para este propósito. Lo que se requiere es que las CD se actualicen y respondan a los requisitos específicos de nuestros países¹⁵ Es por eso que necesitamos una reformulación de lo que representa una "calidad de vida" deseable en nuestras circunstancias.¹⁶ Ya no podemos asumir que la división de labor sexual tradicional implica bienestar y debe perpetuarse sin cualificaciones. Actualmente en nuestro medio es tanto

por razones económicas como por consideraciones de "derechos humanos" que estamos incitados a remover los obstáculos que impiden la participación femenina en actividades fuera del hogar. Como lograr esto, sin desintegrar a la familia, es aún una cuestión no totalmente resuelta.

No es solamente en cuanto a la disminución de la marginalidad de la mujer que las CD tienen una misión importante que cumplir, sino también en lo que atañe a la capacitación de la familia a adaptarse a cambios para actuar como unidad integrada, consciente y responsable en el proceso de desarrollo de su país. Si las CD verdaderamente quieren convertirse en instrumento de promoción y cambio social deberán tomar una serie de decisiones importantes, que posiblemente cambiará su carácter en forma radical.

● Decisiones a Considerar

Lo que las CD deberán considerar para convertirse en mecanismo o instrumento de cambio social son cuestiones fundamentales, filosóficas, que conciernen la identidad misma, el carácter del contenido, las metodologías y la orientación de las CD. Es por eso que este ejercicio puede convertirse efectivamente en proceso revitalizante y renovador para las CD.

Uno de los primeros aspectos de las CD que requiere consideración es la identidad misma de las CD. Las consideramos como agregación de especialidades o tratamos de integrar sus componentes en torno de un concepto unificador? Si optamos por la primera definición, seguiremos el camino más fácil, el de *no cambio*, pero le restamos efectividad a las CD

como posible instrumento de promoción. Si optamos por el segundo curso de acción, tendremos que elegir entre una serie de posibles conceptos integradores, por ejemplo: educación, socialización del niño, administración, o manejo de recursos, que fueron propuestos para ese fin. En la selección del concepto unificador debe tenerse en cuenta si este concepto dota a las especialidades con un carácter distinto del que tendrían en su estado disciplinario.¹⁷ Yo personalmente prefiero una definición *funcional* para las CD, con un concepto de *manejo de hogar* (de recursos materiales y humanos) como base integradora, porque les da un carácter dinámico a las CD y las relaciona explícitamente con los procesos básicos a través de los cuales los grupos humanos obtienen los medios de sus sustento y los convierten en productos que realzan la calidad de vida familiar. Mi propuesta incluye también un mecanismo de cambio propio de las CD. (Ver diagrama incluido y también mi discusión de estos puntos en 1977 y 1979).

La segunda cuestión que deberá considerarse es a quienes las CD van a servir y los intereses de quién van a representar. Esta es una decisión sobre prioridades y no implica necesariamente orientación exclusiva. Las opciones están entre el sector organizado, con gran poder económico, y político de las industrias y el comercio o el sector carente de organización, con poco poder económico o político de las familias. Estas consideraciones son importantes porque los problemas y las soluciones de estos dos sectores son totalmente diferentes. En los EEUU y Canadá, algunas

15 En su interesante presentación a esta conferencia, el Ing. Ansorena nos informó sobre las innumerables discusiones y revisiones que la organización, metodología y filosofía de la Extensión Agrícola han sido objeto en las últimas dos décadas en América Latina. Un gran número de innovaciones fueron el fruto de esas deliberaciones, sobrepasando ampliamente a las innovaciones surgidas en el Norte, durante la misma época. Espero que las CD también puedan lograr una contribución similar, a raíz de su propia reexaminación.

16 Nuestra formulación es la siguiente: La "calidad de vida" refiere a *condiciones* necesarias (a nivel de familia, comunidad, región o nación) para satisfacer adecuadamente las necesidades básicas y culturalmente definidas, indispensables para un desarrollo *normal* del potencial humano y el ejercicio responsable de su capacidad, sin menoscabar indebidamente su medio ambiente físico y natural.

17 Esto es esencial para las CD; si quieren continuar su existencia, deben ser capaces de demostrar que las especialidades que las componen contribuyen en forma más efectiva y quizás única al bienestar de las familias, que las especialidades no integradas a las CD no pueden duplicar.

economistas de hogar han perdido totalmente su habilidad de asistir a las familias, pues están formadas para promover productos industriales y para servir al comercio. Esta es una opción que no puede descontarse del todo, porque las instituciones de la empresa privada ofrecen posibilidades de empleo para las economistas de hogar.

Sin embargo, estas consideraciones no deberían obscurecer el hecho de que es en el sector familiar en el que las CD pueden incidir con más fuerza, tener su mayor impacto sobre la calidad de vida familiar y contribuir más a la promoción integral de la familia. El trabajo con las familias, sobre todo con las familias rurales o urbanas marginadas, requiere la creación de metodologías de trabajo nuevas, la producción de tecnologías domésticas y comunitarias apropiadas a sus niveles económicos y culturales. También implica la promoción de servicios, instituciones y organizaciones que correspondan a las necesidades de este sector, y la promoción de una serie de políticas que apoye o beneficie la integración familiar. Todo esto afectará el "contenido" específico de las CD, o mejor dicho, la variedad de contenido en este área de conocimiento.

Otro aspecto que deberá considerarse es el de metodología. Se seguirán procedimientos unilaterales en los programas educativos de las CD (impartir, informar, demostrar, etc.)¹⁸ o se utilizará una estrategia participativa? Para promover procesos de cambio y para enriquecer las CD, por supuesto que la metodología participativa es más fructífera, pues complementa los conocimientos académicos y científicos con las experiencias actuales de las familias. La comunicación participativa permitiría descubrir problemas sentidos de la población a la par que facilitaría una visión más amplia de los problemas, por parte de las familias. La investigación participativa (en sus varias modalidades) expandiría los conocimientos ge-

nerados en universidades (tecnologías de diferentes tipos) con los problemas de aplicación práctica, permitiría la recuperación de tecnologías autóctonas y serviría de proceso educativo y capacitador para las familias participantes. La investigación participativa se está llevando a cabo con mucho éxito en programas de promoción agrícola y organización social. Yo pienso que tiene gran potencial de contribuir a la revitalización de las CD en su rol de instrumento de promoción de cambio social.

Además está el aspecto de la promoción humana vs. la promoción tecnológica. Este es un punto importantísimo pues si se toma la primera orientación, se evaluarían las tecnologías e innovaciones creadas e introducidas por las CD en términos de su impacto social sobre la familia y la comunidad. Si se adopta el segundo punto de vista se evaluarían las tecnologías simplemente en términos de su eficiencia. Una orientación tecnológica permite crear y difundir tecnologías muy eficientes, pero con resultados posiblemente desastrosos para las familias y la comunidad.

Estos son algunos de los puntos claves para discusión y reflexión, sobre los cuales las CD deberían tomar decisiones firmes si quieren convertirse en instrumento de cambio social efectivo.

● Un ejemplo latinoamericano:

Existe un grupo de economistas del hogar que ya han decidido el tipo de CD que ellas van a implementar: será dinámico y promoverá el desarrollo integral de la familia y de la comunidad. Este grupo, en una conferencia latinoamericana que se llevó a cabo en Guatemala en 1977, definió las CD (o la Educación del Hogar, como ellas eligieron llamar la profesión), en la siguiente manera:

"Educación del Hogar es la integración de ciencia y arte aplicada al manejo del hogar, promoviendo la participación del individuo y la familia en

su contexto social para que, mediante la búsqueda, creación y utilización de los recursos, mejoren su calidad de vida"

"La Filosofía del Mejoramiento del Hogar se fundamenta en la concientización de los integrantes de la familia sobre sus problemas internos y externos, para que sirva como fuerza transformadora de su condición socio-económica, cultural y política que le permita mejorar su calidad humana". (ALAEH, 1977: 82)

Esta definición expresa una orientación dinámica e incluye claramente la intención de capacitar y orientar a la familia, convirtiéndola en una unidad activa en la búsqueda de su propio bienestar. Quizás podamos tomar unos minutos para discutir en más detalle el enfoque en el que esta definición está basada.

Lo que sigue es una versión abreviada de una discusión mucho más amplia de este tema que apareció a mediados de este año (Cebotarev, 1979) Tocaré aquí solamente los puntos más importantes para el beneficio de los que no tengan la oportunidad de leer la obra completa.

a) Enfoque Funcional: A diferencia de las concepciones convencionales de las CD (Economía Doméstica, Mejoramiento de Hogar, etc.), que tienden a impartir conocimientos en las áreas relacionadas con actividades domésticas como ser: cocina, costura, cuidado del niño, etc., *el enfoque funcional* va dirigido a mejorar el *proceso básico* por medio del cual las familias obtienen mayor control sobre la producción, creación y/o transformación de recursos materiales y humanos (sociales), para lograr mayor bienestar.¹⁹ Este proceso lo denominamos "manejo de hogar" y consiste de decisiones sobre la creación, distribución y utilización de recursos, como también de una serie de actividades deliberadas y rutinarias.

Enfocando las CD en el mejoramiento de este proceso en forma *funcional* se logra un carácter dinámico y adaptable a las necesidades de familias en diferentes niveles de desarrollo

18 Lo que nuestro amigo Juan Díaz Bordenave llama la "pedagogía de la transmisión" (Ver 1974).

19 Este es un proceso básico de toda unidad socio-económica, independiente de su tamaño o complejidad. En sistemas especializados se puede sistematizar y racionalizar más fácilmente y conducirse puramente como administración.

y ubicadas en diferentes partes del contexto social (residencia rural o urbana, por ej.). En este enfoque se comenzará por examinar el proceso de "manejo de hogar" empleado por las familias, se descubrirán áreas problemáticas dentro del mismo, que servirán de base para programas de educación, investigación y campo.²⁰ Así las CD no deberán ceñirse a impartir materias de un programa tradicionalmente delimitado, como por ejemplo, enseñar preparación de alimentos, costura, manualidades, etc., sino tratarán de orientar a la familia en áreas problemáticas (del proceso de "manejo de hogar"), que podrían incluir la enseñanza de cocina, costura, etc., si estas fueran las áreas en las que las familias experimentan verdaderas dificultades o deficiencias.

En un enfoque funcional se examinarán los programas propuestos en términos de sus consecuencias para la familia y la comunidad. Se preguntará qué ventajas o beneficios redundarán a las familias las innovaciones introducidas?

Se justifica la inversión de recursos en esta actividad o proyecto, o hay otros aspectos en la "calidad de vida" de la familia que requiere atención mas urgente? qué tipo de cambio socio-económico se puede anticipar como consecuencia de estas actividades? conducen estos cambios a una "calidad de vida" mas elevada?

b) Orientación hacia la mujer: La orientación de las CD hacia la mujer se debe a que gran parte de las

decisiones y actividades que tienen que ver con importantes aspectos de la "calidad de vida" a nivel de familia, son responsabilidad casi exclusiva de la mujer. Las CD también se orientan a ella (aunque no exclusivamente)²¹ Porque la mayoría de los programas existentes, por lo general, consideran a la mujer como *instrumento* para avanzar los objetivos del desarrollo (incrementar la producción, o aumentar el ingreso familiar, por ejemplo)²² o para asegurar el bienestar de los miembros de la familia (a través de mejor nutrición, higiene, cuidado general etc.). En el enfoque nuevo se trata de capacitar a la mujer para una actuación mas efectiva, primero como miembro de la unidad familiar y segundo como persona con derechos y responsabilidades propias en la familia y en la comunidad. También se trata de orientar a otros miembros de la familia, generalmente en colaboración de otros especialistas²³ para que estos también participen deliberadamente en el mejoramiento del proceso de "manejo de hogar", o sea, en el manejo de recursos asequibles en la familia o en la comunidad.

c) Aspectos Dinámicos y el Cambio Social²⁴ A pesar de que en muchos países las CD forman parte de programas designados a introducir desarrollo (rural o general) el carácter de las CD convencionales es, como hemos visto, profundamente conservador. Esto se debe a que las CD

tradicionalmente carecen de un mecanismo para inducir cambio social, pues están orientadas a entrenar a la mujer para mejor actuación en su rol tradicional (conyugal, materno, doméstico) exclusivamente, sin proporcionarle sistemáticamente la posibilidad (y orientación) de actuar en otros roles, como ser el productivo económico, social a comunitario, por ejemplo. Con esto no queremos negarle utilidad a los programas convencionales de las CD. Sin lugar a dudas, cuando conducidos en forma efectiva pueden contribuir a la elevación de los niveles de vida de una población, pues capacitan a la mujer a mejorar algunos de los aspectos de la "calidad de vida" doméstica, pero allí se detienen.

En el nuevo enfoque de las CD se crea un mecanismo de cambio social *al introducir en toda orientación que se da a la mujer en cuanto a su rol tradicional (además de los aspectos cualitativos)²⁵, consideraciones sistémicas de economía de tiempo y energía*, requeridas en estas tareas. En esta forma las CD, además de asegurar el mejoramiento de la "calidad de vida" intra-familiar, *liberan* tiempo y energía de la mujer, o de otra persona encargada de estas tareas para actuación en otros roles.²⁶ Es importante señalar que esto se logra sin menoscabar la base de la identidad y el estatus de la mujer, sin sacrificar la integración, y "calidad de vida" de la familia y aliviando la carga de trabajo que la mujer emprenda²⁷. El tipo de

20 Se tratará de mejorar el proceso-en-uso mas bien que remplazarlo por otro mas "racional", o sea, comprender el funcionamiento de este proceso.

21 Algunas de las decisiones de "manejo de hogar" involucran a otros miembros de la familia.

22 Estas son las consideraciones de mayor peso empleadas para justificar programas de "integración a la mujer en el desarrollo".

23 Las CD reconocen sus propias limitaciones por lo cual el trabajo de equipo con otros especialistas, como ser en agricultura, ganadería, salud, etc. forma parte esencial de este enfoque, especialmente cuando se trabaja con la familia rural.

24 Consideramos que el cambio social solo se da cuando hay una modificación en los roles individuales y estructuras sociales, o sea, estamos hablando de cambios cualitativos.

25 Los aspectos cualitativos mencionados aquí se refieren a la orientación que se proporciona a la mujer para mejorar la nutrición, higiene, cuidado del hogar, puericultura y otras funciones domésticas, que son su responsabilidad.

26 El tiempo que la mujer gasta en los quehaceres domésticos raras veces se ha tomado en cuenta en forma sistemática en programas de desarrollo, sencillamente por que su evaluación se hace en términos económicos. Su valor es el del mercado de trabajo, en el que tiene poco valor, y no en términos sociológicos, en el que el tiempo usado en un rol restringe la participación en otros roles.

27 Reconocemos que la base de la identidad femenina, como también el estatus social de la mujer, está íntimamente ligada con su rol conyugal, materno y doméstico y que la introducción de roles nuevos se complica si estos compiten, apaligran o remplazan estas bases, en forma abrupta.

nuevos roles que la mujer quiera emprender dependerá de las necesidades, valores y aspiraciones de ella misma, su familia y la comunidad en que se encuentra.

● Componentes de Programas de Las CD

Para que las CD puedan ser realmente efectivas en la promoción integral de la familia y del desarrollo, deben ampliar sus áreas de acción mas allá de lo que estas fueron tradicionalmente. Esto es de suma importancia con la relación a las orientaciones ofrecidas a la mujer. Las CD, en su caracter dinámico, no se limitarían a preparar a la mujer para la esfera doméstica, sino también la capacitarán para actuaciones en las esferas económica y comunitaria-pública. Por consiguiente, los programas de las CD deberían ofrecer orientación simultanea en, por lo menos, tres áreas de acción.

a) Capacitación para la esfera doméstica: La capacitación para actuaciones mas efectivas en esta esfera es fundamental, tanto por la relación de los productos y servicios proveídos por la familia con la "calidad de vida", como por el hecho de que estas tareas seguirán siendo, por lo menos por algun tiempo, responsabilidad primordial de la mujer, a pesar de los esfuerzos de cambio de roles sexuales que se trate de inducir. Es esencial que esta capacitación esté dirigida tanto al mejoramiento de la calidad, productos y servicios, como también a la economía de tiempo y energía.²⁸ Esto se puede lograr tanto por un conocimiento mejor de los recursos, la introducción de tecnologías domésticas y procedimientos mejorados, como por la reorganización de las tareas individuales y en conjunto.²⁹ Cuando un programa educativo

considera todas estas opciones, se puede esperar que esté promoviendo a la familia en forma integral, facilitando cambios que conducen a una "calidad de vida" mas alta para todos sus miembros.

b) Capacitación para la esfera económica: Reconociendo los problemas económicos que afligen a la mayoría de la población (rural), las CD buscarán facilitar la capacitación de la mujer (y de jóvenes) para su actuación mas efectiva en la esfera productivo-económica. Esto incluye la provisión de conocimientos instrumentales tanto en el manejo de la empresa doméstica como para incrementar la producción agropecuaria, de industrias caseras y quizá capacitación para integrar a la mujer en las fuerzas de trabajo, segun las oportunidades existentes en la comunidad (Sautu, 1978). Además de orientarla en actividades productivas, es importante asistir en la organización de estos trabajos. Esto puede incluir la organización de cooperativas o asociaciones de producción y venta, por ejemplo, y también asesoramiento sobre aspectos de comercialización o mercadeo. Para cumplir adecuadamente con este cometido, las CD posiblemente tendrán que recurrir a especialistas en estas materias y coordinar sus actividades con ellos. La orientación y el asesoramiento que en estos aspectos se de a la mujeres y a otros miembros de la familia deberán ser de buena calidad.

c) Capacitación humanística y de acción social: Este área de capacitación involucra actividades que no tienen relación directa con la actuación de la mujer y de los hijos en las esferas doméstica o económica, aunque se anticipa que indirectamente influirá favorablemente en ambas. Programas como el de la alfabetización,

instrucción cívica, análisis crítico, participación en actividades comunitarias de caracter social, cultural o político, como también las destrezas involucradas en aspectos organizativos y de acción social, formarían parte de esta capacitación. Se considera que estos aspectos son importantes, pues están dirigidos a desarrollar el potencial humano de las mujeres especialmente, para que ellas, a través de su propio desarrollo, puedan contribuir concientemente al mejoramiento de la vida familiar y comunitaria. Los programas específicos de este componente del enfoque nuevo de las CD serán determinados por las circunstancias sociales de la comunidad y por las aspiraciones de las familias.

Es importante notar que en el enfoque nuevo las CD tratan de promover la participación de la mujer en actividades extra-domésticas, y al mismo tiempo mejorar la "calidad de vida" de *todos* los miembros de la familia, incluyendo a la misma mujer.³⁰

● Acciones que las CD pueden tomar:

Ahora bien, cuando decimos que el enfoque de las CD es en la familia, no queremos significar que el trabajo directo con familias es el único curso de acción posible para las CD. Lo que sí queremos significar es que el contenido de los conocimientos, tecnologías, las destrezas y prácticas, los métodos y procesos creados y adoptados por las CD sean de un caracter que permita su aplicación y utilización efectiva a escala de familia. O sea, que esté dirigido a problemas, cuya solución efectiva y beneficiosa (para los miembros de la familia)³¹ reside en la familia y no en los sectores del mercado o público. Que-

28 Esto incluye la posibilidad de redistribución de responsabilidades domésticas entre miembros de las familias. Se cree que miembros del sexo opuesto colaborarán con mas facilidad en estas tareas, si son mas sistematizadas.

29 Los programas convencionales de las CD tienden, por lo general, a concentrar su acción en las dos primeras opciones exclusivamente.

30 Programas dirigidos solo al mejoramiento de las actividades domésticas en la forma convencional, no promueven la participación social y económica de la mujer.

31 Es útil distinguir entre tres sectores que proveen productos, servicios y otras oportunidades para el mejoramiento de la calidad de vida de la población: la familia, el mercado y el sector público. Es responsabilidad de las CD orientar a las familias en cuanto a decisiones sobre cual de estos sectores ofrece mayores beneficios para la familia, en casos dados.

remos significar también que las CD, con su enfoque en la familia, pueden en algunos casos, hacer conformar los servicios y productos de los sectores del mercado y público, a las necesidades de las familias.³²

El enfoque en la familia también implica que es el interés de las familias, en cuanto a su relación con el mejoramiento del bienestar humano, que las CD deben promover. Por esto es importante distinguir entre las acciones directas (de educación y promoción) y las acciones indirectas que las CD pueden tomar, para promover a la familia en forma integral.

A nivel de acción directa (educación formal, no formal, programas de acción, etc.) me parece que las CD pueden mejorar su efectividad adoptando un enfoque como el propuesto en las páginas anteriores, esencialmente porque este proporciona un medio eficaz de unir a los conocimientos existentes en las CD en forma dinámica, poniéndolos al servicio de las familias para solución de sus problemas; relacionándolas con otras actividades y programas diseñados a promover el desarrollo; y porque incluye la idea de la capacitación de la mujer y de la familia como unidad decisional y actuante.

A nivel de comunidad, cuando el trabajo se realiza en forma indirecta (en cuanto a contactos con las fami-

lias), el papel más importante de las CD es de introducir las perspectivas de la familia y la orientación humanista a los sectores público y del mercado, buscando reconocimiento a las necesidades humanas, a la par de las consideraciones profesionales y de lucro que caracterizan estos sectores.³³

Ésta es una misión para las economistas de hogar empleadas por la industria y el comercio como también para las que trabajan en instituciones gubernamentales. Los medios que las economistas de hogar pueden usar para difundir sus mensajes, son tanto los de comunicación directa como el uso de medios masivos de comunicación. También está dentro de las responsabilidades de las CD, a nivel de comunidad, velar por que las instituciones, servicios y organizaciones, diseñadas a suplir, aliviar o reemplazar algunas de las múltiples funciones que son responsabilidad de la familia, lo hagan en forma efectiva (desde el punto de vista de las familias), y promover su creación en comunidades donde estas no existen.

A nivel estatal y nacional, la acción de las CD deberá ser transferida de las acciones individuales de la economista de hogar a acción de grupo, estatal o nacional (ABED). Es notable que la familia, como institución casi universal y con su organización social y económica bien defi-

nidas, no tuviera organización ni representación estatal o nacional. Como la familia carece de portavoz oficial, las CD, más que cualquier otra asociación existente, podrían (y yo pienso que deberían) asumir esa responsabilidad. La representación de la familia proporcionaría a las CD una oportunidad única de incidir sobre ciertos componentes de la calidad de la vida humana que generalmente están fuera del alcance de la mayoría de las profesiones: la promoción de varios aspectos particulares a la vida familiar, a nivel de legislación y de políticas. Yo no estoy suficientemente familiarizada con los problemas de familias brasileñas que fluyen de las legislaciones y políticas existentes en el país, pero podría tratarse de políticas de producción agrícola, de protección del consumidor, de legislación laboral, seguros, impuestos, la propiedad, el matrimonio, derechos de los diferentes miembros de la familia, y políticas que afectan la salud, cultura y bienestar general de la familia.

Es este un área de acción de mucha promesa, pues, debido al carácter especial de la familia que incluye hombres, mujeres, niños, jóvenes y ancianos, cualquier mejoramiento que se logre en la vida familiar tiene el potencial de redundar sus beneficios a la totalidad de la población (sin exclusión de ningún segmento).

32 Los productos y servicios ofrecidos por el mercado están generalmente guiados por consideraciones de lucro, los del sector público por consideraciones de los profesionales, ambos criterios no siempre representan el mejor interés de las familias.

33 El hecho de que las consideraciones de lucro dominan el sector del mercado no necesita elaboración. En cuanto al sector público, no sé hasta que punto en América Latina existe la conciencia de su dominación por los elementos profesionales. Estos elementos, apesar de su retórica profesional, no siempre coinciden con los mejores intereses de las familias. Por ejemplo, los departamentos de maternidad en los hospitales de los EEUU y Canada, están instalados más con la comodidad de la profesión médica en mente, que en términos de las necesidades de la parturienta y de su familia. El parto en hospitales es considerado experiencia "desumanizante" por un sector cada vez mayor de la población e innovaciones en estos servicios se están introduciendo en muchas instituciones (ver Oakley, 1979 para el caso de Gran Bretaña; Arms, 1975; Taner y Bluen 1972 y otros para los E.E.U.U.)

Bibliography

- Aguiar, N. "Casa e Modo de Produção" Trabajo presentado en la Conferencia sobre *La Mujer en la Fuerza de Trabajo en América Latina*, Rio de Janeiro: (Nov.) Mimeo, p. 27, 1978.
- Araujo, José E. *Una Opción Humanista en el Desarrollo Rural de América*. San José, Costa Rica: I I C A , 1974
- Arms, Suzanne *Immaculate Deception: A New Look at Women and Childbirth in América*. Boston: Houghton-Mifflin.
- Beutler, I.F. & A.J. Owen "New Perspective on Production in the Home — A Conceptual View" St. Louis, Mo.: A.H.E.A. pre-convention workshop "Family Economics Home-Management" — (mimeo, 25 p.), 1979.
- Bivens, G., "Home Economics: New Directions 11" *Journal of Home Economics*, 67, (3): 26-27, 1975.
- Blasi, A.J., F.B. Da Silva & A.J. Weigert *Toward an Interpretative Sociology*, University Press of América, 1978.
- Block, R.H. "Untangling the Roots of Modern Sex Roles: A Survey of Four Centuries of Change" *Signs*, 4, 2: 237-52, 1978.
- Boulding, E. "Familial Constraints on Women's Work" in Blaxal and Reagan (eds.) *Women and the Workplace*, University of Chicago Press, 1976.
- Borsotti, Carlos, "Situación de la Mujer y Desarrollo: acotaciones" en Paz Covarubias y R. Franes (eds.) *Chile, Mujer y Sociedad*, Santiago: Unicef, pp. 758-80, 1978.
- Burns, Scott *Home Inc.* (The Hidden Wealth and Power of the American Household) New York, Doubleday, 1975.
- Carvalho, M.L. de & R.M.R. da Silva "O Trabalho Feminino em Áreas Rurais da América Latina: Uma Revisão de Literatura" (mimeo, pp. 42) Ponencia presentada en la Conferencia Internacional sobre "La Mujer en la Fuerza de Trabajo en Am. Lat.", Rio de Janeiro, Nov., 1978.
- Cebotarev, E.A. "Rural Women, Working Women" *The I.D.R.C. Reports*: 8, 3, (Sept.): 6-7, 1979 (a).
- Cebotarev, E.A. *Mujer Rural y Desarrollo*, Bogotá, Colombia, I.D.R.C., 1979 (b).
- Cebotarev, E.A. "La Organización del Tiempo de Actividades Domésticas y No-Domésticas de Mujeres Campesinas en Latino-América", Rio de Janeiro, November, 1978.
- Cebotarev, E.A. "Qué es y que puede ser el Mejoramiento del Hogar" (Posibilidades para el Futuro) in A.L.A.E.H., *Mejoramiento de Hogar*, Guatemala, Julio, 1977.
- Cebotarev, E.A. "Women in Non-Familial Activities: Economy and Politics" Paper presented at the Conference on "Women and Development" Wellesley College, Mass. (April), 1976.
- Cebotarev, E.A. "Algunos Problemas en Trabajos de Mejoramiento de Hogar con Familias Campesinas de Bajos Recursos" Bogotá, Colombia: A.L.A.D.E.R., 1975.
- Cebotarev, E.A. "Some Thoughts on Home Economics and Other "Helping Professions" Invited paper to the National Conference "Novas Perspectivas sobre Economia Doméstica" Piracicaba, University of São Paulo, Brasil, 1974.
- Dean J. & J. Edwards "Home Birth Revival" *Branching Out*, Vol. 4, 4, (Sept./Oct. p. 14-16) 1977.
- Diaz Bordenave, J. "Las Nuevas Tecnologías de Comunicación" Cali, Colombia, Seminario C.I.I.D. sobre *Investigación en Comunicación*. (mimeo), 1974.
- Ferber, M.A. & B.G. Birnbaum "The New Home Economics" *Retrospect and Prospect* Dept. of Economics, University of Illinois, Champaign/Urbana, Ill., 618-20, 1976.
- Firebaugh, F.W. & R.E. Deacon "Contribution of Women to Development of the Family and Economy" St. Louis, Mo.: A.H.E.A. pre-convention Workshop Family Economics-Home Management Section. (mimeo 29 p.), 1979.
- Heredia, B.M.A. de M.F. Garcia, & A.R. Garcia "El Lugar de la Mujer en Unidades Domésticas Campesinas", Trabajo presentado en la conferencia internacional "La Mujer en la Fuerza de Trabajo en Am. Lat." Rio de Janeiro, (Nov.) mimeo, 17 p. 1978.
- Gerson, E.M. "On Quality of Life" *Am. Soc. Rev.*, 41 (Oct.): 793-806, 1976.
- Gitter, A.G. & D.L. Mostofski "The Social Indicator: An Index of The Quality of Life" *Social Biology* (Sept.): 289-97, 1973.
- Hogan, J.M. "Household Production in Contemporary Lifestyle" A.H.E.A., Preconvention Workshop: Family Economics from Management section, St. Louis, Mo. (June 21-23), 1979.
- Lancaster, K. *Consumer Demand: A New Approach*, N.Y.: Columbia University Press, 1971.
- Landes, J.B. "Women, Labor and Family Life: A Theoretical Perspective" *Science and Society*, 41: 389-409, 1977.
- Lesser, Blumberg R. "Kibbutz Women: From the Field of Revolution to the Laundries of Discontent" in Iglitzin L.B. & R. Ross (eds.) *Women in the World*, pp. 319-344. Ohio Books, 1976.
- Lynch, M. *A Broken Heart...* John Hopkins University Press, 1978.
- Madeira F. & P. Singer "Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-70" *Cuadernos C.E.B.R.A.P.*, N. 13, São Paulo, Brasil, 1975.
- Mincer, J. & S.W. Polachek "Family Investment in Human Capital: The Earnings of Women" *Journal of Political Economy*, 82, 2, part 2: S76-S108, 1974.
- Nelson, L. & C. Martin *Administre Su Hogar*, Turrialba: I I C A. de la OEA, 1967.
- Oakley, Ann *The Sociology of Household*, Pantheon Books, 1974.
- Oakley, Ann "A Case of Maternity: Paradigms of Women as Maternity Cases" *Signs*, 4, 4: 607-31, 1979.

- Palmer, Ingrid "Rural Women and the basic needs approach to Development" *International Labour Review*, 115, 1: 97-105.
- Reid, Margaret *Economics of Household Production*, N.Y.: Wiley & Sons, 1934.
- Sautu, R. "Formas de Organización Agraria, Migraciones Estacionales y Trabajo Femenino" Ponencia presentada en la Conferencia Internacional Sobre *La Mujer en la Fuerza de Trabajo en Latino América*" (mimeo, pp. 19) Rio de Janeiro, Nov., 1978.
- Schmuckler, B. (C.E.D.E.S.) "La Mujer en Empresas Familiares como trabajadoras remuneradas y..." Trabajo presentado en la conferencia "La Mujer en la Fuerza del Trabajo en América Latina" Rio de Janeiro (Nov.) mimeo 28 p., 1977.
- Schwartz, C.R. "The Industrial Revolution in the Home Household Technology and Social Change in the 20th Century" *Technology and Culture*, 17, 1: 1-23, 1974.
- Tranzer D. & J.L. Block *Why Natural Childbirth?* (A Psychologist Report on the Benefits to Mothers, Fathers and Babies) New York, Schaken Books, 1972.
- U.N.I.C.E.F. Servicios de Apoyo: *Mecanismos para la incorporación de la Mujer al Desarrollo*, La Paz, Bolivia: Oficina Regional para las Américas, 1976.
- Walker, K.F. & M.E. Woods, *Time Use: A Measure of Household Production of Family Goods and Services*. Washington, D.C.: A.H.E.A., 1976.
- Walker, Kathryn & W. Gauger "Time and Monetary Values in Household Work" *Farm Economics Review*, 65: 7, 1973.
- Walker, K.E. & W.H. Gauger *The Dollar Value of Household Work*, N.Y.: Cornell University, 1970.
- Walker, K.F. "Time Measurement and the Value of Nonmarket Household Production" A.H.E.A. Pre-convention Workshop: Family Economic Management Section, 1979.
- Wright, J.D. "Are Working Women Really More Satisfied? Evidence from Several Surveys" *J. of Marr. and the Fam.*, 40, 2: 301-13, 1978.
- Yousseff, Nadia "Cultural Ideals, Feminine Behaviour and Kinship Control, *C.S. of S. Hist.*, 15: 326-347, 1973.

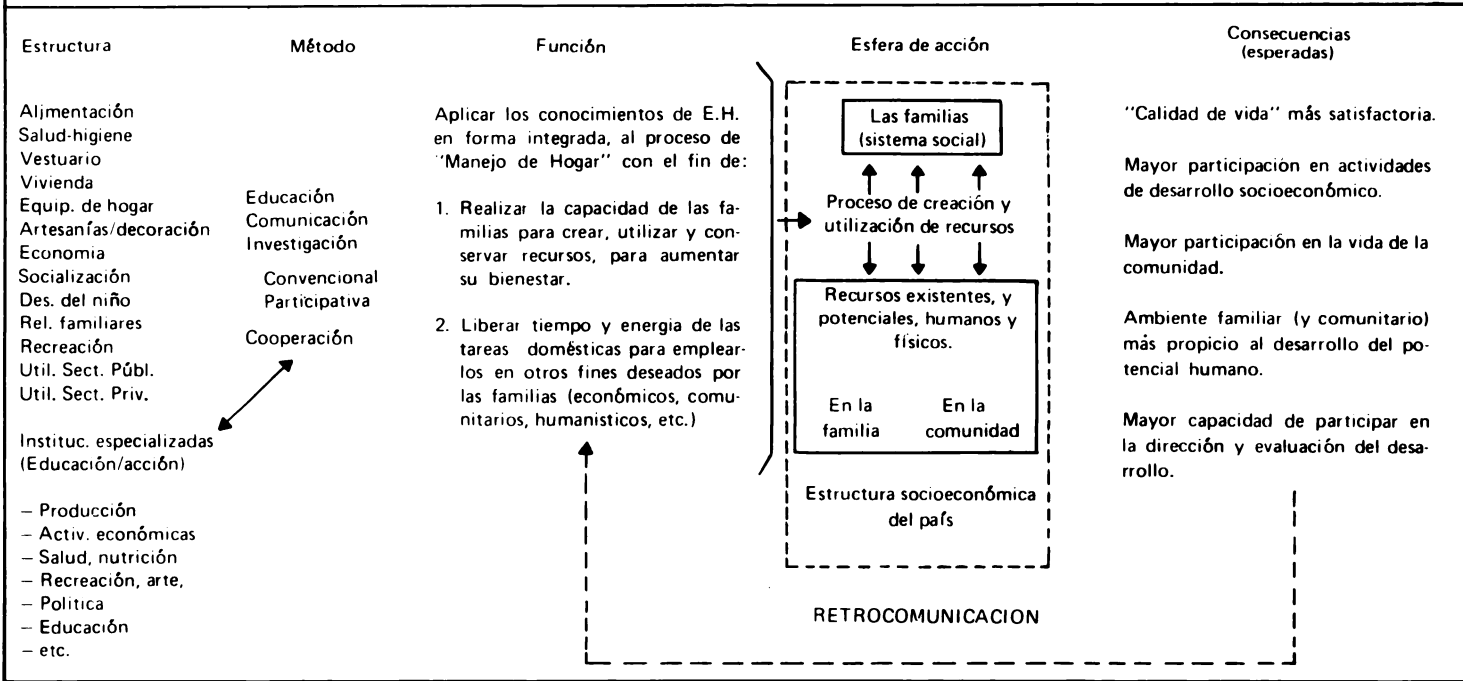
FIGURA 1. MODELO DE MEJORAMIENTO DE HOGAR EXISTENTE

Estructura*	Método	Objetivos	Procedimientos	Resultado
Alimentación Salud-Higiene Vestuario Vivienda Equip. del hogar Artesanías/Decoración Socialización Des. del niño Relac. Famil. Recreación Util. Sec. Priv. Util. Sec. Publ. Activ. Comunit.	Educación Comunicación Investigación Organización	Difundir la aplicación de conocimientos científicos y tecnológicos en las actividades domésticas para mejorar su calidad y lograr mayor bienestar de los miembros de la familia.	1. Tratamiento de las áreas de act. domésticas por separado. 2. Definición del "dominio" de E.H. en término de "escritura". Falta de concepto unificador. 3. Enseñanza centrada en materias, más bien que en problemas o el desarrollo humano. 4. Procedimientos fragmentados no demuestran la contribución específica del E.H. al desarrollo. 5. Poca atención a recursos humanos tales como energía y tiempo en la ejecución de tareas domésticas. 6. Poca atención a actividades extra-domésticas.	1. Mejoramiento parcial de los componentes de la calidad de vida o bienestar. Raramente efectos integrales. 2. Invitación a críticas y ataques por parte de profesiones especializadas. 3. Crítica poco relevante a la situación latinoamericana. 4. Programas difusos y falta de reconocimiento por parte de otras disciplinas. 5. Falta de mecanismo para producir cambio social. 6. Relación tenue con actividades de desarrollo reconocidas.

* Se refiere aquí a las materias en las áreas arriba mencionadas que por lo general forman parte de la formación de Mejorasoras de Hogar, como también proveen el marco de referencia para sus actividades profesionales.

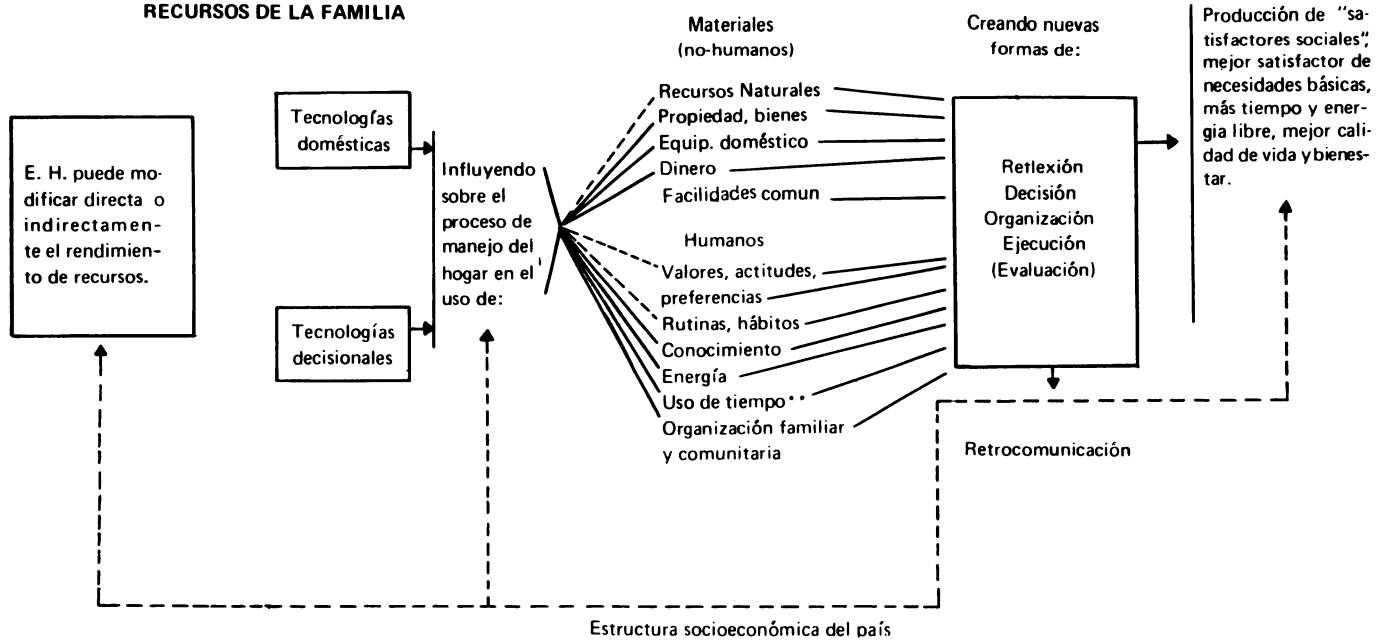
FIGURA 2. MODELO FUNCIONAL/DINAMICO DE LA EDUCACION DEL HOGAR*

Componentes de E. H.



* Este modelo es funcional porque define la E.H. en términos de su función y no de estructura o contenido, que puede variar de acuerdo al estado socioeconómico de la sociedad en que actúa. El modelo es dinámico por dos razones: 1) porque ajusta su función a las áreas problemáticas que en relación al manejo de sus recursos afligen a la familia; 2) porque facilita la participación de la mujer en funciones adicionales al de ama de casa.

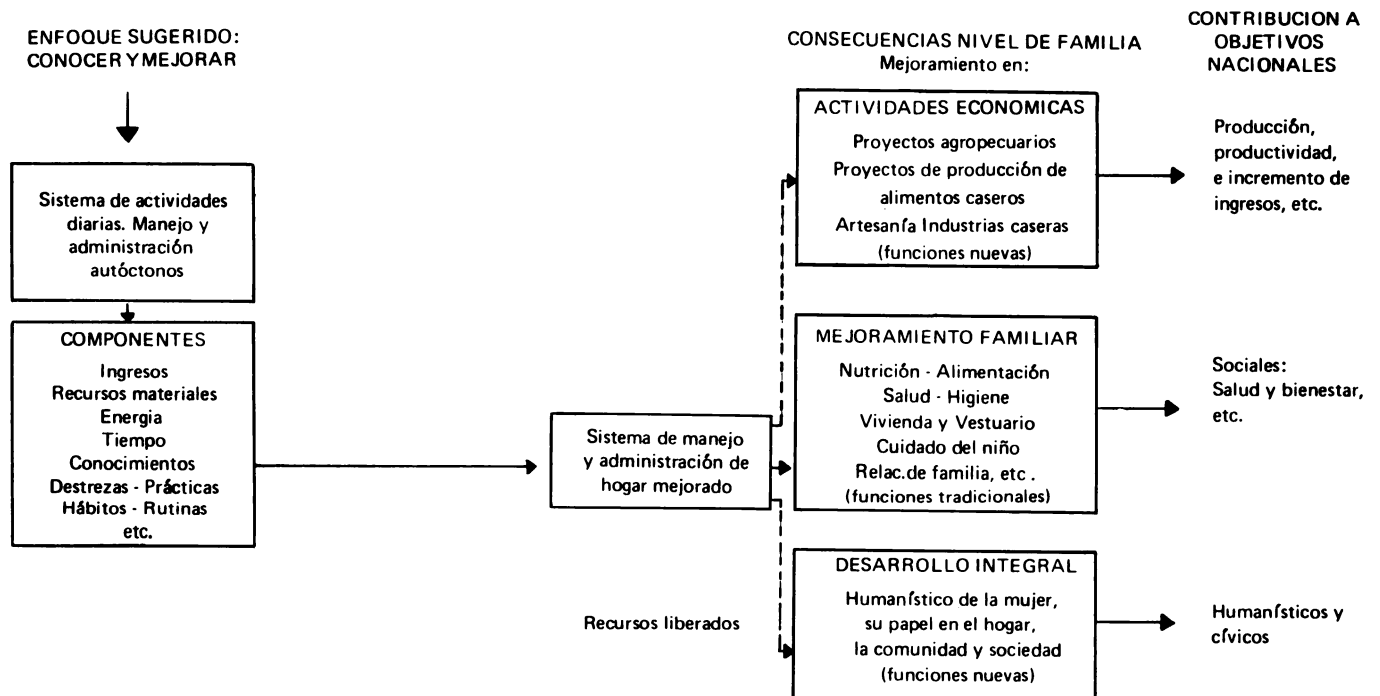
FIGURA 3 RELACION ENTRE E.H. Y MANEJO DEL HOGAR* RECURSOS DE LA FAMILIA



Esquema adaptado de Presvelou (1972: 5)

Presvelou clasifica "tiempo" como recurso no-humano. Para nuestro caso, el uso de tiempo (una variable modificable) es un recurso humano, quizás uno de los más importantes por su distribución totalmente equitativa.

FIGURA 4. MECANISMO DE CAMBIO EN EL ENFOQUE NUEVO DE EDUCACION DEL HOGAR*



* Las líneas quebradas indican recursos (tiempo y energía) de la mujer (y de otros miembros de la familia) liberados que permiten su mayor participación en actividades domésticas.

Eleição na ABED

DIRETORIA DA ABED GESTÃO 79-81

De acordo com a Ata nº 17, de 19-9-1979, a chapa eleita foi a seguinte:

Presidente	– Maria Lúcia Simonini;
Vice-Presidente	– Iolanda Almeida Schmidt;
1ª Secretária	– Myriam de Oliveira Fernandes;
2ª Secretária	– Antonina Santana;
Tesoureira	– Sônia Monteiro Dias;
Conselho Fiscal	– Leila Hadler, Raquel Monteiro Cordeiro Azeredo, Marlene Vieira
Conselho Técnico-Científico	– Tânia Cabral Araújo, Lúcia Maria Maffia, Mabel Cordini, Maria Stella Ribeiro Amaral Iara Maria Correia Della Senta;
Suplentes do Conselho Fiscal	– Nilza Maria Pinto Fontes, Nerina Aires Coelho Marques, Isa Maria Meira Rocha;
Suplentes do Conselho Técnico-Científico	– Olívia Maria Martha de Faria Salviano, Helga Maria Heck, Vilma Ávila Vianna, Eliza Maria Maia Gomes e Elza Maria Marques Vieira

Conferência sobre Programa da Mulher Rural no IICA

Prof^a Jan Hurwitch

A crescente participação da mulher na produção agropecuária e agroindustrial determinou um reconhecimento cada vez maior, por parte dos países, da importância deste setor da população no desenvolvimento rural.

Em conseqüência, teve incremento uma ação dos organismos nacionais e internacionais no sentido de apoiar a incorporação da mulher nos processos de desenvolvimento, sem deixar de lado os importantes papéis que ela desempenha.

No IICA cuida-se do estabelecimento de ações orientadas para incorporar a mulher no desenvolvimento rural, através de esforços especiais que permitam apontar metodologias apropriadas para as linhas de ação. Para o cumprimento desta política foi estabelecido o Comitê Institucional da Mulher Rural, o qual cumpre as seguintes funções:

- a) pesquisa e análise da problemática da mulher rural;
- b) recomendações sobre a política do IICA;
- c) modelos conceptuais de projetos com a subdireção de planejamento;

d) análise, avaliação e retroalimentação de projetos com a subdireção de operações;

e) apoio aos escritórios nacionais do IICA.

O IICA é um instituto autônomo da OEA que apóia as ações dos governos nos países da América Latina que são membros da Organização dos Estados Americanos. O programa da mulher é uma área nova em que o IICA está apoiando o estabelecimento de um processo de desenvolvimento rural orientado para a mulher do campo, levando em conta os dois grandes papéis reservados à mulher. Destes, o primeiro corresponde ao da mulher na própria profissão, que é o da mulher como melhoradora do lar, trabalhadora doméstica. O outro é o da mulher como produtora econômica remunerada, e é neste segundo papel que cada dia aumenta a participação da mulher.

Os programas da mulher rural no IICA são desenvolvidos em três etapas:

0 – ANO 1^a ETAPA

Pesquisa – (6 meses) – Informações sobre a situação da mulher rural da região escolhida para o trabalho.

2 – ANO 2^a ETAPA

Atividade – “Transferência de tecnologia”, que depende do país, da região, daquilo que a mulher rural quer para seu benefício próprio.

“Organização rural”, que procura fazer com que a mulher produza economicamente, participe politicamente e seja socialmente beneficiada.

5 – ANO 3^a ETAPA

Fortalecimento da vida familiar, que inclui serviços básicos, tais como saúde, educação, nutrição.

Produção associativa, através de cooperativas, grupos ou em associação, com vistas a uma produção econômica mais elevada.

Este programa do IICA, para 5 anos, denomina-se PATH (Programa de Apoio Técnico e Humano para a Mulher no Desenvolvimento Rural). O PATH ainda não foi implantado em nenhum país, pois se trata de um programa novo, ainda não conhecido. Sendo o IICA um organismo internacional, qualquer solicitação de assistência desse programa deve ser encaminhada através de um organismo do governo (federal ou estadual). Uma vez que o IICA firme convênio com quatro países da América Latina, esse programa será iniciado em 1980.

Painel Simples

Abertura do Painel Simples pelo Magnífico Reitor da UFPEL — Dr. IBSEN STEPHAN — Presidente de honra do Congresso.



TEMA:

“Medidas legislativas e institucionais necessárias para a promoção integral da família e da comunidade”.

COORDENADOR:

Dr. José Santochene Felice, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PAINELISTAS:

Senadora Eunice Mafalda Michiles, Congresso Nacional, Brasília/DF.
Dr. Adail Morais, Diretor da LBA de Porto Alegre/RS.

Dr. Ernesto Costella, Assistente Social e Diretor do INCOOP.

Deputada Dercy Furtado, Câmara Estadual, Porto Alegre/RS.

Dr. Jorge Alberto Furtado, Assessor do Governo/RS.

A abertura do painel simples foi feita pelo Magnífico Reitor da UFPEL, Dr. Ibsen Wetzel Stephan, que proferiu as seguintes palavras:

Participantes do V Congresso Nacional de Ciências Domésticas: Devo dizer-lhes que é para mim um grande prazer ser o Presidente de Honra deste conclave e que tenho grande satisfação em encontrar-me aqui agora, com o privilégio de falar na abertura deste painel.

Pelo conhecimento que tenho, vejo a importância deste V Congresso Nacional de Ciências Domésticas, promovido pela ABED e pela Faculdade de Ciências Domésticas da UFPEL

com a colaboração expressiva da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas e da Organização dos Estados Americanos. Estou certo de que esta Universidade, que há pouco mais de um mês comemorou seu 10º aniversário de fundação, presta hoje um testemunho valioso do esforço que vem realizando no sentido de afirmar-se como um centro irradiante de ensino, extensão e pesquisa, pois se assim não fora, certamente não mereceria a honra de participar e ser sede de tão importante evento cultural.

O tema central deste Congresso, “Por um projeto nacional para a promoção integral da família e da comunidade”, consulta os interesses mais fundamentais e permanentes da sociedade brasileira, pela relevância dos aspectos que serão discutidos e analisados, por reconhecidas autoridades, em painéis e conferências.

Já se tornou um aforismo dizer que a “família é a célula da sociedade”. Se retrocedermos no tempo, verificamos com efeito que a primeira forma de produção se realizou pela economia doméstica. A família primitiva, no afã de se abastecer à própria custa, constituiu histórica e sociologicamente um núcleo inicial de vida econômica que atingiu sua segunda etapa na economia urbana, na indústria artesanal dos agrupamentos medievais, e se expandiu por força da

lei de aplicação dos círculos econômicos até alcançar a indústria manufatureira da economia nacional. Daí ser possível inferir que a análise crítica da problemática sócio-econômica haverá de necessariamente reportar-se à família, unidade básica e célula social por excelência.

O que se fizer em benefício da estabilidade familiar será feito, sem dúvida, em proveito do equilíbrio e desenvolvimento da comunidade. A família é a única forma conhecida de associação integral, não sendo por simples efeito retórico que se observa que nela os seres se apresentam tais como são: o republicano se faz autocrata; o anarquista descansa na anarquia; o tímido levanta a voz, e o tribuno cala e sufoca o seu arrojo. E é nesse ambiente liberto de freios ou convenções que o indivíduo se transforma em pessoa e parte para o encontro com seu semelhante nos círculos mais amplos da convivência social.

Essa digressão vem a propósito de chamar a nossa atenção para alguns dos objetivos perseguidos pelo V Congresso Nacional de Ciências Domésticas.

O primeiro a merecer destaque é o empenho em despertar a consciência para a necessidade de incrementar esforços nacionais no sentido da promoção da pessoa humana. Esse é um compromisso a que a Universidade originária e finalisticamente não pode faltar.



Painel Simples (da esquerda para direita) Dr. Jorge Alberto Furtado, assessor do governo/RS; Deputada Estadual Dercy Furtado; Dr. José Santo-chene Felice, Prof. da UFRGS; Senadora Eunice Michiles; Dr. Adail Moraes, Diretor da LBA/RS; Dr. Ernesto Costelle, Diretor do Instituto de Orientação à Cooperativas/RS – INOCOOPS/RS; Economista Doméstica Rosa de Oliveira Treptow, Prof^a da FCD – UFPEL, Secr. da mesa.



Momentos antes do painel simples "Medidas legislativas e institucionais necessárias para a promoção integral da família e da comunidade" (da esquerda para a direita) Dr. Adail Moraes – Diretor da LBA/RS; Senadora Eunice Michiles – Congresso Nacional – Brasília; Dr. José Santo-chene Felice – Prof. da Universidade Federal do R. G. Sul.



Pronunciamento do Dr. Adail Moraes, Diretor da LBA/RS.

Ciências, Artes e Filosofia não contêm um fim em si mesmas, mas buscam diretamente promover o bem-estar do homem comum, ou não merecem respeito por desaparecer a dignidade. É ainda sob esse prisma que merece digna dimensão o vosso propósito de auxiliar instituições públicas e privadas a descobrirem os verdadeiros problemas nacionais quanto à qualidade de vida do nosso povo e à sua plena participação no processo de desenvolvimento.

DR. ADAIL MORAIS:

A idéia fundamental que parece ser proposta aos painelistas diz respeito às medidas legislativas e institucionais necessárias para integrar melhor as famílias carentes brasileiras na comunidade, melhorando o seu padrão de vida, já que muitas famílias vivem fora da realidade, sem as condições mínimas necessárias a um ser humano.

A LBA oferece sua experiência e sua fé, no trabalho comunitário como um dos grandes instrumentos de promoção da família brasileira. Acentuando as diretrizes marcadas pelo Presidente João Baptista Figueiredo, é preciso termos presente que, num país como o nosso, onde os recursos ainda não são suficientes, muitos dos problemas de importância podem ser

resolvidos com pequenos recursos, desde que os demos à ação comunitária.

Elogio os economistas domésticos que atuam na LBA, os quais, graças à sua formação adequada foram as principais figuras que atuaram na montagem da operação DELTA, projeto que atinge as mães pobres, mais carentes, e se está constituindo em instrumento de recuperação de milhares de criaturas no Brasil.

Se o Brasil chamar a si esse projeto, se fizer dele uma campanha e lhe der um sentido místico, quase de compromisso, durante um, cinco, seis anos, realmente modificaremos os tristes quadros de pobreza, miséria e tristeza que existem pelo Brasil! afora, sobre tudo na periferia das cidades.

É preciso pensar muito nas estagiárias de Ciências Domésticas; é preciso que lhes demos mais estágios, pois não são elas os elementos capazes de atender a uma tarefa muito importante, fazer do lar algo mais sadio e mais digno, pois quando se fala em dar condições de bem-estar às pessoas é preciso que elas tenham, primeiro, bem-estar no lar.

É preciso mobilizar toda a comunidade brasileira, uma vez que o panorama reflete uma grande problemática. Precisamos da ajuda do médico, do assistente social, do economista

doméstico e de todos que queiram colaborar para melhorar as condições sociais brasileiras.

SENADORA EUNICE MAFALDA MICHILES

Expressando as minhas convicções sobre o que nós poderíamos sugerir ao Executivo, em termos de proposição, para que se dê melhores condições à família, eu sugeriria:

- melhor distribuição da terra;
- melhor distribuição da renda, modificando a pirâmide de arrecadação de impostos que dá tudo para a União e pouco para o Estado.;
- planejamento familiar, o qual está muito ligado à mulher.

Nós temos assistido nesse século a uma explosão demográfica enorme. No Brasil, teremos nossa população duplicada dentro de 23 anos, ao passo que em alguns países da Europa essa população será duplicada dentro de 50, 100 ou 120 anos. No ano 2.000, teremos no Brasil 200 milhões de habitantes. Haverá condições para suportar esse desenvolvimento?

Atualmente nossa situação é a seguinte: 20 milhões de menores abandonados e 20 mil menores com problema de conduta. Em termos de saúde, como estamos? A mortalidade infantil é dramática, pois de 1.000 crianças nascidas morrem 65. Isto em números hipotéticos, pois se milhões de pessoas não são registradas ao nascer, é óbvio que não serão registradas ao morrer. Os leitos hospitalares são insuficientes e, além disso, 40% dos leitos ocupados nos hospitais do INAMPS resultam de desnutrição.



Pronunciamento da Senadora Eunice Michiles

Em termos de educação, como estamos? As vagas e escolas não atendem a toda a nossa população escolarizável. A UNESCO proclama que o homem precisa hoje de 12 anos de escolaridade para colocar-se num nível medíocre de escolarização a fim de enfrentar a vida. Enquanto países da Europa dão 6 horas de aula por dia, e o Japão 8 horas, não podemos dar sequer 3 horas, e mesmo assim não cumprimos o nosso preceito constitucional que diz que as crianças de 7 a 14 anos terão educação gratuita fornecida pelo Estado. E, além do mais, pagamos um salário indigno aos professores.

Estaremos nós preparados para enfrentar o ano 2.000 com 200 milhões de habitantes? Tenho como objetivo levar o Planejamento Familiar ao Congresso Nacional. Imagino que o País deve colocar à disposição dos casais de baixa renda os recursos, as informações e a orientação necessária para o controle da natalidade. Além do mais, a mulher tem o direito de ser mãe e não matriz.

DEPUTADA ESTADUAL DERCY FURTADO

O assunto é família. Família se estrutura de base, pois não há projeto de lei que obrigue o casal a se amar, ser fiel e dialogar com os filhos. É a partir dessa convivência fraterna, amiga, de diálogo e fidelidade que vamos construir personalidades fortes ou fracas.

Na família aprende-se a dividir. É a família que atua também como escola - escola de treinamento. Treinamento que não se faz com leis, mas



Pronunciamento da Deputada Estadual Dercy Furtado



Pronunciamento do Dr. Ernesto Costella, Diretor do INOCOOP/RS.

que começa por nós mesmos, como pai, como mãe, como filho.

É triste ver o terrorismo a nível familiar, onde os pais não se amam, onde os pais não dialogam com os filhos, onde a mulher está confinada ao mundo doméstico, onde o homem não permite que ela se promova.

De nada adianta, pois, haver a família se os alicerces não estiverem bem formados.

Como membro do Legislativo, estou empenhada no seguinte:

1. Aposentadoria para a dona-de-casa.
2. Não reduzir a pensão da esposa do contribuinte aposentado quando este vier a falecer.
3. Possibilidade do esposo receber pensão deixada pela contribuinte quando esta vier a falecer.
4. Ampla campanha para instalação de creches em todo o país.
5. Acesso de todas as mulheres brasileiras aos meios de informação que lhes permitam realizar o planejamento familiar.
6. Auxílio à maternidade para a mulher do agricultor.
7. Incentivo ao plano habitacional junto ao Governo.
8. Mudança do modelo econômico brasileiro no que se refere à distribuição de renda.

Dr. ERNESTO COSTELLA

Ao se pensar no projeto nacional de promoção logo se evidencia o problema da habitação, que é uma das necessidades básicas da pessoa humana.

Como estão o Rio Grande do Sul e o Brasil em termos de habitação? No Rio Grande do Sul o déficit qualitativo e quantitativo estimado atualmente é de 400 mil unidades. Se tomarmos por média cinco elementos por família, teremos dois milhões de gaúchos sem moradia.

Em termos de Brasil, não temos uma estatística precisa sobre o déficit habitacional, mas há uma estimativa que diz estar ele em torno de seis milhões de unidades. Se multiplicarmos novamente a média de cinco pessoas por família, teremos trinta milhões de brasileiros que não têm condições de moradia condigna. O crescimento vegetativo da população brasileira exige atualmente 600 a 800 mil novas habitações.

Se do esforço nacional conjugado tomássemos, hoje, a deliberação de construirmos 6 milhões e 400 mil unidades para cobrirmos o déficit existente, esbarraríamos num problema muito sério. No Rio Grande do Sul, 50% das 400 famílias que não

têm casa própria recebem até dois salários mínimos e, por conseguinte, não têm condição de comprar uma casa. Em termos de Brasil, 54,7% dos seis milhões de famílias sem casa própria recebem apenas dois salários mínimos e, portanto, também não têm condição de adquirir uma casa. Nos seus quinze anos de existência o BNH construiu em todo o Brasil aproximadamente dois milhões de unidades, mas até hoje não atendeu a nenhuma família situada na renda familiar de 1 a 2 salários mínimos. Vejam bem a seriedade deste problema, pois de saída 50% dos brasileiros são excluídos do plano habitacional, e justamente os 50% com maior problema de moradia.

Que vamos fazer diante desta realidade?

O BNH criou um programa de financiamento de lotes urbanizados que permite à família que recebe de 1 a 2 1/2 salários mínimos ter acesso não à casa, mas sim a um lote urbanizado com toda a infra-estrutura.

Então viria a pergunta: E a casa, como a família vai conseguí-la se não tem nem condições para atender às suas necessidades básicas? Foi criado um segundo programa, denominado "Programa de financiamento à ampliação e melhoria da unidade". Com esse programa acoplado ao anterior prevê-se que a família, uma vez compradora de um lote, se candidate também à compra de material de construção, para, então, implantar a sua unidade.

Teoricamente parece viável o programa, mas se a família recebe apenas até dois salários mínimos, se ela tem que atender a todas as necessidades familiares e ainda está pagando o lote, terá ela condições de pagar também o material para construir sua casa?

O BNH conta com um terceiro programa, mais antigo, que é o programa das companhias de habitação — as COHAB — que atende hoje, com casa, às famílias que recebem de 2 1/2 a 5 salários mínimos. A COHAB do Rio Grande do Sul tem 15 anos e fez 15 mil unidades.

Há um quarto programa, o das cooperativas habitacionais. Existem no Brasil 300 cooperativas habitacionais (O Rio Grande do Sul tem 72 coopera-

tivas) que construíram aproximadamente 400 mil unidades. Mas essas cooperativas atendem à faixa de 5 salários mínimos.

O déficit habitacional provém do seguinte:

- crescimento vegetativo da população;
- migração campo — cidade média — cidade grande;
- descenso social, isto é, famílias que podiam suportar o aluguel hoje não têm condições para fazê-lo.

No início a experiência do BNH foi um pouco desastrosa, pois apenas implantavam núcleos habitacionais sem equipamento comunitário. Mais tarde, houve uma reformulação muito significativa e, hoje, só se aprova um projeto habitacional se der todo o equipamento comunitário necessário: creches, centro social, posto de saúde, equipamento de lazer e recreação. Então, junto a um programa habitacional temos, hoje um, programa de desenvolvimento comunitário, onde se faz necessária a participação de técnicos das diversas áreas sociais.

DR. JORGE ALBERTO FURTADO

Há dois caminhos básicos para o homem promover-se na vida:

- através da educação
- através do trabalho.

No caminho da educação, na medida em que foram sendo criadas as instituições escolares, o homem foi aprendendo a registrar seus progressos individuais. A escola era uma grande registradora dos progressos individuais do homem, mas, ao mesmo tempo estava desvinculada da vida prática, dos conhecimentos globais necessários. Atualmente, porém, a escola divide, analisa e registra os progressos individuais, o que é de enorme importância, pois no mundo moderno somos anônimos, e um diploma, um bom currículo, é símbolo de status.

Mas a escola tornou-se artificial, fraca diante da realidade, uma vez que não se leva em conta o mercado de trabalho. Cursos são criados e pessoas são lançadas no mercado de trabalho sem que muitas vezes encontrem colocação.

Por outro lado, existe o caminho do trabalho. Antigamente vigorava um sistema em que, dependendo do grau de aprendizagem do indivíduo, este era mestre, artesão, artífice ou aprendiz. Este último, depois de certo tempo de aprendizagem, teria uma ascensão social e poderia chegar a mestre. A preocupação fundamental era a fiscalização do exercício da profissão e a defesa dos interesses econômicos desta.

Que resíduos culturais trouxe esse tipo de mentalidade à vida brasileira atual? As principais características são as seguintes:



Pronunciamento do Dr. Jorge Alberto Furtado, Assessor do Governo/RS.

1. a criação e a existência dos conselhos de fiscalização do exercício profissional, e
2. os sindicatos, que se caracterizam pela reivindicação dos interesses das categorias.

A escola produz profissionais — no caso os economistas domésticos —, que querem ver reconhecida a sua profissão, embora já sejam reconhecidos em cargos públicos, no quadro social, etc. A recomendação que faço aos líderes da classe com vistas à regulamentação da profissão é a de que tratem do seguinte:

- demonstração pública da organização da categoria e;
- comprovação das fronteiras da profissão, que é dada pelo currículo.

DR. JOSÉ SANTOCHENE FELICE

Na realidade brasileira nada promove mais do que falar sobre a pobreza. Que fazer para resolvê-la? O Rio Grande do Sul provou que a reforma agrária é viável, técnica, social, econômica e politicamente, e não se constitui naquela crença equívoca de que se trata de tomar terras de quem dignamente as faz produzir. Reforma agrária não é tomar terras de ninguém, mas utilizar as terras não aproveitadas. Com isso a miséria é em parte evitada e a família colonizada.

No Rio Grande do Sul há um Projeto do Passo Real que abrange 650 famílias, 82% das quais analfabetas, que forçosamente ficariam ao desabrigo com a inundação da Bacia do Passo Real em 1970. Essas famílias foram amparadas através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que foi extinto pelo INCRA, e hoje o agricultor está recebendo uma remuneração líquida mensal de Cr\$ 20.500,00. Por outro lado, a área que beneficiava três famílias passou a beneficiar 650 famílias, e o Governo a receber uma produção 214 vezes superior à anterior.

O problema não é só conseguirmos novas leis. É conseguirmos um nível cultural, uma mobilização coletiva para exigirmos o cumprimento das leis que estão disponíveis. Por sua vez, essas leis devem ser adaptadas e aperfeiçoadas com o correr do tempo em função dos objetivos nacionais.

Debate do Painel Simples

SANTOCHENE:

Passaremos agora às duas etapas finais do painel. A primeira consta de um rápido diálogo entre os participantes do painel, para ver em que medida estamos todos de acordo; que fazer para valorizar efetivamente a família; até que ponto pode uma eco-

nomista doméstica empreender esse trabalho de valorização?

Na segunda etapa a palavra será dada ao plenário.

PERGUNTAS:

SANTOCHENE: A economista doméstica pode desempenhar um papel importante num programa mais ambicioso de urbanização, orientado para as camadas menos favorecidas, como o de moradia para aquela família que recebe menos de dois salários mínimos? Como seria isso viável?

DR. COSTELLA: Atendo-me exclusivamente ao problema habitacional, afirmo que construir casas sem o acompanhamento de um desenvolvimento comunitário é entregar casa sem telhado. Esse desenvolvimento comunitário, por sua vez, não é tarefa específica de ninguém. É uma obrigação de todos, especialmente de uma equipe interdisciplinar composta de assistentes sociais, sociólogos e economistas domésticos. A equipe que vai ser montada para trabalhar nos conjuntos no INOCOOP não tem atualmente economista doméstico, mas eu defendo a necessidade da sua presença numa equipe interdisciplinar. A meu ver, é muito mais que importante, é necessária a presença do economista doméstico nessas equipes que atuam junto aos núcleos habitacionais.

PLENÁRIO:

Muitas vezes entramos nos núcleos habitacionais para trabalhar com pessoas que já têm muitos problemas, o que dificulta o trabalho. Como o projeto do INOCOOP é novo, não poderia tal trabalho ser iniciado antes de as pessoas entrarem nas suas casas? Não haveria possibilidade de que o trabalho do economista doméstico fosse preventivo na ação comunitária?

DR. COSTELLA:

Quando se fala no INOCOOP, fala-se de cooperativas habitacionais. O programa de cooperativas se distingue do programa da COHAB, pois a cooperativa existe antes de existir a casa. A casa é a resultante da cooperativa habitacional. Na montagem do programa cooperativo, nós sempre iniciamos primeiro um trabalho com o grupo morador. Inclusive, o projeto se divide em quatro fases: 1) fase de



Momento em que o Dr. José Santochene Felice, Coordenador do painel, compõe a mesa. (da esquerda para direita, já na mesa) Dr^a Dercy Furtado — Deputada Estadual; Dr. José Santochene Felice — Prof. da UFRGS; Senadora Eunice Michiles; Dr. Adail Moraes — Diretor da LBA/RS.

fundação da cooperativa habitacional; 2) fase da construção do empreendimento habitacional; 3) fase antes da ocupação da moradia; 4) fase depois da ocupação.

PLENÁRIO:

Que poderia ser feito em termos estaduais (à Deputada Dercy Furtado) e em termos nacionais (à Senadora Eunice Michiles), para institucionalizar um projeto nacional para a promoção integral da família e da comunidade? Qual seria a nossa colaboração como mulheres, como donas-de-casa e como profissionais em Economia Doméstica?

DEPUTADA DERCY FURTADO:

Eu propus em Brasília que fossem criados ministérios ou secretarias a nível de Estado, que tratassem dos problemas de família, e então todos esses profissionais envolvidos com a família ali teriam o seu campo de ação.

Outra das idéias que defendi, e que defendo, é o planejamento familiar. No momento a Igreja está desenvolvendo um plano junto ao Governo do Estado para um melhor planejamento familiar, e eu fico feliz porque colaborei muito para esse plano.

Acredito também que, a nível federal e estadual, seja possível criar-se alguma coisa, um organismo que trate dos problemas da família, e onde todas essas profissionais — assistentes sociais, economistas domésticas — possam trabalhar ativamente para maior felicidade das famílias.

SENADORA EUNICE MICHILES.

Não acredito que exista um plano, uma preocupação isolada, mas sim

uma série de proposições realmente voltadas para que a gente possa dar uma situação melhor, mais condizente à família brasileira. Quem sabe vocês, como profissionais desta área, poderiam mandar para o Senado ou para a Câmara uma proposição?

Concordo plenamente com a Deputada Dercy Furtado quando diz que deveria existir um organismo de ministério ou secretaria que tratasse dos deveres específicos da mulher.

DR. ADAIL MORAIS:

Gostaria de fazer uma breve referência apenas às sugestões de que se crie um ministério. Acho que a intenção é excelente, mas não acredito muito que possamos criar novos ministérios. Nós temos estruturas que apenas precisam ser fortalecidas, aperfeiçoadas, melhoradas. A Legião Brasileira de Assistência é um bom começo. É uma entidade que pretende fazer educação e promoção social e que presta assistência por uma questão de necessidade extrema, porque não pode deixar de prestá-la. Segundo nossa experiência a mulher pode fazer muito bem esse tipo de trabalho. Vejamos bem que na LBA do Rio Grande do Sul a mulher ocupa uma posição muito importante e de predomínio, pois dos 172 núcleos de voluntariado só cinco são presididos por homens.

PLENÁRIO:

Trabalho na EMATER e em decorrência desta experiência em extensão rural junto ao agricultor observei que a família rural não tenta resolver seus problemas matrimoniais. Gostaria de saber o que está sendo feito para o casamento ter base? Há uma obrigatoriedade de fazer um curso religioso,

mas no civil o que está sendo feito por esta família?

DEPUTADA DERCY FURTADO:

Não é um curso de noivos que forma o jovem e a jovem para o casamento. O primeiro lugar para a formação para a vida de casado é a família. Nada melhor para fazer uma família feliz do que uma família feliz. É através da família que vamos formando famílias felizes.

Além dos movimentos para casais, além dos cursos de noivos, também apresentei um projeto ao Secretário de Educação no sentido de que fossem incluídos no currículo do segundo grau cursos de preparação para a vida de família. Ensina-se tanta coisa na escola de 2º grau e não se ensina a uma jovem, a um rapaz como dialogar com seu esposo, como enfrentar um problema de desajuste, etc.

PLENÁRIO:

Acho esses movimentos familiares extremamente válidos, excelentes. A comunidade precisa deles, e um dos papéis do economista doméstico é este de educar para a vida em família. Há uma frase que diz "já se aprende a viver em família na escola". Então, não podemos ter essa formação para a vida familiar na escola? Na escola aprende-se a plantar, colher, construir, fazer mil coisas. Por que não aprender a viver em família? Estamos criando em Economia Doméstica, no Brasil, a área de Relações Familiares: o Desenvolvimento Humano. Nesses cursos nós não damos normas, receitas, mas sim oportunidade para que as pessoas reflitam sobre a vida familiar, aprendam a viver em família. Este curso porém, é discriminatório, porque se há educação para o lar os rapazes não podem fazer.

Apresentação de Experiências Profissionais

IARA MARIA PERRISONI RISSONE

Assessora Técnica da 1ª Delegacia de Educação – Porto Alegre/RS

Minha experiência é na área da melhoria do ensino. A Delegacia viu a necessidade de criar um grupo de currículo, e eu faço parte da equipe de ativação de currículo.

A grande maioria dos nossos professores não tem qualificação porque eram antigos professores de escolas primárias que foram aproveitados. Por isso nós temos um projeto, que é dar atendimento direto ao professor.

Uma grande necessidade sentida pela Delegacia é a de integração da comunidade com a família em termos urbanos, já que o enfoque da Educação para o Lar no meio urbano é bem diferente daquele do rural.

É preciso que nos nossos alunos do 1º grau seja desenvolvida uma consciência crítica. É preciso que ele tenha aquela técnica científica de medir, pensar e ver as coisas e comparar.

IRACEMA SMITH

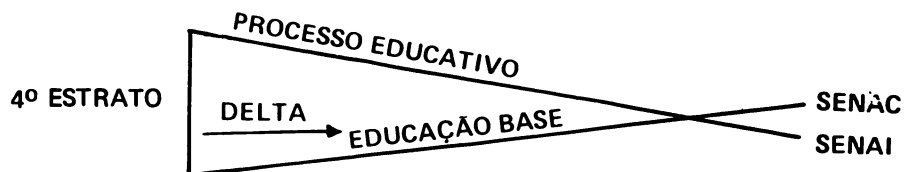
Assessora de Educação para o Lar da LBA

Como já foi dito, a LBA é uma fundação do Ministério da Previdência e Assistência Social destinada a atender ao quarto estrato da população brasileira – a família menos favorecida.

O programa da LBA vem há muitos anos sentindo o problema da mobilização, da sensibilização, da motivação dessa família carente. Há questão de um ano nós nos lançamos numa metodologia de trabalho que será como que uma instrumentalização visando a corresponder a uma necessidade básica de família: vestuários, alimentação, prestação de serviço e habitação. Por isso, quando uma pessoa vem à LBA solicitar auxílio, a gente aproveita a oportunidade dessa assistência para dar-lhe um treinamento compacto e fazer com que ela participe integralmente na elaboração de uma tarefa. Então essa pessoa, e conseqüentemente o seu grupo familiar, é envolvida por toda a estrutura da Le-

gião e por todos os serviços que a Legião presta. Esses serviços compreendem: registro civil; creche casulo; IPE; atendimento de lactário; organização em clubes de mães; convênios com hospitais; internatos para menores de 7 a 14 anos; manutenção desses menores e cursos de iniciação ocupacional para eles; programas de iniciação ocupacional para a família, partindo do levantamento do mercado de trabalho, das oportunidades da comunidade em que a pessoa vive; e, finalmente, um programa de núcleo de produção, núcleo de prestação de serviços, que consta do treinamento da pessoa durante um ano no exercício de uma atividade remunerada.

Outro programa da LBA é o Programa ALFA, que atende ao excepcional e ao idoso, e o Programa de Assistência Social do Furrural.



Os clientes da LBA são a chamada população do 4º estrato, que é a aquela que ganha até três salários mínimos. A população mais carente, aquela que ganha menos que três salários mínimos, entra no programa da LBA através da operação DELTA, que consta de treinamentos rápidos de 30 horas complementados pelo programa de educação para a saúde e adaptados às necessidades do município onde a ação está sendo desenvolvida.

Com o cliente da LBA pode acontecer: 1. que faça parte de uma população flutuante e simplesmente desapareça. 2. que vá para o mercado de trabalho, depois de ter tido uma iniciação ocupacional, motivado para o trabalho. 3. que seja ainda um cliente incipiente e precise de auxílio da LBA.

A LBA não dá profissionalização. Se o indivíduo tiver potencialidade, vai procurar o SENAC, o SENAI ou

A maioria dos profissionais que estão na LBA é formada por médicos, assistentes sociais, advogados, dentistas e economistas. A nível do Rio Grande do Sul há dois economistas domésticos dentro do esquema da LBA, mas o mercado de trabalho se estende por todo o Brasil, pois a LBA tem diretorias estaduais em todos os estados e territórios, havendo possibilidade de um entrosamento com as universidades para o estabelecimento de campos de estágios e futuras vagas de emprego.

CLEUSA COSTA

Coordenadora de Execução da Divisão de Educação para o Trabalho da LBA – Porto Alegre/RS.

Representação de um processo educativo desenvolvido pela LBA.

outra instituição que realmente forneça a profissionalização e onde ele receba a educação de base.

Estamos trabalhando em colaboração com a Divisão de Serviço Social, sem maiores atritos, porque a nós, economistas domésticas, cabe fundamentalmente dar a educação de base que envolve a família nas áreas de vestuário, habitação, alimentação e prestação de serviços. Esse é o nosso papel dentro da assistência social, complementar o serviço social, pois este sózinho não faz aquilo que deve ser feito em prol da família brasileira carente.

MIRIAM FERNANDEZ

Professora de Desenvolvimento da Criança – Universidade Federal de Viçosa – Minas Gerais

O Departamento de Economia trabalha na área específica de Desenvol-

vimento Humano com duas disciplinas: Relações Familiares e Desenvolvimento da Criança.

A disciplina Relações Familiares visa a ministrar conhecimento a respeito da dinâmica familiar, do que é a família, suas funções, os papéis dos membros da família, etc. Nós participamos, na qualidade de economistas domésticas, na formação do indivíduo orientada para a educação familiar, para a vivência da família.

Na disciplina Desenvolvimento da Criança, julgamos imprescindível, na formação do profissional, conhecimentos sobre o desenvolvimento humano, pois como vamos falar da família se não falarmos da criança? Com o trabalho da mulher fora de casa há necessidade de que um profissional ajude a família no processo da criação dos filhos. Por isso, o Laboratório de Desenvolvimento Humano foi criado como uma necessidade prática para a disciplina Desenvolvimento da Criança. Trabalhamos com as crianças na faixa pré-escolar de 2 a 6 anos, visando a de 0 a 2 anos, que é a faixa de creche. Atendemos só ao pessoal da Universidade, filhos de

operários, funcionários e professores, criando um grupo heterogêneo de 15 crianças.

IRMÃ MARIA DO CARMO SILVA

Lorena/SP

Fizemos a Feira de Ciências Domésticas para que as comunidades de Lorena e cidades próximas vissem e conhecessem um pouquinho de Ciências Domésticas.

A Feira teve três objetivos: 1) integrar a Escola/Comunidade; 2) divulgar o Curso de Economia Doméstica, mostrando o que se pode fazer pela comunidade; 3) desenvolver a educação não-formal com as famílias de baixa renda tanto do meio rural como do urbano.

Os alunos escolheram as áreas e os trabalhos que queriam apresentar e montaram vários mini-stands. Havia stand sobre educação e proteção do consumidor, demonstração e preparo de soja, têxteis na educação do consumidor, alimentação infantil, horta em vasos, equipamentos domésticos.

Houve uma participação muito grande da comunidade, o que nos faz pensar que os objetivos foram alcançados.

IRMÃ TERESINHA DE CARVALHO CASTRO

Lorena/SP

Eu me chamo Salina e venho substituir a Irmã Teresinha por ser professora da Faculdade de Santo André e por ser economista doméstica.

Falarei sobre a Semana de Economia Doméstica, que aconteceu em maio e teve os seguintes objetivos: 1) alargar o horizonte de alunos e profissionais de Economia Doméstica; 2) divulgar o curso de Economia Doméstica junto a outros segmentos da comunidade; 3) promover o intercâmbio de experiências e consolidar a consciência profissional; 4) levar o aluno e o profissional a avaliarem objetivamente o potencial do mercado de trabalho.

Tivemos temas interessantes, como, por exemplo, o abordado pela Débora Fontinelli, da Companhia



Painel de Interrogação (da esquerda para direita) Dr. José Gomes da Silva — Presidente da ABRA — Coordenadora do painel. Líderes rurais: Sr. Ciro Amaral — Canguçu/RS; Sr. Plácido Barroco; Sr. Iraci Pereira — Rio Grande/RS; Sra. Norma Grupelli — Pelotas/RS; Sr. Dálvaro Amaral — Canguçu/RS; Especialistas em Desenvolvimento Rural. Walmir Lopus Laranjeira — Economista Doméstica EMATER/Rondonia; Prof^{ma} Tânia Araújo — Economista Doméstica — UFCE; Heleieth Saffiotti — Socióloga da Universidade Estadual Paulista — UNGSP; Prof. Mário Osório Marques — FIDENE — Ijuí/RS.



Vista parcial do plenário. (Na 1.ª fila da esquerda para direita) Economista Maria Lúcia de Holanda Mello. Dr.ª Eleonora Cebotarev, Economista Doméstica da Universidade de Guelph, Canadá. Economista Doméstica Olívia Martha Faria Salviano – CODEVASF Brasília.

Nestlé, que falou sobre o papel da economista doméstica na indústria alimentar contemporânea. Tivemos a colaboração do PROCON e da SWIFT, assim como da professora Violeta Odete Costa, de Piracicaba, que nos falou sobre a Economia Doméstica no desenvolvimento sócio-econômico da indústria têxtil. Tivemos a colaboração de Edith Haisler, da Revista Cláudia, que falou sobre o papel da economia doméstica no serviço de divulgação, e do ex-presidente da NESTLÉ, Oswaldo Baleiros, que nos brindou informações sobre Economia Doméstica em 13 comunidades, estabelecendo um trinômio de integração muito interessante.

Nossa faculdade é bem nova e vai formar a primeira turma no ano que vem.

TERESINHA DE OLIVEIRA

SESI Regional de Pernambuco

A Educação Familiar do SESI é chefiada por uma economista domés-

tica. Trabalhamos com cursos nestas quatro grandes áreas: Alimentação, Vestuário, Organização e Administração do Lar e Educação e Saúde. Atuamos em 16 centros de atividades e uma unidade operacional. Estes centros estão localizados no Grande Recife e em cidades do interior. Atendemos à família operária, que é a clientela específica do SESI, mas damos uma abertura de 10% das vagas de cada curso para a comunidade. Os cursos funcionam como um meio para atingir a Educação Familiar. O elemento que participa dos cursos só terá condição de receber um certificado quando tiver percorrido as quatro áreas.

Atendemos também à clientela infantil na faixa etária de 12 à 15 anos.

As professoras que atuam diretamente nos cursos não têm qualificação, porque na época em que foram contratadas pelo SESI davam cursos de corte e costura, arte culinária, trabalhos manuais e não havia esta conotação de Educação Familiar. Estamos

tentando dar treinamento a essas professoras, motivando-as para que transmitam a parte educativa.

VANI DE ANDRADES

SESI de Pernambuco

Complementando o trabalho em Economia Doméstica do SESI de Pernambuco, dirigimos também uma Unidade Operacional de Aprendizado Doméstico que chamamos de Laboratório de Economia Doméstica. Neste laboratório, além da parte de Educação Familiar, desenvolvemos a parte de capacitação profissional dentro da área de Economia Doméstica, como, por exemplo, nos cursos de preparação profissional para o emprego doméstico. Através desses cursos procuramos capacitar as pessoas mediante uma educação integral, visando aos aspectos técnicos, humanos e sociais, e encaminhamos essas pessoas para um emprego, já que o SESI mantém um serviço de colocação de mão-de-obra.

Também temos, dentro da nossa unidade, a parte de capacitação funcional, onde são preparados profissionais segundo as necessidades do mercado de trabalho.

Nossa equipe de trabalho nesta unidade operacional é interdisciplinar, com profissionais da área de Pedagogia, Psicologia, Advocacia, Assistência Social e Economia Doméstica.

ROSA MARA PORTO AMARAL

Fundação Sul-rio-grandense de Assistência da Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Vou fazer algumas colocações sobre programas e projetos em que a Economia Doméstica atua dentro da Fundação Sul-rio-grandense de Assistência.

Atuamos no Programa de Atendimento ao Idoso Carente em Insituições, o qual envolve voluntários como dirigentes e atendentes. O trabalho nessas entidades é feito através de contatos, entrevistas, reuniões e treinamento.

No Projeto Operação Casulo o Ministério da Previdência Social, a LBA e a Fundação Sul-rio-grandense são trilaterais. A LBA repassa verba para

que a Fundação, através dos seus técnicos, atue em creches dando orientação. O trabalho é realizado por uma equipe formada por um assistente social, um economista doméstico e um sociólogo.

Temos o Programa de Baixa Renda mediante o qual os economistas domésticos atuam nas obras e prefeituras onde em geral auxiliam na programação do Departamento de Assistência Social

A Fundação Sul-rio-grandense de Assistência manteve convênio com a COHAB, mediante o qual os economistas domésticos atuaram em Desenvolvimento da Comunidade.



Vista do plenário, tendo ao centro a presença da Senadora Eunice Michiles.

Painel de Interrogação

COORDENADOR:

Dr. JOSÉ GOMES DA SILVA
Presidente da Associação Brasileira
de Reforma Agrária (ABRA)

PAINELISTAS:

- MESA A – Líderes rurais.
MESA B – Especialistas em Desenvolvimento Rural:
- Socióloga Heleieth Saffiotti, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara.
 - Professor Mário Osório Marques, FIDENE/Ijuí.
 - Walmir Lopes Lorangeira, Economista Doméstico, EMATER - Rondônia.
 - Tânia Araújo, Economista Doméstica, Universidade Federal do Ceará.

Líderes Rurais:

- Canguçu
Dálvaro Amaral
Ciro Amaral
R. Grande
Plácido Barroco
Iraci Pereira
Walimir Carvalho Pereira
Pelotas
Norma Grupelli

O apresentador, iniciando os trabalhos, fez à platéia algumas considerações sobre o trabalho a ser desenvolvido, consubstanciadas no seguinte:

1. A utilidade da reunião dependerá das colocações que os agricultores fizerem.

2. O trabalho deverá ser objetivo, não só pela distância percorrida e o sacrifício feito pelos presentes para comparecerem à reunião, como também porque o que nela for definido deverá ser ouvido pelas autoridades e sentido pelo Governo. Desse modo, deve-se aproveitar ao máximo as discussões, para que a nação tire o melhor partido, em termos de operatividade, dos conhecimentos dos presentes.

Finalizando, o apresentador esclareceu que a pretensão do grupo é levantar os problemas sentidos pelas comunidades rurais. Tudo isto objetivando à promoção integral da família e da comunidade. A maneira mais prática e menos formal de tirar proveito do tempo seria perguntar aos agricultores o que eles realmente sentem como problemas cruciais da comunidade onde vivem. Assim sendo, a tribuna foi posta à disposição do grupo de agricultores.

Um agricultor tomou a palavra e, pedindo desculpas por sua maneira de expressar-se, falou sobre a situação sócio-econômica dos agricultores que, segundo ele, é a tal ponto insustentável que estes estão optando pela cidade na tentativa de encontrar melhores condições de trabalho. Para ele, embora a agricultura esteja crescendo em volume de produção, o agricultor está empobrecendo. Finalizando, questionou o grupo de líderes rurais sobre a solução que poderia ser proposta para a situação.

Um segundo agricultor disse que não podia dar sugestões para uma solução, mas sim levantar alguns problemas por ele sentidos, que estariam levando o homem rural a emigrar para a cidade. Segundo ele a solução está na terra, mas a burocratização do crédito impede a aquisição de terra. O homem do campo que é dono da terra deve dar 30% do que produz ao proprietário, ficando sem condições para custear os estudos dos filhos. E a juventude anseia, deseja estudar. Outro problema é a televisão, que tolhe o diálogo entre pais e filhos e favorece o choque de classes e gerações. O resultado é que os jovens se sentem atraídos pela cidade, marginalizando-se, já que não têm experiência e profissão. Por isso talvez a solução fosse prender o homem no campo, levando a atração da cidade para o campo. Fala-se tanto nas pequenas empresas que talvez a solução seria levar essas pequenas empresas para o

campo de modo a absorver a mão-de-obra excedente, aquela que para ter direito à Previdência assina carteira para trabalhar por temporada nas indústrias de Pelotas. Outra solução seria a cooperativa, de modo a assegurar um preço para o seu produto. Os produtores que vendem produtos perecíveis para as indústrias esperam cinco meses para receber, e o dinheiro já chega desvalorizado pela inflação.

Após agradecer, passou a palavra a outro líder que falou sobre a situação da mulher que abandona seus afazeres para ajudar o marido, porque há falta de mão-de-obra e de preço-base para o produto agrícola. Enquanto o consumidor paga altos preços pelos produtos hortigranjeiros, o produtor é explorado e desestimulado em seu trabalho porque o preço do mercado não compensa. A solução seria levar esse produto ao consumo urbano a preço que propiciasse maior consumo e, portanto, mais lucro. Outro ponto a debater seria a assistência rural, porque o Fundo Rural está aquém do que se necessita. O INPS, embora não seja ideal, é um seguro para o agricultor e sua família. Outro assunto a discutir seria o crédito, ou melhor, a desburocratização do crédito, porque o produtor necessita de avalista. Diante dessa situação o agricultor parte para a cidade onde ele, a mulher e o filho se empregam a fim de ter um salário familiar que compense mais do que produzir no interior. Há necessidade de as autoridades competentes olharem um pouco para o assunto, para o agricultor se sentir mais estimulado, atender melhor aos filhos, e a mulher dedicar-se mais à família e à casa.

A seguir a palavra passou para outro agricultor, que falou sobre a pequena oferta de estudo e a má qualidade do ensino no meio rural, assim como sobre a dificuldade que as crianças sentem para ir além da 4ª série. Com relação aos professores, também é difícil trazer professores para lecionar no meio rural. Em algu-

mas localidades há crianças de 7-8 anos sem registro; casais sem casamento; falta de assistência à gestante, etc. Citou, ainda, problemas de doenças graves sem assistência médica. Finalizando, falou sobre o trabalho da mulher que vive marginalizada, eterna doméstica do marido.

Outro painelistas levantou o problema da desintegração da família no meio rural, indo para a cidade. Solicitou maior assistência das autoridades ao pequeno agricultor, crédito e médico tudo na zona rural. O problema da aposentadoria do agricultor foi o tema levantado por outro painelistas. A pensão paga à esposa representa metade do salário, que já é frágil. O Funrural, que deve dar assistência ao acidentado, muitas vezes se exime, não a prestando.

A seguir o Coordenador tomou a palavra para analisar o que fora debatido, propondo a primeira conclusão, a de que os agricultores sabem exatamente qual é a sua situação e identificam seus problemas.

Passou, então, a palavra ao segundo grupo de painelistas, ou seja, aos especialistas. O primeiro a falar foi Waldir Larangeira, extensionista, que enfocou o fato de agentes de extensão serem poucos. Com respeito ao problema das escolas, citou Rondônia, onde se está tentando conseguir professores nas próprias comunidades para que estes tenham remuneração e credencial de professor. Rondônia está na 4ª fase de migração: o produtor rural veio do Nordeste, passou por São Paulo, foi ao Paraná, a Mato Grosso e terminou em Rondônia. Situando o problema da migração, disse ser uma procura de dias melhores. Não há, porém, infra-estrutura, e os benefícios que nos dá a cidade e levamos a eles não se adaptam às necessidades deles no meio rural. Outro fato a focar seria o preço de mercado: a cooperativa no Brasil é desacreditada. Daí trabalharem as economistas domésticas com a família dando noções de associativismo, para que esta tenha uma consciência social, grupal. Mas é preciso ainda trabalhar com o poder decisório, que não é o produtor, mas os prefeitos, os secretários de Agricultura, tendo em vista chegar ao Governo.

Falou, a seguir, Tânia Araújo, que abordou os temas levantados — êxodo rural, migração — analisando estes problemas a nível do Nordeste. Resumindo, afirmou que a questão se sintetiza no problema de estrutura fundiária e sistema econômico. Também fez um levantamento da questão agrária, chegando à conclusão de que se trata de um problema social, econômico e político no sentido de uma melhor distribuição da renda. Nosso modelo econômico torna-se cada vez mais concentrador da renda, e todos os problemas guardam relação com a distribuição desta.

Voltando ao problema da mulher, Tânia disse que a lei brasileira, no que tange à mulher que trabalha no campo, é misógina. O auxílio de meio salário mínimo aos 60 anos destina-se só ao homem, não à mulher. Esta só tem direito à aposentadoria se for solteira ou viúva; se tiver vínculo legal com um homem perde o direito à aposentadoria. Mas na cidade também as leis são fracas. E a obrigatoriedade de creches? E os concursos da Petrobrás que discriminam as mulheres? Assim é que há discriminação na cidade e, evidentemente, mais ainda no campo.

A palavra foi passada ao Professor Mário Marques, que disse acreditar numa única solução — a auto-organização do povo, no caso a auto-organização dos agricultores, para o equacionamento de problemas mais gerais e específicos, como a reforma agrária. Citou Ijuí, onde em 1962 os agricultores se organizaram para matar formigas, liquidando com elas. Hoje se organizam para formar cooperativas e obter crédito fundiário, em que este é dado sob a forma de repasse e o dinheiro levado para casa no mesmo dia. Há ainda os núcleos de senhoras, onde as mulheres participam com mais garra nos problemas dos sindicatos e cooperativas. Finalizando, discorreu sobre o que a seu ver era o maior entrave à auto-organização do povo: aquelas pessoas que, afirmando trabalharem para o povo, estão convencidas de que sabem alguma coisa, que vão ensinar, mas a realidade é que nada será ensinado. Ele, o agricultor, é quem deve conhecer seus problemas e se organizar; não ser organizado pelos técnicos.

Antes de passar a palavra ao plenário o Coordenador citou dois tópicos que haviam sido levantados e não discutidos: a sociedade de consumo e o papel do pequeno agricultor no processo agrícola produtivo.

As perguntas transcritas a seguir foram feitas pelo plenário:

- Ao professor Mário Marques: onde foi feita a experiência a que o senhor se referiu?
- Prof. Mário: No Nordeste do Estado, no Município de Ijuí/RS, a Cotrijuí e o sindicato da Região. Inclusive, o trabalho de organização dos agricultores fez a Cotrijuí ser o que é — uma cooperativa em que há participação muito viva do seu corpo associativo.
- Congressistas de Recife perguntando, a propósito do PROCON (proteção ao consumidor de S. Paulo), se as economistas domésticas têm colaborado nesse organismo?
- Uma aluna das Ciências Domésticas de Piracicaba, respondendo, informou haver uma economista doméstica no PROCON, embora na publicação de jornal que não citou seu nome. De qualquer modo, as economistas domésticas têm entrado em contato com o PROCON para que ingresse mais gente para trabalhar nas outras áreas de atuação.
- Outro congressista chamou a atenção do plenário para o perigo de que, ao trabalharmos com o consumidor, sejamos manipulados por firmas, tornando-nos propagandistas de determinado produto, impondo-o ao consumidor, transformando a disciplina Educação do Consumidor em veículo de divulgação de outros interesses que não a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade.
- Um outro congressista fez observações sobre o testemunho do líder rural Dálvaro de que a família rural só sobrevive com o trabalho de marido e mulher. O congressista preocupava-se com a atuação da mulher como produtora, já que a mãe tem que participar da lavoura. O ideal

seria que ela vivesse para a família. Os filhos estão dissociados da mãe devido a esse trabalho da mulher no campo.

- Outra pergunta feita à Mesa, especialmente à Professora Safiotti e ao Professor Mário, referia-se à remuneração da mulher em seu trabalho no campo. Como poderia essa remuneração aumentar a renda da família?
- Em resposta, foi dito que a renda familiar no meio rural é produzida em conjunto. Logo, as horas trabalhadas pelos filhos e pela mulher vão aparecer nos cálculos de produção. Com relação à Previdência, sim, teria que haver inovação.
- Outra observação feita referiu-se ao fato de que antes só o trabalho do marido bastava e, hoje, segundo o DIEESE, duplicou o número de membros da família cujo trabalho é necessário para mantê-la. Há perda de salário real da família. Com relação ao trabalho do economista doméstico, parece que sua função seria

conscientizar marido e mulher para que redefiniram suas funções, especialmente a mulher, que além da jornada de trabalho na lavoura tem as funções de mãe no lar. Nesse caso, parece mais adequado uma divisão do trabalho do casal, de modo que o pai esteja presente ao lado do filho, da mesma forma que a mãe está ao lado do pai na lavoura.

Passou-se à discussão dos tópicos levantados, começando pelo referente ao salário do homem e da mulher no trabalho de campo. A mulher, segundo pesquisa realizada no Estado de S. Paulo, ganha em média 76% do que ganha o homem, embora produza mais, havendo ainda o caso de não assinatura da sua carteira de trabalho. Enquanto 70% dos homens têm a carteira assinada, apenas 30% das mulheres a têm.

Vigora atualmente no meio rural os regimes de parceria ou colonato e o individualizado, ou seja, de salário. Assim sendo, com quem fica a prole quando a mulher vai para o trabalho? Antes não havia esse problema,

quando as famílias eram grandes, mas hoje elas se tornaram nucleares, o trabalho individualizou-se e mudanças aconteceram, como, por exemplo, o advento da televisão. É gravíssimo o problema dos adolescentes diante da televisão onde é ventilada uma ideologia que aparentemente massacra a mulher, mas que no fundo massacra também o homem. Seria mais agradável que este desempenhasse suas tarefas na companhia da mulher e dos filhos ao invés de pai e mãe se dedicarem a certas tarefas enquanto os filhos permanecem diante da televisão tentando transferir padrões de consumo da cidade para o campo. Isto representa um fator do êxodo rural. Às economistas domésticas cabe uma parcela muito importante das funções que nos esperam no futuro.

O painel foi encerrado com o agradecimento do Coordenador aos participantes e a opinião de que, sempre que houver entidades capazes de promover um congresso onde os profissionais demonstrem sua capacidade, os camponeses estejam conscientizados e os estudantes perguntem inteligentemente, por certo muito poderemos contribuir no processo de mudança.

Dimensão Sócio-Econômica do Trabalho da Mulher

Prof. Vasco N. P. Fortuna

Catedrático da Universidade Técnica de Lisboa (Portugal) e Titular Visitante na Universidade Federal de Santa Maria/RS/BRASIL

Chefe da Missão de Estudo do Rendimento Nacional, da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, LISBOA/PORTUGAL

1. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

1.1. Importância do trabalho da mulher

Segundo o enfoque deste estudo, o trabalho da mulher identifica-se com os esforços intelectuais e físicos que

ela desenvolve para levar a cabo as tarefas que diariamente executa como agente econômico e como dona-de-casa.

Esse trabalho é de grande importância para a coletividade, pela contribuição que dá à formação da riqueza nacional, e de enorme significado para as famílias, pelos grandes benefí-

cios e satisfações que lhes proporcionam.

Caracteriza-se, além disso, por grande polivalência, isto é, por uma enorme diversidade de tarefas que vão desde os mais humildes trabalhos de laboração da terra até às mais qualificadas atividades intelectuais, passando pelo atento governo do lar e pelo amoroso cuidado das crianças.

Esta realidade tem sido evidenciada em inquéritos realizados em vários países, sobretudo na Europa onde, segundo foi recentemente revelado:

— O trabalho das mulheres que não têm ocupação profissional ultrapassa o trabalho do conjunto da população ativa, constituída por todos os homens e mulheres que têm ocupação.

— Se os homens tivessem de pagar às respectivas esposas, aos preços correntes no mercado, as tarefas que elas executam gratuitamente no lar, a maioria deles não disporia de meios financeiros suficientes para suportar esse encargo.

— Na França, a mulher com dois ou mais filhos trabalha em casa, em média, entre 7/7 e 10 horas por dia.

— Na Alemanha, segundo o Instituto de Pesquisa Doméstica, a mulher dá à sua casa um trabalho cotidiano de cerca de 11 horas, ou seja o dobro do tempo de um mineiro.

— Ainda na Alemanha, num processo judicial motivado pela morte por acidente de uma mãe de família, os serviços de Previdência avaliaram oficialmente o valor econômico dessa dona-de-casa em 1900 marcos mensais, ou seja, cerca de Cr\$ 26.400,00.

A importância e polivalência do trabalho feminino tem um caráter geral, que deriva obviamente do fato de que a mulher constitui metade do gênero humano e, portanto, uma força de trabalho equivalente à do seu parceiro masculino.

Assume, porém, diferente expressão nos vários países, em consequência de serem diversas as respectivas estruturas sociais e econômicas.

Ao passo que nos países mais desenvolvidos se nota maior tendência para a mulher se dedicar ao trabalho fabril (setor secundário) e à prestação de serviços (setor terciário), nos países menos desenvolvidos nota-se maior tendência para a mulher se dedicar à produção de alimentos (setor primário). Em ambos os casos, porém, a mulher acumula essas atividades produtivas com a execução das tarefas próprias de uma dona-de-casa.

No Ultramar português, a importância e natureza do trabalho da mulher foram estudadas pela Missão de Estudos do Rendimento Nacional. Este centro de pesquisas efetuou

inquéritos estatísticos em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Macau, e estudos preliminares em Moçambique, Timor e Estado da Índia. Tais inquéritos e estudos, conduzidos portanto na África, na Ásia e na Oceania, abrangeram populações europeias, crioulas, africanas, chinesas, malaias e hindus. As conclusões que em todos os casos chegaram foram semelhantes.

A título ilustrativo dessa identidade de conclusões reproduziremos a seguir uma passagem do relatório do "Inquérito piloto sobre o trabalho da mulher no lar", realizado no território português de Macau, sobre uma amostra constituída por donas-de-casa dos grupos étnicos europeus, macaenses e chinês.

"É de 58.459.00 patacas o resultado final da estimativa do valor do trabalho não remunerado da mulher no lar. Esta cifra corresponde a um volume de rendimento não monetário aproximadamente igual a 39% do rendimento monetário total do Setor Familiar (150.819.000 patacas), e é ainda maior que o volume das remunerações em dinheiro (54.947.000 patacas).

Pode-se assim afirmar que o valor do trabalho executado sem remuneração pelas donas-de-casa é superior ao valor do trabalho executado, mediante remuneração, pelo conjunto de homens e mulheres que exercem atividades remuneradas".

Dada a coincidência das conclusões a que se tem chegado com relação às regiões e países onde o problema foi estudado, é de crer que seja também essa a situação da América Latina em geral, e portanto também a do Brasil, onde assumem grande importância as populações rurais e portanto tem grande expressão a economia de subsistência.

1.2. Insuficiência dos estudos disponíveis

Não obstante a evidente importância quantitativa e qualificativa do problema, na generalidade dos países ele não foi ainda suficientemente estudado, pelo que não se encontram determinadas as suas reais dimensões e características.

Essa omissão tem como primeira e

mais importante consequência a de que as contas nacionais dos países em causa são prejudicadas por um erro por defeito, apresentando resultados inferiores aos reais no que se refere a "agregados contábeis" fundamentais, como sejam o Produto Interno Bruto e o Rendimento Nacional.

Através de contas nacionais elaboradas com tal deficiência não é possível conhecer nem a contribuição da mulher para a formação da riqueza nacional, nem a magnitude dos serviços que presta no lar em benefício da família, nem o valor dos bens que produz para o consumo familiar.

Essa contribuição fica, pois, praticamente ignorada, quer em nível nacional, quer em nível mundial. E no entanto ela existe e é muito importante, mas paradoxalmente tudo se passa como se não existisse.

A imagem que as contas nacionais projetam acerca da real dimensão, estrutura e evolução sócio-econômica de grandes espaços e de numerosos países é por isso falsa e incompleta.

Essa insuficiência das contas nacionais tem também repercussões negativas sobre o Planejamento Sócio-Econômico, já que dela resulta que as referidas contas não proporcionam ao Planejamento dados de importância decisiva para uma adequada programação e acionamento de medidas destinadas a aperfeiçoar as estruturas e tendentes a corrigir perturbações conjunturais ou prevenir a sua eclosão.

Por outro lado, sem ter presentes dados seguros acerca do trabalho da mulher, não é possível projetar com realismo e objetividade o aproveitamento ótimo da força de trabalho e tampouco uma adequada distribuição da riqueza.

E no entanto isso é de suma importância, uma vez que o subdesenvolvimento — entendido como uma situação de incompleta utilização de potencialidades — deriva, simultaneamente, do insuficiente aproveitamento de recursos e da má combinação dos fatores de produção.

Conseqüentemente, para corrigir-se de maneira adequada, mediante um plano, uma situação de subdesenvolvimento, torna-se indispensável o bom conhecimento dos recursos mobilizáveis e de como e em que medida estão sendo utilizados.

Chega-se assim à conclusão final e recapitulativa de que sem o adequado estabelecimento e manutenção de uma contabilidade sócio-econômica devidamente estruturada e posta ao serviço de um esclarecido planejamento, não será possível conseguir as mudanças estruturais que são condições do desenvolvimento e, conseqüentemente, de um progresso alicerçado na promoção sócio-econômica.

1.3. Impacto sócio-econômico

Antes de iniciarmos a descrição da metodologia do cálculo, e para melhor compreensão, passaremos em breve revista os aspectos mais relevantes do impacto do trabalho da mulher na sócio-economia.

Esse trabalho desdobra-se num amplo conjunto de modalidades, que inclui:

Trabalho remunerado:

- executado dentro do lar;
- executado fora do lar.

Trabalho não remunerado:

Para produção de bens e/ou serviços:

- destinados à venda no mercado;
- destinados ao consumo da própria família;
- nas linhas domésticas.

Tal como este esquema evidencia, o trabalho que a mulher executa pode ter ou não como contrapartida uma remuneração.

Via de regra, nos países de civilização tipo ocidental, quando há lugar para remuneração esta é paga em dinheiro. A remuneração dita em espécie é pouco freqüente.

Mas mesmo nos casos em que não existe remuneração isso não significa que os bens produzidos e/ou os serviços prestados não tenham um valor efetivo e que este não possa ser expresso em unidades monetárias. A diferença está apenas em que ao trabalho para produzir os bens e/ou à prestação dos serviços não corresponde uma contrapartida monetária.

Portanto, em ambos os casos ocorreu um fluxo efetivo de bens e/ou serviços entre a pessoa que os produziu e a pessoa que os utilizou.

No primeiro caso diremos que se trata de um fluxo monetário e no segundo caso de um fluxo não monetário.

Como veremos a seguir por exigência da metodologia de cálculo esta distinção é fundamental.

O problema do cálculo do valor do trabalho da mulher, nas diversas modalidades acima referidas, consiste em exprimir todos os itens em unidades comparáveis e adicionáveis, ou seja em unidades monetárias.

A questão apresenta-se, portanto, de modo diverso segundo se trate de fluxos monetários ou não monetários. Os primeiros, como veremos, são mais facilmente exprimíveis em unidades monetárias. Os segundos requerem a adoção de critérios de equivalência monetária nem sempre fáceis de estabelecer. Destes também nos ocuparemos oportunamente.

1.3.1. No capital nacional

Examinaremos, em primeiro lugar, as implicações do trabalho da mulher em geral sobre a estrutura e a formação do capital nacional.

Note-se que, apesar dos avanços já alcançados neste ramo do conhecimento, se torna ainda mais inviável incluir nas estimativas do capital nacional o mais importante dos seus itens — o valor do elemento humano. Quando muito poderá estimar-se grosseiramente o "valor econômico" da população ativa, mediante o artifício de relacionar o valor do trabalho produzido com a taxa de rentabilidade média do capital e com a probabilidade média de vida dessa mesma população. Por extensão inclui-se na população ativa a dona-de-casa, muito embora via de regra as estatísticas não a incluam nessa categoria.

Não consideraremos, pois, o problema da determinação do valor econômico da mulher encarada como componente do capital nacional, pois tal determinação se reveste de grandes dificuldades e suscita controvérsias que vão muito além do âmbito deste estudo. Partiremos, portanto, da constatação de que o trabalho feminino se reflete na estrutura do capital nacional não só em pé de equivalência com o do homem relativamente às instalações e equipamentos que ambos indiferentemente utilizam, mas também em relação às instalações e equipamentos de que necessita para bem de-

sempenhar as tarefas que lhe cabem na divisão semanal do trabalho, sobretudo como dona-de-casa, e nas atividades periféricas relacionadas com a produção para o autoconsumo.

Em escala nacional esse capital é de significativa importância dada a sua composição e volume. Sob um e outro aspecto merecem ser consideradas três rubricas: instalações, equipamentos, reserva.

No que se refere à formação do capital nacional, a mulher exerce também considerável influência, não só pela poupança que faz na administração do lar, mas também pela participação que tem nas decisões que a família toma acerca do investimento. Do binário poupança-investimento familiar depende em apreciável medida a formação do capital nacional.

Paralelamente há a considerar a formação de capital que deriva das aquisições que a mulher faz para o bom desempenho das tarefas que assume como dona-de-casa: mobiliário, máquina de costura, eletrodomésticos, rádio, etc., pois a nível nacional a parcela de capital afeto ao dia-a-dia da vida das famílias é enorme.

1.3.2. No Produto Interno Bruto

Passaremos agora a analisar as implicações no produto interno bruto (P.I.B.), no que se refere à sua formação, utilização e repartição.

O potencial de trabalho da mulher dá necessariamente lugar a um volume de trabalho efetivo com enorme impacto sobre a formação do produto interno bruto. Muito embora consoante o grau de desenvolvimento do país ou região, e conforme se trate de população urbana, suburbana ou rural, sejam diferentes o volume e a natureza do trabalho da mulher, é fora de dúvida que este sempre é exercido simultaneamente nos três setores da economia: primário, secundário e terciário.

Como antes se referiu, nas áreas rurais é muito significativa a participação da mulher no produto do setor primário, sobretudo na produção agropecuária destinada ao mercado e ao autoconsumo familiar.

Nas áreas urbanas a participação da mulher é particularmente significativa na formação do produto dos se-

tores secundário e terciário, respectivamente da indústria e serviços.

Em todas elas, porém, o trabalho da mulher contribui enormemente para a formação do produto interno, mercê do grande volume que é aplicado na produção de bens para o autoconsumo familiar e na prestação de serviços domésticos.

Do ponto de vista da utilização do produto, há a considerar a sua distribuição por consumo, investimento imediato e reserva para consumo ou investimento futuro.

Do ponto de vista da repartição, deve ser considerada a importância que tem uma correta informação acerca do valor do produto por quilômetro quadrado de território por habitante, por unidade de produção e por unidade de consumo. Essas informações são indispensáveis para a correção de desníveis patológicos e para o planeamento do desenvolvimento sócio-econômico.

1.3.3. Na estrutura setorial

Atuando simultaneamente em todos os setores da economia, embora com incidência desigual em cada um deles, manifestamente o trabalho da mulher exerce grande influência sobre a estrutura setorial e é suscetível de nela ocasionar significativas mudanças. De fato, as estruturas sócio-econômicas não são imutáveis, mas simplesmente apresentam uma certa estabilidade, suscetível contudo de alterações mais ou menos rápidas consoante a intensidade das forças que sobre elas atuam.

O trabalho da mulher é precisamente uma das forças vivas capazes de alterar a estrutura setorial da mão-de-obra. De fato, tanto mais rápida e intensamente o fará quanto mais vigorosa e coerente for a motivação, racionalização e reordenamento do potencial de trabalho. Uma vez adequadamente planejada uma ação nesse sentido, o trabalho da mulher deixará de ter em cada um dos setores da economia a mesma expressão que apresentava no início de tal ação.

1.3.4. Na distribuição da riqueza

Como é sabido, a distribuição regional, setorial e individual da riqueza apresenta desequilíbrios que em mui-

tos países se procura corrigir. Não surpreenderá, portanto, que o problema seja também aqui focalizado, uma vez que o trabalho da mulher tem implicações na distribuição das duas componentes da riqueza, que são o capital e o rendimento.

A mobilização da mão-de-obra feminina para o trabalho remunerado fora do lar, que em nível mundial vem crescendo progressivamente, sobretudo a partir da Primeira Grande Guerra, faz com que o potencial de trabalho da mulher seja cada vez mais aproveitado, proporcionando portanto maior rendimento monetário às famílias.

Na medida em que, mediante uma noção de treinamento visando ao aumento da produtividade de trabalho da dona-de-casa, seja possível reduzir as necessidades de ocupação de tempo nos trabalhos domésticos, a mulher terá maior possibilidade de dedicar-se a tarefas remuneradas que aumentem o rendimento monetário da família. Dessê modo, as populações de baixo rendimento que hoje se dedicam a trabalhos de menor qualificação passarão a ter maior poder de compra, com imediatos reflexos na procura e, conseqüentemente, na produção.

As conseqüências dessa mudança serão: o aumento do P.I.B., a elevação da "captação" do rendimento nacional e, desejavelmente, uma redução nos desníveis da distribuição do rendimento.

À elevação da captação do rendimento corresponderá maior poder de poupança e, conseqüentemente, de investimento, reduzindo-se portanto os desníveis de concentração do capital.

Por outro lado, é de crer que a distribuição do rendimento que decorre do trabalho da dona-de-casa tenha uma estrutura diferente da do rendimento em geral — por hipótese menos concentrada — constituindo portanto, um fator de redução dos desequilíbrios da distribuição da riqueza.

1.3.5. No circuito econômico

Por outro lado, o aumento do rendimento familiar conseguido mercê do trabalho da mulher, que progressivamente atinge maiores níveis de qualificação graças ao ensino e a forma-

ção profissional, possibilita maior nível de consumo e poupança e, conseqüentemente, de investimento. A este respeito será instrutivo calcular em inquérito estatístico a correlação existente entre o grau de instrução das donas-de-casa e o rendimento, assim como construir curvas de Engel dos respectivos consumos.

É de esperar-se que de um aproveitamento mais racional do potencial de trabalho feminino resulte uma elevação maciça do nível de vida das populações, com reflexos positivos na distribuição da riqueza, e o desaparecimento das situações lamentáveis de consumo familiar abaixo do mínimo desejável de bem-estar.

1.3.6. No crescimento, desenvolvimento e progresso

De tudo o que acima se disse, conclui-se que a influência do trabalho da mulher no crescimento sócio-econômico é de enorme importância e se traduz por uma expressiva produção de bens e serviços, que pesa grandemente no volume do P.I.B.

A mão-de-obra feminina é, pois, um fator de produção que não cessa de elevar-se a valores mais altos, não só pelo crescimento normal da população como também pela percentagem cada vez maior de mulheres que trabalham.

Desse modo, o aumento incessante do P.I.B. também é devido à influência da atividade produtiva da mulher. Esta desempenha um papel igualmente importante no desenvolvimento sócio-econômico, onde se situa ao mesmo tempo como objeto e agente da mudança que caracteriza esse desenvolvimento.

É objeto de mudança quando os avanços civilizadores a libertam do retardamento cultural e tecnológico e a fazem progredir na conquista de diplomas escolares e profissionais, e conseqüentemente na ocupação de postos de trabalho de complexidade e responsabilidade crescentes.

É agente dessa mesma mudança quando, mais preparada para a vida e conscientizada para a consecução da mais ambiciosa das metas, contribui para a obtenção de padrões mais altos de vida familiar e prepara as novas gerações para as exigências cada vez mais complexas da vida moderna.

Por último, a mulher é elemento ativo do progresso sócio-econômico, uma vez que, como já se mostrou, ela desempenha um papel importante na desconcentração da riqueza e portanto na atenuação dos desníveis sociais.

A luta contra a subnutrição e o analfabetismo, a doença e a mortalidade infantil, o baixo nível e má qualidade de vida são tarefas em que a mulher também está empenhada e onde desempenha um importante papel. Qualificar esse empenho e procurar os modos de ampliá-lo mediante adequada motivação e equilibrada distribuição do tempo destinado ao trabalho, ao lazer, à instrução e treinamento profissional ou formação, são tarefas urgentes do planejamento tendentes a maior e melhor aproveitamento do enorme potencial de trabalho dessa metade da humanidade. Tal planejamento, porém, não pode fazer-se sem informações adequadas cuja obtenção constitui o ponto principal deste estudo.

1.4 Aspectos particulares do trabalho da mulher rural

O trabalho da dona-de-casa rural do setor agropecuário de baixo rendimento, que mais especialmente interessa aqui considerar, insere-se no amplo contexto do trabalho da dona-de-casa em geral, abrangendo portanto todos os estratos populacionais.

Embora com vastas áreas de interface, cada um dos estratos se reveste de características peculiares, que requerem tratamento analítico diferenciado. É esse o caso das populações rurais ligadas à agropecuária, das populações suburbanas e das populações urbanas.

Todas têm, porém, uma característica comum, que é o trabalho específico da dona-de-casa. Daí a enorme importância de que se reveste esse trabalho.

É no vasto contexto da sócio-economia e da contabilidade sócio-econômica, acima descrito, que se situa o enfoque principal deste estudo, que é o

CÁLCULO DA DIMENSÃO ECONÔMICA DO TRABALHO DA MULHER RURAL NA ÁREA DA AGROPECUÁRIA DE BAIXO RENDIMENTO

O primeiro ponto a abordar é, portanto, o do trabalho da dona-de-casa das áreas rurais ligadas à agropecuária de baixo rendimento. Pela natureza e diversidade das tarefas que executa e pelas condições em que geralmente o faz, a ação que desenvolve localiza-se num dos extremos do universo do trabalho feminino.

Por outro lado, esse estrato envolve uma imensa massa populacional, dispersa por todo o território, que desempenha um papel fundamental na ocupação humana e econômica e responde pela formação de jovens que constituem a garantia do futuro. É justo, pois, que seja destacado com a maior ênfase.

A rigor, este problema está relacionado com duas formas de rendimento agropecuário: renda da terra e lucro da exploração.

Quando se trata de fazendas agrícolas em que o empresário é pessoa diferente do proprietário da terra, esta dicotomia assume máxima importância. Quando as duas pessoas estão confundidas no proprietário/empresário, só o segundo elemento assume importância, pois na prática absorve o primeiro.

O problema está também relacionado com duas modalidades de trabalho feminino: lidas domésticas e atividades periféricas. Nestas últimas avultam as relacionadas com a produção agropecuária, quer a destinada ao mercado, quer a destinada ao consumo da família.

Não estando ao alcance do autor dados estatísticos relativos às grandezas que seria preciso tratar para extrair conclusões quantificadas, este estudo atém-se apenas à descrição de uma metodologia de cálculo que só mediante um laborioso trabalho de levantamento de campo seria possível exemplificar com uma avaliação concreta, relativa à determinada população e a uma área definida.

1.5 Enquadramento científico do problema

As considerações que antecederam mostram que a análise do trabalho da mulher e o cálculo do seu valor suscitam problemas que se situam no âmbito de vários ramos do conhecimento, como sejam a Estatística, a Demografia, a Contabilidade Nacional, a

Sócio-economia, a Política Social e o Planejamento.

Algumas dessas ciências e técnicas propiciam conceitos e leis, métodos e proposições que definem o enquadramento científico a observar para a correta colocação, equacionamento e solução do problema do cálculo da dimensão sócio-econômica do trabalho da mulher.

Fica deste modo bem patente que a abordagem do referido problema tem de fazer-se num complexo e vasto contexto científico que lhe imprima o necessário rigor, a definir mediante um exame objetivo de situações reais, de metas a atingir e de caminhos a seguir.

Para sintetizar de maneira muito esquemática o que acaba de ser dito, propõe-se o organograma da página seguinte.

Desse organograma ressalta que, em linhas muito gerais, a seqüência das principais ações a empreender é a seguinte:

— Realização de inquéritos estatísticos

Para

— Estabelecimento de metas a atingir mediante a

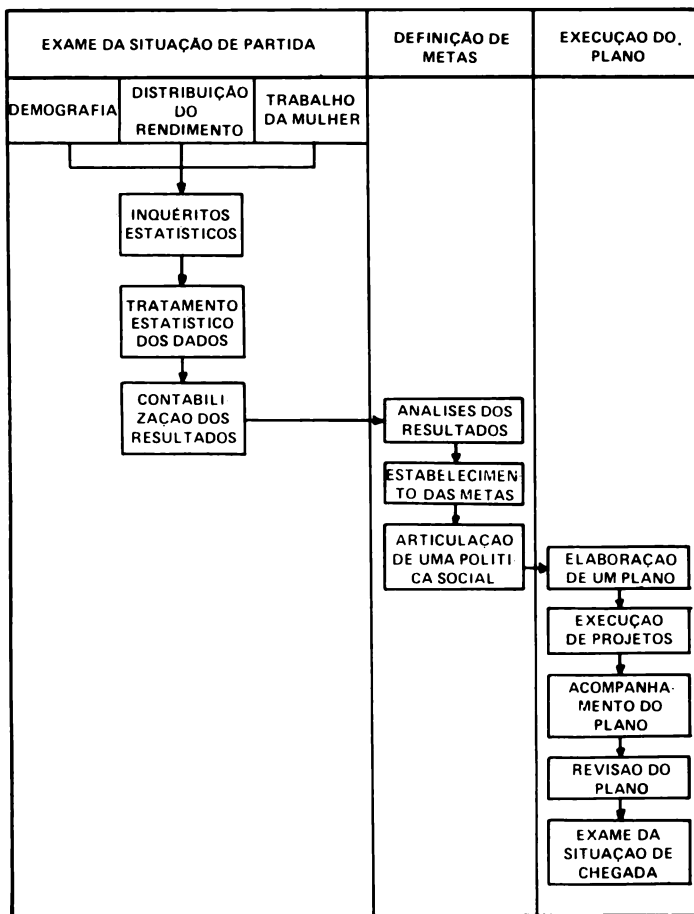
— Execução de projetos de atuação.

Como principais METAS a definir no âmbito de um plano global e integrado de desenvolvimento sócio-econômico, isto é, tendente a conseguir completo aproveitamento dos recursos disponíveis e a alcançar as mais adequadas combinações dos fatores produtivos, indicaremos, a título meramente explicativo, as duas a que passamos a enunciar:

PRIMEIRA META: elevação do nível de dignificação social e econômica do trabalho da mulher, para conseguir-se maior utilização do potencial da mão-de-obra feminina.

SEGUNDA META: adequada motivação da mulher, para que passe a executar mais racionalmente as tarefas que lhe incumbem, de modo a delas tirar maior satisfação pessoal e a alcançar maior produtividade.

E assim se concluem a colocação do problema do cálculo da dimensão sócio-econômica do trabalho da mu-



lher, com especial referência ao da dona-de-casa rural do setor agropecuário de baixo rendimento, e o exame dos aspectos mais salientes do enquadramento científico do problema.

Passaremos, agora, a uma descrição sucinta da metodologia que preconizamos para o referido cálculo e para a contabilização e análise sócio-econômicas dos resultados.

2. METODOLOGIA DE CÁLCULO

2.1. Considerações gerais

O cálculo do valor do trabalho da mulher é, em muitos países, dificultado pelo fato de os respectivos serviços estatísticos não terem ainda adaptado suas rotinas de levantamento de dados às exigências do estudo do problema. Por isso, se quisermos suprir essa deficiência teremos de proceder a inquéritos diretos com pequenas frações da população feminina e extrapolar prudentemente os resultados para a formulação de cautelosas conclusões.

O cálculo do valor do trabalho da dona-de-casa é ainda mais difícil do que o da mulher em geral, devido à circunstância de estar ele relacionado principalmente com a produção de bens e serviços que não entram nos circuitos monetários, e portanto de muito mais difícil enquadramento estatístico. Relaciona-se quase exclusivamente com a prestação de serviço doméstico e com a produção destinada ao consumo das famílias, que também só mediante inquérito por amostragem será possível dimensionar e extrapolar, sempre com a devida prudência e cautela como já se disse.

Chegamos, assim, ao caso particular que prioritariamente interessa a este estudo e cujas dificuldades se adicionam às descritas antes e aqui devem ser também passadas em revista.

A dona-de-casa rural ligada às atividades agropecuárias pertencentes aos estratos sociais de baixo rendimento desenvolve uma atividade *sui generis*, que amplia sensivelmente a sua interferência na produção destinada ao

mercado e, portanto, aos circuitos monetários. Situa-se numa faixa de interface localizada entre a trabalhadora rural e a mãe-de-família. Isso, evidentemente, sem que perca significado a sua posição de dona-de-casa e, portanto, a sua atividade nas lidas domésticas não abrangidas pelos circuitos monetários.

2.2. Preparação do inquérito

2.2.1. Escolha do tipo de inquérito

A dispersão das populações rurais, a relativa homogeneidade do seu tipo de vida, a urgência em se iniciarem as pesquisas e se reduzirem os seus custos, aconselham que o levantamento estatístico se processe por meio de inquéritos por amostragem.

Tais inquéritos são relativamente fáceis de implantar e podem inclusive ser reduzidos à dimensão de simples ensaios preliminares destinados a propiciar ensinamentos para pesquisas mais amplas.

2.2.2. Motivação dos intervenientes

A realização de tais ensaios ou inquéritos requer, no entanto, um trabalho preliminar de motivação dos intervenientes, ou seja, da equipe de inquiridores e da população a inquirir, sem descuidar também a formada pelos elementos de chefia de equipes e pelas lideranças rurais de cujo apoio depende o êxito das operações *in loco*.

Os trabalhos de preparação do inquérito e motivação das chefias de serviços e organizações dos quais se espera apoio, assim como de motivação das equipes que deverão supervisionar e efetuar a coleta de dados no terreno, desenvolvem-se em fases sucessivas, em que cada uma delas toma como ponto de partida os resultados da antecedente.

Essas fases são as quatro seguintes:

1. Estudo dos dados do problema e programação dos trabalhos.
2. Elaboração de instruções para orientação dos agentes inquiridores.
3. Diligência para motivação das chefias de serviços e organizações.

4. Cursos de esclarecimento de superintendentes e agentes inquiridores.

A primeira fase consiste na definição dos objetivos do inquérito, na reunião de informes acerca das populações a inquirir e da região a cobrir, assim como na opção pelo tipo de inquérito a aplicar e por sua dimensão segundo o grau de confiança nos resultados que se pretenda alcançar. A tomada de decisão envolve ainda a escolha, por meio de sorteio, das unidades primárias e das unidades secundárias a inquirir.

Por unidades primárias entendem-se as parcelas de território, delimitadas numa carta geográfica da região escolhida, que serão objeto de sorteio para condicionar a escolha das unidades secundárias.

Por unidades secundárias entendem-se as famílias a inquirir, as quais serão também escolhidas por meio de sorteio a ser feito com base numa lista dos nomes dos chefes da família de cada unidade primária, como acima se indicou.

A elaboração de instruções pormenorizadas a serem dadas aos agentes inquiridores para sua orientação na execução dos trabalhos de campo destina-se a alcançar uma uniformidade de atuação que permita a escolha homogênea de dados facilmente comparáveis e, portanto, agrupáveis. Essas instruções podem assumir a forma de circulares cujo conteúdo deverá ser revisto periodicamente à medida que se colha experiência da execução dos trabalhos.

Além de instruções de caráter geral, relacionadas sobretudo com a maneira de contatar os inquiridos, serão necessárias outras destinadas expressamente a instruir os agentes sobre o correto preenchimento dos formulários de inquérito. São dois esses formulários:

- Questionário preliminar, que deverá ser preenchido no decurso de uma primeira entrevista exploratória com cada dona-de-casa.
- Orçamento-tempo, destinado a ser preenchido dia a dia durante as operações de coleta de dados relativos a cada família.

A terceira fase terá por finalidade motivar as hierarquias dos serviços ou organizações com as quais os responsáveis pelo inquérito terão de entrar em contato para a obtenção de cooperação e auxílio para bem levarem a cabo o inquérito. Esses serviços e organizações são, por exemplo, as universidades, as prefeituras, as redes de televisão, rádio e imprensa. A forma de contato será a realização de palestras e entrevistas para análise de pontos concretos em relação aos quais a cooperação e auxílio se tornem indispensáveis.

Por último, haverá que motivar os supervisores das equipes de inquérito, assim como os próprios agentes inquiridores integrantes de tais equipes. Essa motivação poderá ser feita mediante palestras e cursos com aulas teóricas e práticas, orientados para desenvolver nos agentes inquiridores consciência profissional e espírito de equipe e para mostrar táticas e técnicas de atuação que permitam alcançar da melhor maneira possível as metas propostas.

O relativo isolamento a que o campo condena as populações rurais provoca nestas uma natural reserva nos contatos com elementos de outros meios e desenvolve uma proverbial tendência para recear mudanças que possam alterar os hábitos de vida a que estão acomodadas. Por isso, as operações de inquérito devem ser rodeadas de cuidados especiais tendentes a conseguir a cooperação das referidas populações. Isso se torna mais difícil quando a matéria a inquirir se relaciona com aspectos da vida no seio das famílias, naturalmente ciosas de compreensível recato.

Por isso, o êxito ou fracasso da coleta de dados depende do clima em que decorra o primeiro contato dos agentes inquiridores com as donas-de-casa.

A experiência tem mostrado que uma boa estratégia é iniciar os contatos com a população a partir de elementos da comunidade criteriosamente escolhidos que reúnam simultaneamente qualidades de diálogo e liderança, isto é, que sejam abertos ao diálogo sobre as finalidades e vantagens do inquérito e sobre a importância do problema cuja solução com a

ajuda deles se pretende encontrar, e que, graças à sua anuência em cooperar com os agentes inquiridores, constituam um exemplo que estimule os demais membros da coletividade a participar do inquérito.

O trabalho de motivação das populações implicará a realização de reuniões de grupo e de entrevistas pessoais esclarecedoras das finalidades do inquérito, encarado como primeiro passo para o desencadeamento de um processo de mudança sócio-econômica capaz de elevar globalmente o nível e a qualidade de vida das populações num futuro próximo, elevando simultaneamente o nível e a qualidade de vida de cada família.

2.2.3. Constituição da amostra

Para a constituição da amostra a primeira decisão a tomar diz respeito à escolha da população a inquirir, escolha essa que implica a definição do estrato populacional sobre o qual incidirá o inquérito e da região onde os trabalhos se desenvolverão.

Dentro da perspectiva deste estudo, o estrato populacional a tomar como objeto do inquerito é, como se disse, a "dona de casa rural da agropecuária de baixo rendimento".

Conseqüentemente, só as mulheres que pertençam a esse estrato deverão ser consideradas como "sujeito" do inquérito, por só elas atenderem ao requisito de homogeneidade da amostra sem cuja observância esta não seria representativa e os resultados do levantamento dos dados frustrariam seu objetivo.

Entretanto, os resultados de um inquérito junto a esse estrato populacional perderiam significado se não fossem comparados com os relativos a outros estratos e muito especialmente com os da população rural não ligada à agropecuária. Assim sendo, o inquérito deverá também recolher subsidiariamente dados sobre os estratos periféricos, que designaremos como "estratos testemunha".

Vem a seguir o problema da escolha da região e da definição da área que, respondendo ao requisito de homogeneidade da amostra, deve ser a da atuação das equipes no terreno.

Convém que a região seja considerada representativa de um vasto con-

junto territorial dotado de estrutura semelhante, ao qual possam ser extrapoladas as conclusões. Por outro lado, a região escolhida deverá ter dimensão proporcional aos recursos humanos e materiais de que se disponha para o inquérito.

Sabendo-se que o grau de confiança que pode ser atribuído aos resultados varia na razão inversa da dimensão da amostra, será o grau de confiança que se pretenda alcançar que determinará o número de donas-de-casa a inquirir.

Para um primeiro ensaio da metodologia, que no entanto já permita chegar-se a ordens de grandeza do fenómeno a estudar e das suas componentes mais significativas, pode-se considerar que uma amostra de, digamos, 5% das donas-de-casa da região será suficiente, ainda que ao nível de "pequena amostra", mas que já possibilita um tratamento estatístico satisfatório.

Já foi dito antes que por unidades primárias se entendem as parcelas do território onde os trabalhos de coleta dos dados serão realizados. Para fins da escolha, a região a investigar deverá ser dividida em parcelas, cada uma das quais abrangendo um número bastante igual de famílias.

Uma vez definidas e delimitadas as parcelas num mapa da região, serão elas numeradas a seguir e proceder-se-á ao sorteio das que constituirão as unidades primárias do inquérito. Esse sorteio deverá designar, digamos, 25% das parcelas em que a região a inquirir tiver sido dividida.

A escolha das unidades secundárias, ou seja, das donas-de-casa a inquirir, será feita a partir de listas nominais dos chefes de família abrangidos pelas unidades primárias selecionadas tal como acima se indicou.

Também esta escolha será feita por sorteio, para a identificação dentro de cada parcela dos chefes de família necessários para perfazer, digamos, 20% do número total contido nas parcelas.

Com estes dois sorteios e percentagens ficará constituída uma amostra de 5% do número total de famílias da região.

2.3. Coleta de dados

2.3.1. Construção de tabelas de conversão

Em muitos casos os dados brutos recolhidos no terreno não são suscetíveis de utilização imediata para os objetivos do inquérito. Para poderem ser devidamente aproveitados torna-se necessário corrigi-los por meio de coeficientes de conversão, que permitam torná-los funcionalmente comparáveis e adaptados às finalidades do inquérito. Será esse o caso da indispensável conversão de quantidades em valores de bens e serviços produzidos, consumidos ou investidos; da conversão de valores a preços correntes em valores a preços constantes; da conversão do número de trabalhadores no correspondente número de unidades de produção; da conversão do número de habitantes no correspondente número de unidades de consumo, e da conversão do número médio de pessoas por família nos correspondentes números médios de unidades de produção e de unidades de consumo por família.

Para a conversão das quantidades em valores, torna-se necessário construir para cada região listas de preços médios de venda pelo produtor de bens e serviços comercializáveis, assim como dos preços imputáveis aos bens e serviços não comercializáveis.

No que se refere aos bens destinados ao autoconsumo, a dificuldade maior consiste na valorização dos bens não comercializáveis, como, por exemplo, os provenientes da casa e do extrativismo. Via de regra esse valor é imputado tomando-se como ponto de referência o valor dos produtos comercializáveis que com eles mais se assemelham. Será o caso da carne de animais selvagens, dos frutos, folhas e raízes silvestres que a população consoma.

Quanto ao valor do trabalho não remunerado, ele será imputado por comparação com o do trabalho remunerado da mesma ou de análoga espécie, aos preços de remuneração da mão-de-obra vigentes na região para execução de tarefas análogas.

Quanto ao serviço prestado pela moradia própria, duas hipóteses podem ocorrer: ou se trata de imóveis que por sua natureza e localização

são suscetíveis de aluguel, ou de imóveis em relação aos quais tal possibilidade não existe. No primeiro caso o valor imputável ao serviço será o da renda que do seu aluguel poderia ser exigida, abatida de percentagem razoável para despesas de conservação. No segundo caso, o valor do serviço prestado será o quociente da divisão do valor da construção pelo número de anos que se espera possa o imóvel ser habitado, deduzidas, tal como acima se indicou, as despesas de conservação. O custo da construção compreenderá, quando for o caso, os gastos em dinheiro e tempo de trabalho não remunerado feitos com a obtenção do material de construção e com a edificação e conservação do imóvel.

Os valores assim obtidos são, porém, significativos apenas em relação ao ano a que corresponda a respectiva lista de preços. À medida que o tempo passa, esses preços — ditos preços correntes — evoluem normalmente para mais, com maior ou menor velocidade, pelo que os correspondentes valores deixam de ser comparáveis. Tal aumento de preços, que representa a desvalorização da moeda, é traduzido nos chamados índices de preços mediante os quais é possível proceder-se à deflação dos preços, que consiste em converter os preços correntes em preços constantes, ou seja, em tornar comparáveis entre si valores respeitantes a diferentes anos.

Os índices que normalmente se usam para esse fim são os de preços ao consumidor e os de preços por atacado que os serviços oficiais de estatística calculam e divulgam.

Segundo as normas internacionais, o valor dos bens e serviços produzidos em cada etapa do circuito económico exprime-se pelo valor acrescido ou seja, esquematicamente, pela diferença entre o valor dos bens ou serviços vendidos nessa etapa e o somatório dos custos nessa mesma etapa para produzi-los ou prestá-los (compra de matérias-primas e de energia, pagamento de salários e impostos, etc.).

Para a dedução desses custos deverão ser construídas tabelas discriminadas por produtos e serviços, com base nas técnicas de cultivo localmente usadas e nos salários vigentes na região.

No tocante aos custos que não se referem a pagamento feito a terceiros, ou seja, a utilização de matérias-primas de produção própria e o trabalho não remunerado, uma vez que os respectivos valores constituem rendimento não monetário, nada há a deduzir.

À semelhança do valor do serviço que as famílias imputam ao uso dos bens imobiliários (casas e terras) de que são proprietárias, deverão ser deduzidas as despesas médias de conservação correspondentes a pagamentos a terceiros pela aquisição de bens e serviços. Para esse fim serão também elaboradas tabelas de custos médios, discriminando o tipo de bens e de materiais e serviços segundo os preços vigentes na região.

Para análise dos resultados do cálculo do valor do trabalho não remunerado é importante saber-se, tanto ao nível de cada família como ao nível do conjunto da população inquirida, o número de unidades familiares que contribuem para a formação de tal valor. Sendo óbvio que esse número não coincide com o número de pessoas participantes dos outros ramos de atividade que devem ser postas em confronto — uma criança ou um velho não produz o mesmo que um adulto —, será necessário construir tabelas de conversão que nos permitam saber qual é, em média, a capacidade de produção dos indivíduos em função da idade e do sexo. Considerando um adulto como correspondendo ao coeficiente 1 (um), obviamente que a uma criança, velho ou mulher corresponderá um coeficiente maior ou menor, mas sempre inferior a 1.

Assim, em cada família e região o número de unidades de produção será inferior ao número de elementos da população ativa, e esta inferior ao da população total.

Por idênticas razões, há que construir tabelas de conversão para cálculo das unidades de consumo, ou seja, de toda a população abrangida pelo inquérito, quer ao nível dos agregados familiares, quer ao nível da região.

Tomando por unidade de consumo o homem adulto, atribuir-se-á a este o coeficiente 1 (um). À mulher adulta, aos velhos e às crianças de várias idades serão atribuídos coeficientes inferiores a 1. Por isso, sempre o número

de unidades de consumo será inferior ao de habitantes.

É igualmente vantajoso coletar dados que permitam conhecer o número médio de pessoas que na região coberta pelo inquérito constituem as famílias, assim como o número médio de unidades de produção e de consumo por família.

O número de unidades de consumo será sempre superior ao número de unidades de produção, e a relação entre esses dois esforços permitirá avaliar o esforço que a população ativa tem de realizar para sustentar a população total.

2.3.2. Medição do tempo gasto no trabalho

Uma vez considerada como suficientemente motivada a população a inquirir, poderão ter início as operações de coleta de dados. Essas operações deverão ser iniciadas com entrevistas introdutórias, destinadas a simultaneamente familiarizar as donas-de-casa com os agentes inquiridores e a recolher dados de caráter geral sobre as características do respectivo agregado familiar, cumprindo que sejam levados sempre em conta os efeitos do inquérito, isto é, estes terão de estar sempre presentes no espírito do agente inquiridor no decurso das entrevistas de rotina.

Para a realização da entrevista introdutória e sua ulterior retificação, se for o caso, propõe-se um modelo de formulário cuja versão definitiva terá de ser especialmente elaborada para cada inquérito em função das características da população a inquirir.

A coleta sistemática dos dados necessários ao cálculo do valor do trabalho da mulher rural do setor da agropecuária de baixo rendimento deverá ser feita mediante visitas-entrevistas que os agentes inquiridores farão às donas-de-casa correspondentes às unidades secundárias que tiverem sido escolhidas tal como antes se indicou.

Para o registro dos dados elaborou-se um formulário especial que na sua forma definitiva deverá também ser adaptado às condições particulares da população a inquirir. Esse modelo está concebido de modo a conduzir à elaboração de um orçamento-tempo

que registre o dispêndio em horas e minutos que a dona-de-casa faz, em média, para a execução das tarefas mais significativas do seu dia de trabalho.

A experiência aconselha que cada família seja visitada sempre pelo mesmo agente inquiridor, durante sete dias consecutivos em cada mês, pelo menos em quatro meses criteriosamente escolhidos e espaçados ao longo do ano.

Os resultados globais dos dados recolhidos a respeito de cada família serão objeto de consolidação, ou seja, de sínteses que conduzam ao cálculo das médias de tempo gasto ao longo do ano em cada uma das tarefas referidas nos questionários das visitas de rotina e ao confronto dessas médias com os dados recolhidos sobre essa mesma família no formulário da entrevista introdutória. Esse confronto será expresso em quocientes que exprimam relações significativas, como sejam: entre o rendimento familiar monetário e não monetário; entre o capital total e o rendimento total, e entre o capital afeto aos trabalhos domésticos e o valor do trabalho da dona-de-casa.

Uma vez concluídos os levantamentos e cálculos relativos a cada uma das famílias inquiridas, deve-se passar à consolidação sintetizada que conduza aos resultados globais do inquérito, ou seja, à determinação dos valores agregados do conjunto das famílias e respectivos quocientes. É desses resultados finais que se partirá para o tratamento dos dados em termos de contabilidade sócio-econômica.

2.3.3. Inventariação do capital aplicado

No questionário da entrevista introdutória figuram, como vimos, itens relativos ao capital à disposição da família, com vistas à determinação da sua utilização e valor e também ao cálculo de quocientes que esclareçam as relações mais significativas.

Tal como foi visto quando se falou da lista de preços de bens e serviços produzidos, também em relação aos bens de capital possuídos deverá ser elaborada uma lista de preços que, no passo seguinte desta metodologia, per-

mita expressar esses bens e valores em termos monetários. Como critério geral a ser adotado poder-se-á convenicionar que seja o valor de aquisição, abatido das depreciações que segundo as práticas da região forem imputáveis.

A consolidação que se pretende fazer deverá separar os itens afetos à produção agropecuária do agregado familiar, os afetos especificamente ao trabalho da mulher, e os afetos exclusivamente às lidas da dona-de-casa nas suas tarefas propriamente domésticas. Em cada uma dessas categorias os bens terão de ser agrupados por espécie, de modo a obter uma síntese devidamente esquematizada que torne mais fácil o cálculo dos valores globais e dos quocientes.

A partir das sínteses do capital das famílias deverá ser elaborada uma síntese do capital relativo ao conjunto da população inquirida, de modo a permitir a apuração do valor e quocientes relativos a esse mesmo conjunto, assim como a respectiva integração numa contabilidade sócio-econômica.

2.4. Tratamento contábil

Entramos agora numa outra fase de metodologia proposta, que é a do registro e articulação dos valores do rendimento e do capital que o inquérito revelou serem, respectivamente, os alcançados e os possuídos pelas famílias objeto do inquérito.

Como operação preliminar da contabilização temos a conversão das quantidades físicas de bens e serviços heterogêneos apurados no inquérito em valores homogeneamente expressos em unidades monetárias a preços correntes. Mediante este artifício, torna-se possível o cálculo de agregados contábeis adequados à apuração de resultados comparáveis tanto no Espaço como no Tempo, mediante a conversão dos valores a preços correntes em valores a preços constantes, tal como antes se indicou.

Para a conversão das quantidades em valores serão usadas as tabelas de conversão (listas de preços) a que antes nos referimos.

2.4.1. Classificação dos agentes econômicos

A contabilidade sócio-econômica articula-se num sistema digráfico ou de partidas dobradas em que os "lançamentos" são feitos simultaneamente por duas óticas: setorial e das fontes e destinos dos diversos fluxos.

A ótica setorial, que é a que no momento interessa considerar, funda-se no critério da distinção do móbil da atuação de cada um dos tipos de agentes econômicos. Sob este aspecto, os agentes econômicos podem ser classificados do seguinte modo:

Os organismos públicos que têm por móbil da sua atividade produzir sem fins lucrativos bens e serviços que atendam às necessidades coletivas constituem o "setor público".

Os organismos públicos que têm por objetivo o lucro e as entidades privadas que perseguem esse mesmo objetivo constituem o "setor empresarial".

As organizações privadas que têm por móbil produzir, sem fins lucrativos, utilidades para benefício dos seus membros ou de terceiros, constituem o "setor associativo".

As pessoas físicas, cujo móbil principal de atividade é a consecução dos meios necessários à sua subsistência e do seu agregado familiar, constituem o "setor familiar".

Os agentes econômicos situados fora do país, que com ele mantêm transações, são englobados numa Conta Exterior que contabilmente funciona como se tratasse de um setor.

A pormenorização contábil deverá ser levada tão longe quanto o exijam os objetivos a atingir. Sugere-se que, para os fins de um inquérito, o setor familiar seja desdobrado como segue:

Residentes na região do inquérito:

- Presente no período do inquérito:
 - No meio rural:
 - dedicados à agropecuária de baixo rendimento
 - outros estratos populacionais
 - No meio suburbano
 - No meio urbano
- Ausentes no período do inquérito:

- mão-de-obra migrante
- estudantes e militares
- turistas e outros

2.4.2. Classificação das operações

Pela ótica das fontes e destinos dos fluxos, pode-se estabelecer a seguinte classificação:

Receita:

- Operações correntes:

- Receitas monetárias correntes:
 - vendas de bens e serviços correntes
 - transferências correntes
 - operações financeiras correntes
- Receitas não monetárias correntes:
 - produção de bens e serviços correntes
 - venda, com recebimento em espécie, de bens e serviços correntes
 - transferências não monetárias correntes

Operações de capital

- Receitas monetárias de capital
 - vendas de bens de capital
 - transferências monetárias de capital
 - operações financeiras monetárias de capital
 - déficit monetário (saldos utilizados)
- Receitas não monetárias de capital
 - transferências não monetárias de capital
 - outras receitas não monetárias de capital

Contas de ordem

- Receitas com igual contrapartida em despesa

Contas de regularização

- Valores imputáveis
 - + autoconsumo (alimentar e outras)
 - + trabalho não remunerado no lar
 - + outros bens e serviços utilizados gratuitamente
 - amortizações, reintegrações e desvalorizações
 - diminuição de estoque
 - depreciação
 - outras imputações
- (+ contrapartida de despesas)

Despesa

- Operações correntes
 - Despesas monetárias correntes
 - compra de bens e serviços correntes
 - transferências monetárias correntes
 - operações financeiras monetárias correntes
 - Despesas não monetárias correntes
 - utilização de bens e serviços correntes
 - compra, com pagamentos em espécie, de bens e serviços correntes
 - transferências não monetárias correntes
 - outras despesas não monetárias correntes

Operações de capital

- Despesas monetárias de capital
 - compra ou formação de capital
 - transferências monetárias de capital
 - operações financeiras monetárias de capital
 - superavit monetário (saldo para o ano seguinte)
- Despesas não monetárias de capital
 - transferências não monetárias de capital
 - outras despesas não monetárias de capital

Contas de ordem

- Despesas com igual contrapartida em receita

Contas de regularização

- Valores imputáveis
 - autoconsumo (alimentar e outros)
 - trabalho não remunerado no lar
 - outros bens e serviços produzidos sem remuneração
 - aumento de estoques
 - depreciação
 - outras imputações

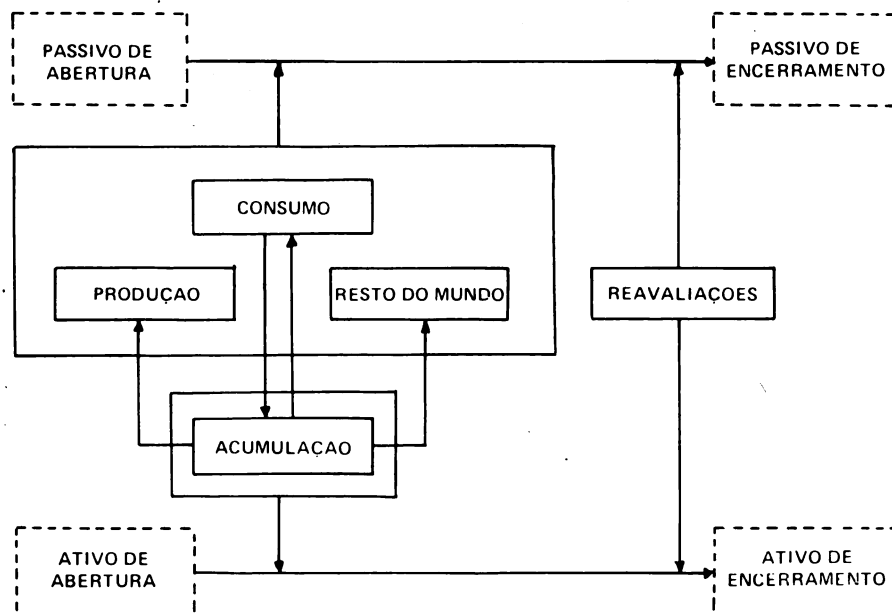
2.4.3. Sistema de contas

Para o enquadramento contábil dos agentes e operações, deve-se usar,

de acordo com as recomendações da Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas, um sistema de contas que contemple as seguintes operações:

Ativos líquidos da abertura
Contas interiores

- produção
 - consumo
 - acumulação
- Conta do resto do mundo
Reavaliações
Ativos líquidos de encerramento
Estas contas e posições articulam-se do seguinte modo:



2.5. Apresentação dos resultados

Uma vez contabilizados os agregados contábeis em harmonia com as classificações por agentes e por operações e conforme o sistema de contas, passa-se à fase de apuração final, que se processa pelo método das aproximações sucessivas, tendentes à obtenção de resultados que correspondam a um máximo de exatidão possível em face da precariedade das fontes estatísticas disponíveis e das margens de erro das informações coletadas. Procura-se aproveitar os dados que vão sendo obtidos em cada etapa, para corrigir as etapas anteriores e preparar os seguintes.

É a progressiva condensação dos dados mediante uma adequada articulação dos diversos setores que permite

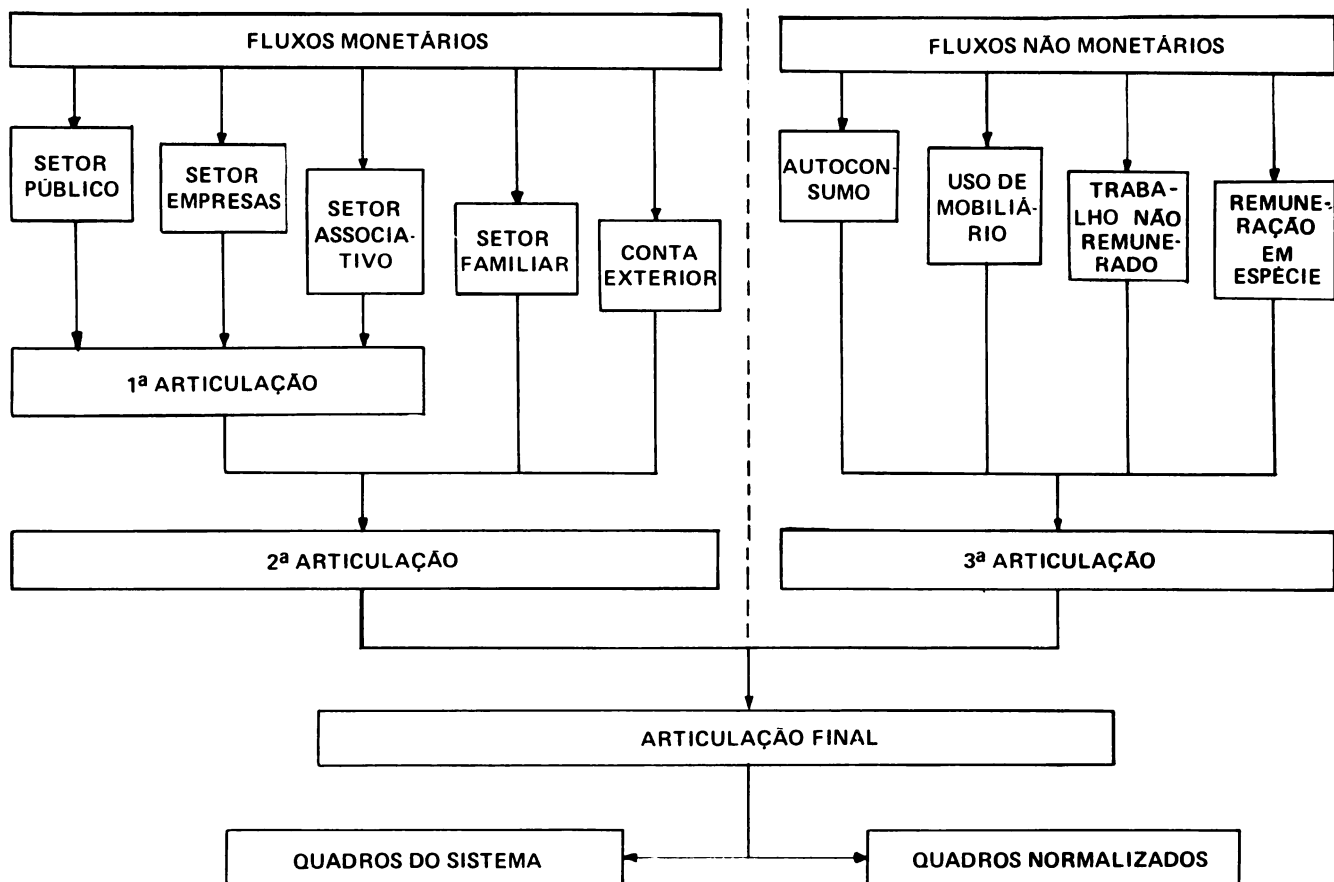
dimensionar adequadamente os agregados que interessa conhecer.

Em resumo, pode-se dizer que a marcha do cálculo se subordina aos seguintes princípios:

- Os fluxos monetários são tratados separadamente dos fluxos não monetários.
- Cada um dos setores é calculado separadamente.
- Os resultados finais do cálculo de cada setor são articulados com os dos demais setores.

Para fins de articulação os diversos setores são hierarquizados em função da maior probabilidade de exatidão que se atribui aos respectivos dados.

O plano geral das articulações é o seguinte:



Uma vez concluída a fase de contabilização e condensação dos dados, passa-se à do preenchimento dos quadros de resultados, os quais poderão ser elaborados quer segundo os modelos que se decida adotar para que respondam às necessidades específicas de informação exigidas pelo inquérito, quer segundo os modelos normalizados preconizados por organizações nacionais ou internacionais, como a Fundação Getúlio Vargas e a Organização das Nações Unidas, respectivamente.

Desses quadros serão extraídos os elementos que respondam às necessidades do inquérito e que são os indicadores, nas rubricas apresentadas a seguir.

3. EXPLORAÇÃO DOS RESULTADOS

Entendem-se por exploração dos resultados as conclusões de carácter geral que podem ser extraídas dos quadros contábeis que sintetizam os valores e a importância relativa dos diferentes agregados que a contabilização revela. Essa análise diz respeito a "captações", "produtividade" e "concentração".

3.1. Captações da riqueza

Por captações entende-se, no caso do inquérito, o quociente da divisão de um valor global pelo número de unidades a que se refere. Para os fins do inquérito interessa calcular captações de "rendimento" e captações de "capital".

As captações de rendimento que a nosso ver convém calcular, quer em relação ao rendimento monetário, ao não monetário, ao conjunto dos dois ou ao rendimento produzido pelo trabalho da mulher, são as seguintes: por habitante, por unidade de produção, por unidade de consumo, por dona-de-casa (ou seja, por agregado familiar).

Em geral, calcula-se também o rendimento por quilômetro quadrado da área do inquérito.

As captações de capital cujo cálculo nos parece conveniente, quer em relação ao capital global das famílias, ao capital afeto à exploração agropecuária ou ao capital especificamente destinado às lidas domésticas, são as mesmas que se indicam em relação às captações de rendimento. Convém

também proceder ao cálculo do valor do capital por quilômetro quadrado.

3.2. Produtividade dos fatores

Para os fins da metodologia em análise, entende-se por "produtividade" o número de unidades monetárias de rendimento monetário e não monetário produzido por unidade de fator de produção aplicado: capital (expresso em unidade monetárias) e mão-de-obra (expressa em número de horas de trabalho).

Para o cálculo da produtividade do capital, os principais cálculos a fazer são:

- Do capital total, em relação ao rendimento total.
- Do capital afeto à agropecuária, em relação ao rendimento da agropecuária.
- Do capital posto à disposição da mulher, em relação ao valor imputável ao trabalho por ela executado nas lidas domésticas.

Para o cálculo da produtividade da mão-de-obra, medida em número de horas de trabalho, os principais cálculos a efetuar são:

— Da mão-de-obra total, em relação ao rendimento total.

— Da mão-de-obra despendida na agropecuária, em relação ao rendimento da agropecuária.

— Da mão-de-obra despendida pela mulher, em relação ao rendimento do trabalho da mulher.

— Da mão-de-obra da dona-de-casa despendida nas lidas domésticas, em relação ao valor imputável ao rendimento da dona-de-casa

Uma vez concluídos os cálculos dos dois tipos acima referidos, será muito esclarecedor o confronto da produtividade relativa a elementos comparáveis em dupla, como sejam, por exemplo, a produtividade do capital total com a produtividade da mão-de-obra total.

Para a apreciação da situação regional será também muito útil a comparação desses elementos com os que retratem a situação do país, do estado e da microrregião.

3.3. Concentração da riqueza

Um outro dado muito importante para a análise dos resultados é o que nos esclarece sobre a maneira como o capital, nas duas distintas categorias, e o rendimento, também segundo as suas diferentes origens, se encontram distribuídos pela população. Esse esclarecimento é dado sob a forma de índices de concentração. O índice de uso mais corrente para o mencionado fim é o LORENZGINI.

Esse indicador é calculado a partir dos dados relativos a cada uma das famílias inquiridas, os quais terão, para o fim pretendido, de ser apurados como síntese dos registros feitos nos respectivos formulários das entrevistas introdutórias e de rotina.

Um dos objetivos a que, de modo geral, todas as políticas sócio-econômicas visam prioritariamente é o da melhoria da distribuição da riqueza nacional, de modo a tornar menos gritantes os desequilíbrios regionais, setoriais e individuais.

Muitas observações já feitas em diversos países mostram que a distribuição do capital se apresenta mais concentrada do que a do rendimento. Por seu lado, a História inculca que a paz social tende a ser gravemente afetada quando os índices de concentra-

ção se afastam de uma faixa de equilíbrio que se situa em torno do coeficiente 0,5, que parece refletir uma situação de normalidade estatisticamente revelada pelo conhecido economista WILFREDO PARETO. Segundo outro notável economista, HAROLD DAVIS, a ruptura desse equilíbrio pode dar lugar a perigosas tensões sociais, tal como sugeriu na sua conhecida "Teoria da revolução e da guerra civil".

Ficam assim em evidência a grande importância do problema da concentração da riqueza, e, portanto, a necessidade de se estar atento à sua evolução para, com a devida oportunidade programar as ações necessárias à redução dos riscos.

Um ponto que muito interessa comprovar mediante inquérito é o de que o capital relacionado com o trabalho da mulher em geral, e em especial com o da dona-de-casa, se encontra menos concentrado que o capital nacional tomado globalmente.

É claro que também importa recolher dados que permitam confrontos entre regiões e entre diferentes momentos.

Como se disse acima, é comum que a concentração do capital seja maior do que a do rendimento. Presume-se em relação à concentração deste, que o derivado do trabalho da mulher em geral e da dona-de-casa em particular se encontra menos concentrado do que o rendimento total. Isso seria devido ao fato de o volume de trabalho feminino no lar ser menos afetado pelos desníveis sociais ou categorias profissionais. No entanto, seria muito útil saber se tal efetivamente ocorre, e em que medida. Daí o grande interesse de uma investigação estatística que quantifique essas realidades e hipóteses, de modo a permitir que se programe uma ação destinada a valorizar o trabalho feminino no quadro de um planejamento sócio-econômico tendente a melhorar o nível e a qualidade de vida das populações, assim como a projetar para elas melhor perspectiva de vida.

4. Propostas

Chegamos, assim, ao fim da descrição abreviada da metodologia que se propõe para o cálculo da dimensão econômica do trabalho da mulher.

Resta-nos, portanto, formular ao V CONGRESSO algumas propostas de conclusões e sugestões suscetíveis de estimular uma ação de investigação e planejamento no âmbito das faculdades de Ciências Domésticas de cuja ação pode depender a melhoria da situação das famílias agropecuárias rurais de baixo rendimento.

4.1. Propostas de conclusões

Propomos que, em harmonia com este estudo, o V CONGRESSO aprove as seguintes CONCLUSÕES:

1 — Que o trabalho da mulher, tanto sob o aspecto quantitativo como sob o aspecto qualitativo, é uma componente muito significativa do P.I.B. e um fator de correção dos desníveis da distribuição da riqueza nacional.

2 — Que, por isso, o cálculo da sua dimensão econômica é muito importante para o planejamento sócio-econômico, com vistas à melhoria do nível e da qualidade de vida das populações.

3 — Que para uma análise do problema com a devida extensão e profundidade as técnicas a adotar são as da contabilidade sócio-econômica nacional apoiada em inquéritos estatísticos por amostragem.

4.2. Propostas de recomendações

Em face das conclusões que antecedem, propomos que o V CONGRESSO aprove as seguintes recomendações:

1 — Que se realizem inquéritos-piloto estruturados em bases comuns, tendentes a ensaiar em vários pontos do território as metodologias expostas e a sua adaptação às condições locais.

2 — Que uma vez concluídos tais ensaios de adaptação se passe à fase de realização de inquéritos mais amplos destinados a quantificar as grandezas que interessa conhecer acerca do trabalho da mulher.

3 — Que entre as faculdades interessadas no problema se estabeleça uma rede de intercâmbio de informações e experiências capaz de conduzir a uma metodologia própria em contínua progressão e incessante aperfeiçoamento.

Bibliografia

- SILVA, Jose Júlio Cravo. *O trabalho não remunerado da mulher no lar*. Dissertação de licenciatura, edição do autor, policopiada, Lisboa, 1962.
- . *O trabalho não remunerado da mulher no lar e o cálculo do rendimento nacional nas províncias ultramarinas*. In Revista "Estudos Políticos e Sociais", Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1963, p. 597-658.
- CARNEIRO, Manuel Horta. *Autoconsumo alimentar - Ensaio metodológico*. Dissertação de licenciatura, edição do autor, policopiada. Lisboa, 1960.
- MISSÃO DE ESTUDO DO RENDIMENTO NACIONAL — *Inquérito piloto sobre o trabalho não remunerado da mulher no lar*. In Rendimento Nacional de Macau — 1960, Ed. MERNU, Lisboa, 1963, p. 57-61.
- MISSÃO DE ESTUDO DO RENDIMENTO NACIONAL — *Rendimento nacional de Macau — 1963-1973*. Ed. MERNU, Lisboa, 1973.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A system of national accounts Statistical Office Studies in Methods*. Séries F, nº 2, Rev. 3, N. York, 1969. Existem versões em francês e espanhol, e uma tradução parcial em português. Ed. UFSM/MERNU, Santa Maria/RS, 1977, policopiada, fora do mercado.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Yearbook of National Accounts Statistics*. Ed. ONU, N. York.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. *Contas nacionais do Brasil — Conceitos e metodologia*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, R. Janeiro, 1972.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. *Contas nacionais — Revisão e Atualização — 1949, 1959 e 1965-1975*. In Conjuntura Econômica, IBRE/FEV, vol. 31, nº 7, R. Janeiro, out. 1978.
- BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL. *L'Alimentation des travailleurs et la politique sociale*. Ed. BIT, Genebra, 1936.
- BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL. *Le standard de vie des travailleurs*. Ed. BIT, Genebra, 1938.

Sessão Técnica sobre Alimentação

TÍTULO: RELAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS SÓCIO-ECONÔMICAS E CONSUMO ALIMENTAR DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA.

AUTORES: JOSÉ COSTA FROES*, PAULO SILVEIRA JR., M.S.; LÚCIA MARIA MAFFIA, PH.D.; SOLON J. GUERREIRO**, PH.D.; LEDA BEVENELLO DE CASTRO**, PH., D;**

O trabalho teve como objetivo principal conhecer a influência das respectivas variáveis sócio-econômicas no consumo alimentar dos trabalhadores rurais dos municípios de Camacã e Uruçuca, da Região Cacaueira da Bahia.

A população analisada foi dividida, para fins de estudo, em dois grupos: o primeiro constituído por trabalhadores treinados nas práticas agrícolas referentes à cultura de cacau, e o segundo, formado por indivíduos que não participaram de treinamento de mão-de-obra.

Os dados para análise foram obtidos através de levantamento de campo realizado em outubro de 1974, mediante questionários especiais aplicados à população considerada.

No modelo teórico escolhido, o consumo protéico é a variável dependente. As variáveis independentes são o nível de qualificação técnico, a escolaridade formal, o número de dependentes, a renda bruta familiar, o cosmopolitismo, e as condições de trabalho.

Os dados obtidos foram estudados através do teste "t" de Student e da análise de regressão linear múltipla, utilizando-se o método "backward elimination" para discriminar as variáveis capazes de proporcionar os melhores resultados.

Comparando-se os dois grupos de trabalhadores rurais observou-se a existência de diferença significativa

quanto ao consumo protéico. Constatou-se que os trabalhadores treinados apresentavam consumo alimentar superior ao dos não treinados.

Por outro lado, as variáveis que denotaram melhor desempenho foram: número de dependentes, renda bruta familiar e cosmopolitismo.

Salienta-se que a análise feita está sujeita a limitações metodológicas e que outras variáveis, não inseridas no modelo de análise proposto, poderão estar influenciando decisivamente no consumo protéico dos trabalhadores rurais. Portanto, a aceitação dos resultados do estudo deve ser feita com restrições e não como uma conclusão definitiva.

Em conseqüência da análise das conclusões obtidas sugere-se que o treinamento da mão-de-obra seja mantido, procurando-se, do mesmo modo, proporcionar um enfoque social-educativo ao programa desenvolvido, a fim de conscientizar o trabalhador a respeito de hábitos higiênicos e nutrição racional. Finalmente, aconselham-se pesquisas biométricas visando a conhecer os efeitos da má nutrição nessa população.

TÍTULO: HÁBITOS ALIMENTARES DE UNIVERSITÁRIOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFRRJ

AUTORAS: JANDIRA ROSA DO NASCIMENTO E IVONE HISSAE TANABE LOPES, UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, INSTITUTO DE EDUCAÇÃO - KM 47, VIA CAMPO GRANDE, R.J.

Foram estudados os hábitos alimentares dos alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através da aplicação de questionário a uma amostra representativa de 10%. Evidenciou-se nos hábitos alimentares a predominância de alguns alimentos que constituem boas fontes protéicas e glicídicas, notando-se menor frequência de hortaliças e pescado em geral.

Conclui-se que os universitários consomem alimentos de todos os grupos alimentares, principalmente carne, feijão, arroz, ovos e algumas frutas. As

preferências para determinados alimentos são motivadas por reações individuais e pelas características dos alimentos, tais como paladar, aspecto visual e odor.

Os alunos que declararam fazer o desjejum na cooperativa dos alunos da Universidade Rural foram os que mais demonstraram consumir menor variedade de alimentos numa refeição.

A maioria dos alunos (36%) faz, diariamente, quatro refeições (desjejum, almoço, lanche e jantar), e 33% três refeições (desjejum, almoço e jantar), sendo que um número bem pequeno apresentou outros hábitos.

TÍTULO:

AValiação Nutricional da Proteína de Soja Texturizada por Extrusão.

AUTORES:

LÚCIA MARIA MAFFIA, Ph., D; HENRIQUETA M. VIEIRA ROLIM, M.S; DILSON T. COELHO, Ph, D; Professores da Universidade Federal de Viçosa.

RESUMO:

Realizou-se no Departamento de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa um ensaio biológico, utilizando-se durante 21 dias ratos albinos, com o objetivo de avaliar a qualidade da proteína de soja texturizada (PST) pelo processo de extrusão, comparada à farinha de soja desengordurada (FSD) comercialmente disponível. Foi estudado também o efeito da suplementação dos referidos produtos com metionina e/ou lisina.

Eficiência alimentar (EA); relação de eficiência protéica — "protein efficiency ratio" — (PER); retenção de nitrogênio na carcaca (RNC); relação da proteína líquida — "relative net protein ratio" — (RNPR) foram os critérios de avaliação selecionados neste estudo. Em termos de resultados, observou-se uma concordância geral entre os critérios de avaliação empregados. O processo de extrusão melhorou significativamente (P 0,01) a qualidade da proteína de soja. A simples observação dos dados revela maiores ganhos em peso entre animais que receberam o produto texturizado.

(*) (**) Professores, respectivamente, da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal de Viçosa, MG

Aparentemente, o processamento promoveu a eliminação de fatores residuais adversos presentes na farinha de soja desengordurada, sendo possível ainda que tenha melhorado a digestibilidade do produto final.

A suplementação com aminoácidos foi significativa (P 0,05) em todos os critérios analisados, com exceção de retenção de nitrogênio na carcaça. A um nível de 10% de proteína a suplementação de dietas com metionina melhorou a qualidade protéica do produto texturizado, evidenciando a deficiência deste aminoácido. Embora a fortificação da PST com lisina tenha levado a resultados semelhantes aos apresentados pela PST não suplementada, a adição desse aminoácido à FSD concorreu para reduzir a qualidade da proteína. Ratos alimentados com produtos de soja enriquecidos simultaneamente com metionina e lisina responderam de forma semelhante aos que receberam produtos suplementados apenas com metionina, sugerindo com isto que, se houve dano à lisina pelo processamento, o mesmo ocorreu em proporções tais que este aminoácido não se tornou limitante nos produtos avaliados.

Concluindo, a extrusão melhorou sensivelmente o valor nutricional da farinha de soja, sendo recomendada a fortificação da PST com metionina.

TÍTULO:

COMPARAÇÃO DA COCÇÃO DE COSTELA BOVINA RESFRIADA E CONGELADA

AUTORES:

VILMA ÁVILA VIANNA, PAULO ROBERTO KOETZ, M. S.; MARIA EDI RIBEIRO
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTOS – FACULDADE DE AGRONOMIA “ELISEU MACIEL”, UFPEL.

Compararam-se os resultados da cocção de costela bovina em pedaços resfriada e congelada. A carne congelada foi descongelada até 0°C por dois métodos: imersão em água morna (40°C) e em água corrente (12°C). As carnes descongelada e resfriada foram cozidas em forno a 180°C até a temperatura de 80°C. A carne ainda quente foi servida a um grupo de pessoas acostumadas a este

tipo de avaliação e analisadas quanto a maciez, suculência e aceitabilidade.

Analisando-se os resultados obtidos verificou-se que o descongelamento em água morna apresentou melhor valor quanto a paladar e menor tempo de cocção. A preferência foi pela carne resfriada, embora a maciez e a suculência obtivessem dados semelhantes para ambas as carnes.

TÍTULO:

INFLUÊNCIA DO PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO NO VALOR BIOLÓGICO DA PROTEÍNA EM ALIMENTOS BRASILEIROS.

AUTORES:

PEDRO LUIZ ANTUNES, Ph. D. VALDEMIRO C. SGARBIERI, Ph. D.

O valor nutritivo das proteínas para animais monogástricos está na dependência de três fatores importantes; 1. estrutura química da proteína, da qual dependem em grande parte a sua digestibilidade e a disponibilidade biológica de seus aminoácidos; 2. composição aminoácida da proteína, principalmente no que diz respeito ao equilíbrio ou proporção adequada dos diferentes aminoácidos essenciais; 3. interações e/ou reações que possam ocorrer com as proteínas durante o armazenamento e o processamento dos alimentos, de forma a tornar menos disponíveis os aminoácidos contidos nas proteínas.

De modo geral as proteínas fibrilares e estruturais (colágeno, elastina, queratinas, etc.) são pouco digeríveis, pouco solúveis, além de possuírem composição inadequada em aminoácidos. As proteínas globulares (proteínas de reserva e proteínas solúveis do citoplasma) são as mais digeríveis e de composição mais adequada em aminoácidos, sob o ponto de vista nutricional.

Pouco se sabe sobre as alterações que possam ocorrer com as proteínas dos alimentos, sob o ponto de vista do seu valor biológico, durante o armazenamento de produtos alimentícios in natura. Sabe-se, por exemplo, que a congelação rápida da carne após o abate pode encurtar e enrijecer as fibras musculares com possível diminuição da digestibilidade e

da disponibilidade de aminoácidos. Já o armazenamento de peixes a temperaturas acima do ponto de congelação resultará em perda de textura por degradação hidrolítica das proteínas que poderá resultar, também, em perda de valor biológico das proteínas pela possibilidade de reação dos peptídios e aminoácidos livres com outros componentes dos alimentos resultando na diminuição da disponibilidade biológica dos aminoácidos.

Pesquisas realizadas e em andamento em nosso laboratório, com proteínas de feijão (*phaseolus vulgaris*), mostram que o valor biológico dessas proteínas diminui em função do tempo e das condições de armazenamento. As principais alterações encontradas até o presente foram: 1. diminuição da digestibilidade; 2. diminuição da disponibilidade biológica dos aminoácidos sulfurados (metionina e cisteína); 3. diminuição da capacidade de promover crescimento; 4. diminuição do quociente de eficiência protéica (PER). As condições de armazenamento que favorecem essas transformações são umidade e temperatura elevadas.

Mais importante do que os efeitos do armazenamento é, talvez, para a maioria dos produtos, a influência do processamento no valor biológico das proteínas. Já com o pré-processamento a que são submetidos certos cereais, como por exemplo, o beneficiamento do arroz e do trigo, eliminamos uma fração que contém proteínas de mais alta qualidade. Dados de literatura mostram que a proteína da farinha de trigo (70-75% de extração) contém 25% menos lisina e 10% menos triptofano e treonina quando comparada com a proteína do grão de trigo integral. Da mesma forma, a proteína do arroz polido contém em média 30% menos lisina do que a do arroz integral.

Considerando que a lisina e a treonina são os aminoácidos limitantes desses cereais, a influência desse pré-processamento é de considerável significado nutricional.

No processamento industrial dos alimentos o tratamento térmico é o que mais pode afetar o valor biológico das proteínas.

De modo geral, o tratamento térmico controlado aumenta o valor bio-

lógico das proteínas pela desnaturação através de dois efeitos principais: 1. melhora a digestibilidade pela alteração estrutural que causa nas moléculas de proteínas, permitindo o ataque mais efetivo pelas enzimas proteolíticas que agem na digestão; 2, destrói a atividade de proteínas com efeitos tóxicos e antinutricionais.

Leguminosas como feijão e soja são bastante tóxicas quando cruas. A toxidez é eliminada e o valor biológico das proteínas atinge índices muito próximos do máximo já encontrado, com um tratamento térmico bastante reduzido, embora insuficiente para inativar completamente as proteínas antinutricionais conhecidas, como as inibidoras de tripsina e quimotripsina e as fitohemaglutininas. Resultados dessa natureza, obtidos em nosso laboratório, serão apresentados e discutidos.

Durante os tratamentos térmicos (branqueamento, pasteurização, esterilização e desidratação) pode ocorrer uma série de reações químicas entre as proteínas e outros constituintes dos alimentos que concorrem para diminuir o seu valor biológico. As reações mais freqüentes são: 1. proteínas com açúcares redutores; 2. proteínas com produtos de degradação de ácidos graxos oxidados; 3. proteínas com substâncias fenólicas oxidadas.

A reação da proteína com açúcares redutores ou com substâncias aldeídicas e cetônicas em geral é conhecida como reação de Maillard e ocorre mesmo a baixas temperaturas, embora seja grandemente acelerada pela elevação da temperatura. Outros parâmetros de grande importância nesse tipo de reação são o pH e a umidade do produto. A reação é grandemente favorecida por um pH alcalino e por atividade de água em torno de 0,6.

Essa reação, que é desejada em grande número de produtos por conferir-lhes sua característica coloração bronzeada (batatas fritas, crosta de pão, chocolate, etc.), é sempre acompanhada de consequências nutricionais indesejáveis por interferir com a digestibilidade das proteínas e com a disponibilidade dos aminoácidos. O aminoácido mais afetado nesse tipo de reação é a lisina, embora a disponibilidade de todos os aminoácidos seja afetada.

Esse mesmo tipo de reação ocorre entre as proteínas e os produtos de degradação de lípidos oxidados que são aldeídos e cetonas. Neste caso, o efeito de calor é mais pronunciado quando alimentos protéicos contendo lípidos poli-insaturados são aquecidos na presença do oxigênio do ar, como é o caso de peixes, farinhas de peixes e de sementes oleaginosas.

Outro grupo de substâncias que reagem fortemente com proteínas sob a ação do calor são os polifenóis (taninos, gossipol, antocianinas, etc.), prejudicando sensivelmente a digestibilidade e a disponibilidade biológica dos aminoácidos das proteínas. Na farinha ou torta de algodão a reação com o gossipol, importante para a desintoxicação da farinha, diminui consideravelmente o valor biológico da proteína.

Experiências realizadas em nosso laboratório mostram que a mistura de chocolate com leite de vaca diminui consideravelmente o valor biológico da proteína do leite, provavelmente devido à reação complexa dos polifenóis do chocolate com as proteínas do leite. Esses resultados serão apresentados e discutidos.

Também serão apresentados os resultados de vários processos de desidratação (liofilização, desidratação em rolos, em secador tipo "spray" e em secador de ar quente) sobre o valor biológico das proteínas de uma nova variedade de milho (nutrimaiz) colhido no estágio de milho verde, ou seja, vinte dias após a polinização.

Os resultados mostram que de todos os processos de desidratação, ao menos para esse tipo de produto, a liofilização e a desidratação em rolos são muito superiores à secagem em "spray" ou em secador de ar quente.

TITULO:

ANÁLISE DO NÍVEL DE VIDA EM COMUNIDADE RURAL DE BAIXA RENDA NO RIO GRANDE DO SUL — Estudo interdisciplinar

AUTOR:

JOSÉ COSTA FRÓES, L.D. — Professor da Universidade Federal de Pelotas/RS/BRASIL

1. Introdução

Este estudo objetivou conhecer a qualidade de vida dos produtores ru-

rais da Ilha do Leonídio, Município de Rio Grande/RS. Analisaram-se as condições em que se desenvolve a agricultura tipo familiar da referida comunidade. Identificaram-se as características da estrutura agrária, o nível tecnológico, os resultados econômicos, as condições sócio-culturais e as características da economia doméstica.

O trabalho oferece subsídios valiosos àqueles que têm o encargo de melhorar as condições de vida dessa população rural.

Na realização do trabalho contou-se com a participação integrada de docentes da Faculdade de Agronomia "Eliseu Maciel", Faculdade de Ciências Domésticas, Instituto de Física e Matemática e do Curso de Nutrição. Salienta-se que, ao lado das informações técnicas obtidas, se observou uma excelente integração cultural e profissional entre os membros da equipe técnica.

2. Resumo e conclusões

O trabalho teve como objetivo primordial conhecer a influência dos fatores estruturais, tecnológicos, econômicos e sócio-culturais no nível de vida dos produtores rurais.

A população analisada habita a Ilha do Leonídio, situada no 5º Distrito do Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

A amostra escolhida foi formada por 40 produtores rurais. O levantamento dos dados foi feito nos meses de outubro e novembro de 1978.

As entrevistas foram conduzidas utilizando-se dois tipos de questionários previamente testados: um contemplava perguntas sobre a geração da produção agrícola, da renda e das características pessoais do produtor rural, enquanto o outro tratava de temas ligados à área da economia doméstica.

O nível de vida, tema central deste trabalho, foi analisado através das variáveis índices de habitação, gastos de manutenção familiar, índice de consumo calórico e o índice de consumo protéico, assim como de uma escala de nível de vida.

Os dados colhidos foram interpretados mediante análises tabulares e análises de modelos estatísticos. Trabalhou-se com a função de produção

agrícola (Cobb-Douglas), com a função geradora de renda, da forma quadrática modificada, e também com a função da regressão linear múltipla. Utilizou-se o processo de eliminação sucessiva, também denominado "backward elimination", para discriminar as variáveis que proporcionassem melhores resultados.

Os resultados obtidos evidenciaram que a atividade produtiva está alicerçada na olericultura. A estrutura fundiária constitui-se de pequenas propriedades. A área média ficou em torno de 18,04 ha. A maioria dos produtores é proprietária das explorações agrícolas. A superfície média de lavoura oscila em 3,79 ha.

A adoção de tecnologia nas áreas da bioquímica e do manejo do solo tem-se processado mais por influência dos vendedores comerciais do que pela participação do pessoal técnico.

A cultura da cebola concorre com 89% dos ingressos na formação do valor bruto da produção.

Constatou-se que 91,45% da força de trabalho são compostos por familiares dos agricultores.

Verificou-se que 85% dos produtores fazem uso do crédito rural.

A idade média dos chefes de família é de 47,8 anos. A maioria dos produtores sabe ler e escrever.

As variáveis que mais concorreram para a formação do valor bruto da produção foram área cultivada, gastos com insumos e capital de produção.

No que concerne à geração dos ganhos líquidos familiares contribuíram as variáveis área cultivada, adoção de tecnologia agrícola, cosmopolitismo e orientação ao risco.

Analisando-se a participação das variáveis indicadoras do nível de vida, verificou-se que, com relação aos gastos de manutenção familiar, 63,10% dos dispêndios são destinados à alimentação.

Quanto ao consumo alimentar, conclui-se que a maioria das famílias dos produtores rurais apresenta um alto consumo de calorias e proteínas.

As sugestões propostas foram dirigidas à orientação de medidas que visam à pesquisa agrícola, à extensão rural, à economia doméstica e às condições agenciadoras do desenvolvimento comunitário.

SUBSTITUIÇÃO DO FEIJÃO PRETO POR FEIJÃO SOJA

AUTORES:

TAEKO KAMURO E ELIETE SOUZA

Este trabalho oferece uma contribuição ao estudo da substituição par-

cial do feijão preto pelo soja, no preparo do feijão caseiro tradicionalmente consumido pelos brasileiros.

Partindo-se do processo da preparação caseira de feijão preto, foi realizado um experimento substituindo-se o feijão preto (*phaseolus vulgaris*) pelo feijão soja (*glycine max merrill*) em quatro diferentes níveis (0%, 25%, 50% e 75%), a fim de obter um produto de melhor valor nutritivo e acessível à população de baixo poder aquisitivo.

Os resultados obtidos quanto à aceitabilidade dos quatro tratamentos indicam que o feijão puro (0%) é ainda o preferido pela maioria dos degustadores, apesar de não excluírem os tratamentos onde havia substituição do feijão preto por 50% e 25% de soja, que obtiveram aceitabilidade próxima.

Verificou-se ser possível utilizar o feijão soja junto com o preto na elaboração do feijão caseiro, desde que respeitados os diferentes graus de cocção necessários para os dois tipos de feijão.

Sessão Técnica sobre "Trabalho, Emprego e Participação da Mulher"

TÍTULO:

A MULHER EM TRABALHOS ECONOMICAMENTE PRODUTIVOS — ARTESANATO

AUTORA:

MABEL CORDINI

O tema abordará a participação da mulher nos trabalhos eminentemente manuais, de caráter artesanal, e que aumentam a renda familiar.

- O artesanato como fonte de renda.
- A mulher e o aproveitamento do seu tempo livre.
- O artesanato como preservação de uma memória cultural.
- A necessidade de pesquisar as manifestações culturais populares e sua importância no momento econômico.

— As Ciências Domésticas em face da organização e administração do trabalho familiar no lar e na comunidade visando a racionalizar os recursos naturais.

— O economista doméstico organizando a utilização dos recursos naturais.

— A educação do artesão, a formação profissional, os direitos trabalhistas e as instituições que se preocupam com a política nacional de desenvolvimento do artesanato.

(slides, film super 8)

TÍTULO:

ARTESANATO E ECONOMIA FAMILIAR (Trabalho e Emprego).

AUTORA:

MARIA JOSÉ BARBOSA DE CARVALHO

- Artesanato. Divergências na conceituação. Sua importância como força econômico-social.
- Situação do artesanato em países desenvolvidos e subdesenvolvidos.
- Posição do artesanato no Brasil. Entraves ao seu desenvolvimento
- Mão-de-Obra artesanal. Conceito de artesão e situação jurídica e atual.
- Formação do artesão e necessidade de orientação técnica para

fins de comercialização do produto.

- Artesanato e arte popular e folclore.
- Turismo e artesanato.
- Comercialização do artesanato; fonte de receita familiar
- Interesse dos poderes públicos pelo desenvolvimento do artesanato no Brasil.
- Encontros em Brasília e em outras regiões.
- O que vem sendo feito, oficialmente, pelo desenvolvimento do artesanato.
- Situação em São Paulo e em outros Estados.
- Aplicação do trabalho artesanal para fins terapêuticos.
- Sugestão:

Que as escolas superiores de Ciências Domésticas, tendo em vista a pesquisa de artesanato no Brasil e a melhoria da mão-de-obra artesanal em benefício da família, incluam no seu currículo um programa que prepare profissionais para as atividades indicadas.

TÍTULO:

ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E FORÇA DE TRABALHO ENTRE GRUPOS DE BAIXA RENDA — O CASO DA PESQUISA DE CANINDÉ

AUTORA:

TÂNIA BARBOSA CABRAL DE ARAÚJO

A base para as reflexões articuladas é esta pesquisa empírica: "Alternativas de desenvolvimento para grupos de baixa renda na agricultura brasileira". O estudo com questão foi financiado pela EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e dele participaram diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, tais como: Universidade Federal de Viçosa-MG, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP S.Paulo, Universidade Federal do Ceará, Instituto de Pesquisas Econômicas e ainda a Purdue University. Questionários foram aplicados em três épocas consecutivas em cada uma das três regiões: Vale da Ribeira, em S. Paulo; Zona

da Mata e Campos das Vertentes, em Minas Gerais, e Sertões de Canindé, no Ceará. A pressuposição que norteou a escolha dessas regiões é a de que representariam três estágios diferentes do desenvolvimento brasileiro, "do extremo mais pobre do Ceará ao rápido progresso de S. Paulo".

Pretende-se analisar criticamente o instrumento adotado para a coleta dos dados primários apenas quanto aos temas "organização familiar" e "força de trabalho". É certo que os questionários abrangeram com minúcia aspectos ligados às técnicas agrícolas, temas porém não abordados neste trabalho.

Para fins de exemplificação utilizam-se os dados obtidos em Canindé-Ceará.

Intenta-se esclarecer certos conceitos referentes a "família" e a "organização do trabalho" implícitos nos questionários e demonstrar sua inoperância como norteadores da investigação dos fatos. Em alguns momentos dessa explicitação sugerem-se procedimentos alternativos para a obtenção de dados mais fidedignos.

O resultado final é, pois, um apelo no sentido de um esforço de explicitação das bases conceituais que têm norteado muitas das pesquisas empíricas junto aos grupos de baixa renda — um tema da moda.

TÍTULO:

O ECONOMISTA DOMÉSTICO NA COORDENAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE CRECHES

AUTORAS:

MARIA DA LUZ FERNANDES PERIM, IZABEL MARIA RIBEIRO RATTO

RESUMO:

Após rápidas considerações sobre a situação da mulher no mundo atual, sua contribuição ativa para a economia familiar e sua participação no mercado de trabalho, focaliza-se o problema da assistência à criança nos seus primeiros seis anos de vida.

Como alternativa para as mães resalta-se a importância das creches, que se têm multiplicado nestes últimos anos.

Uma pesquisa sobre o número e condições de funcionamento das cre-

ches existentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é apresentada como subsídio para a tese que propõe o economista doméstico, em virtude da sua formação eclética, como o elemento mais bem indicado para coordenar os trabalhos e integrar os diversos profissionais que, nas creches, exercem atividades específicas.

O trabalho é enriquecido com um estudo comparativo das diferentes atividades desenvolvidas nas creches e com o ementário de algumas disciplinas do curso de Ciências Domésticas da URRFJ, onde as autoras lecionam.

São apresentadas sugestões à Diretoria da ABED, no sentido de se fazer representar junto à Coordenação de Assistência Materno-Infantil, e à coordenação dos Cursos de Ciências Domésticas, no de que sejam oferecidas maiores opções quanto às disciplinas voltadas para o desenvolvimento da criança.

Mapas, quadros demonstrativos e gráficos completam a exposição.

TÍTULO:

DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO CONSUMIDOR. UMA SUGESTÃO PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O LAR

AUTORAS:

MARIA DE LURDES BARROS, MARILENE DE CARVALHO MACEDO E BRASILINA APARECIDA DE CARVALHO

INTRODUÇÃO

São muitos os percalços com que os consumidores se defrontam na sua tarefa contínua de comprar e consumir. Enquanto a escola se preocupa em formar o indivíduo para ingressar na universidade e na vida profissional, pouca atenção tem sido dispensada, no que se refere à orientação prática, ao seu dia-a-dia como cidadão comum.

É preciso que o economista doméstico se compenetre da sua função como EDUCADOR e tenha uma ação mais positiva na formação dos jovens.

OBJETIVO:

Apresentar aos economistas domésticos o Plano e Material de uma Unidade Didática de Educação do Consumidor como sugestão para o enrique-

cimento do Programa de Educação para o Lar ministrado a nível de 1º grau.

MÉTODO:

Unidade — Direitos e responsabilidades do Consumidor

1. Objetivos gerais
2. Objetivo da aprendizagem
3. Conteúdo
 - 3.1 pré-teste
 - 3.2 introdução;
 - 3.3 exposição e discussão;
 - 3.4 estudo dirigido;
 - 3.5 fixação da aprendizagem.
4. Recursos audiovisuais
5. Avaliação
6. Bibliografia.

MATERIAL:

1. Folhas mimeografadas: pré-teste e exercícios de fixação; 2. Álbum seriado; 3. Cartas: sugestão e reclamação de produtos; 4. Artigos: depoimentos e informativos 5. Colecionador de etiquetas 6. Rótulos, Certificados de garantia e manuais de instrução.

TÍTULO:

**SESSÃO TÉCNICA SOBRE
"EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR"**

AUTORAS:

**ELIZA MARIA MAIA GOMES E
TÂNIA ARAÚJO, M.D., profes-
soras da Universidade Federal do
Ceará.**

Este trabalho nasceu da necessidade de intensificar a dimensão educativa do Programa de Nutrição em Saúde, junto à maternidade de Guaiuba, como uma tentativa de maior integração dos vários serviços de saúde que já são oferecidos à população daquele Distrito que tenha características rurais, a qual está sofrendo sérios problemas pela carência de uma educação para a saúde. O objetivo é a promoção integral da família através da assistência direta ao grupo materno-infantil, criando e implementando oportunidades para melhoria de suas condições de vida, de crescimento, desenvolvimento e interação social, destacando particularmente a criança pré-escolar. Para tanto foram previstas três etapas de atividades: 1ª) levantamento de aspirações, formação de

clube de mães e atividades recreativas-educativas para pré-escolares; 2ª) cursos para cozinheiras, atendentes, lavadeiras, etc., e preparação de visitantes familiares para acompanhar o programa educativo; 3ª) treinamento de professores pré-primários, cursos para líderes da comunidade e avaliação final para verificar os efeitos do programa.

TÍTULO:

**RENDIMENTO PERCEPTIVO-
MOTOR DO PRÉ-ESCOLAR DES-
NUTRIDO EM EDUCAÇÃO FOR-
MAL E NÃO FORMAL**

AUTORA:

**DENISE BALARINE CAVALHEI-
RO LEITE, M.S.**

Na definição do problema que motivou esta investigação chegou-se à pergunta da pesquisa, isto é, à possível influência do estado nutricional da criança na discriminação perceptiva e na resposta motora a estímulos procedentes do meio ambiente, formulada em dois programas educacionais diferentes. Aventava-se também a possibilidade de que a desnutrição afetando o desenvolvimento biopsico-social tornaria restritos os códigos de aprendizagem e conduziria o pré-escolar não atendido em tempo a uma situação difícil quando do início do período regular normal de escolarização obrigatória.

Tendo em vista as soluções para as questões levantadas organizou-se este estudo experimental. Selecionaram-se dois grupos de pré-escolares de peso abaixo do normal para as idades de 4, 5, 6 e 7 anos. Considerou-se como "grupo controle" aquele formado pelas crianças que recebiam alimentação em casa e durante parte do dia freqüentavam uma escola, em programa de educação formal. O grupo experimental" foi formado pelas crianças que se haviam matriculado até um mês antes do início da pesquisa nas Unidades de Proteção ao Pré-Escolar, ou Centro de Recuperação Nutricional, freqüentando-as durante todo o dia, recebendo alimentação adequada e um programa de educação não formal. O tratamento experimental, que consistiu em fornecer alimentação adequada, variável independente, teve a duração aproximada de quatro meses. Foram escolhidas as funções mo-

tora e perceptiva para, num pós-teste, constituírem a variável dependente do tratamento empregado.

Estas funções foram selecionadas por dois motivos. O primeiro prende-se ao fato, confirmado por toda a revisão feita da literatura existente, de que a organização perceptivo-motora bem estruturada se constitui na base do aprendizado da leitura e da escrita (Rossel, 1696; Dowlwy, 1970; Smith, 1971; Vernon, 1973; Patto, 1973; Vayer, 1973; Costallat, 1974; Souza, 1974; Novaes, 1975).

O segundo enfoque prende-se às implicações nutricionais nessas funções. Sendo a motricidade parte de um processo evolutivo, está afeta à maturação do sistema nervoso e do organismo como um todo. O mesmo ocorre com o fenômeno perceptivo diretamente vinculado ao processo evolutivo, à maturação física e psicológica e ao desenvolvimento intersensorial. Todos esses processos evolutivos não se realizam satisfatoriamente, nem sequer atendem ao potencial genético da criança se não houver nutrição adequada desde o período intra-uterino até a completa formação do indivíduo.

Estruturou-se, pois, esta investigação sob a premissa de que a manipulação adequada da variável nutrição produziria resultados compensatórios do desempenho final dos sujeitos.

A partir das hipóteses enunciadas e com base nos resultados obtidos pode-se afirmar que:

1 — Os escores obtidos no pós-teste de motricidade pelos pré-escolares desnutridos que receberam tratamento experimental — alimentação controlada na instituição de educação não formal — foram significativamente mais altos do que os do "grupo controle" que freqüentou programa de educação formal e recebeu alimentação em casa.

2 — A diferença de média dos escores obtidos no pós-teste de percepção visual pelos pré-escolares que receberam tratamento experimental — alimentação controlada na instituição de educação não formal — foi significativamente mais alta do que a do "grupo controle" que freqüentou programa de educação formal e recebeu alimentação em casa.

3 – Os escores obtidos no pós-teste de avaliação da aptidão motora dos pré-escolares desnutridos que receberam alimentação controlada na instituição de educação não formal foram significativamente mais altos do que os obtidos no pré-teste.

4 – Os escores obtidos no pós-teste de avaliação da aptidão perceptiva de pré-escolares desnutridos que receberam alimentação controlada na instituição de educação não formal foram significativamente mais altos do que os obtidos no pré-teste.

5 – Não houve diferença significativa entre os escores obtidos no pré e no pós-teste de avaliação da aptidão motora dos pré-escolares desnutridos que freqüentaram um programa de educação formal e receberam alimentação em suas casas.

6 – Houve diferença significativa entre os escores obtidos no pré e no pós-teste de avaliação da aptidão perceptiva dos pré-escolares desnutridos que freqüentaram um programa de educação formal e receberam alimentação em suas casas.

TÍTULO:

PRÁTICAS INTEGRADAS DO LAR COMO FATOR DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO DOS TELEALUNOS DE ÁREAS RURAIS

AUTORA:

CÉLIA CHAVES GURGEL DO AMARAL

Através deste trabalho procuramos identificar mudanças de comportamento, por influência de práticas integradas do lar, em alunos da 7ª série do Sistema de Ensino da TV Educativa do Ceará residentes em áreas rurais.

Esse campo de estudo da formação especial foi explorado pelo sistema de TV com as seguintes características: um módulo de dez minutos, semanal, durante o primeiro semestre letivo de 1976, somando um total de dezoito emissões; pesquisa e estudo no Manual de P.L., sob a direção do orientador de aprendizagem na telessala, e realização de atividades existentes nesse Manual.

Na primeira etapa do trabalho determinamos a área e a população a ser pesquisada. A nossa área de interesse foram as teleescolas de cidades

rurais ligadas ao Sistema de TV, e a população os telealunos da 7ª série dessas teleescolas. Da população de interesse para o trabalho selecionamos uma amostra de 20% em que sexo e a variável aprendizagem foram observados.

Na segunda etapa visitamos as teleescolas e aplicamos o questionário que incluía os itens a serem avaliados de real interesse para o tema do trabalho.

Verificamos, mediante avaliação dos resultados, que houve aprendizagem e igual interesse pela disciplina tanto por parte dos rapazes como por parte das moças. Concluímos, então, que “práticas integradas do lar” influenciam na aprendizagem, independente do sexo.

TÍTULO:

UMA EXPERIÊNCIA EM EDUCAÇÃO NUTRICIONAL

AUTORAS:

MARIA CLARISSE FERREIRA GOMES, REGINA SILVIA OLIVEIRA FERREIRA

O problema da desnutrição no Brasil vem há muito preocupando as autoridades e as pessoas mais sensíveis a este entrave ao desenvolvimento.

Em Fortaleza vem sendo realizado pelo Fundo Cristão para Crianças (CCF) um projeto de nutrição que atinge quatro comunidades localizadas na periferia da cidade. A população participante é constituída por pessoas de baixo nível sócio-econômico, e as localidades apresentam condições mínimas de infra-estrutura, destacando-se o grave problema da desnutrição em vários graus entre crianças de 0-6 anos.

O referido projeto iniciou-se em julho de 1975, com metas específicas a serem atingidas em dois anos. Ficou sob a responsabilidade direta de estagiárias do Curso de Economia Doméstica e teve como objetivos: 1) recuperação de crianças subnutridas na faixa etária de 0-6 anos e 2) prevenção de casos de subnutrição, através de assistência às crianças subnutridas (acompanhamento médico e alimentar), às mães e famílias desta e às gestantes (acompanhamento educacional).

Após dois anos de funcionamento procedeu-se a uma avaliação, constata-

tando-se que as metas haviam sido parcialmente atingidas. Ficaram ainda diversas indagações sem resposta. Contudo, mais uma vez se constata claramente a associação **DESNUTRIÇÃO X POBREZA**.

TÍTULO:

INTERESSE DE UMA COMUNIDADE RURAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FAMILIAR

AUTORA:

LÉA MAUCH, M.S.

O estudo pretendeu identificar interesses de famílias de uma população do meio rural na área de Educação Familiar. Teve por objetivo fornecer elementos para a elaboração de um programa de educação permanente do meio rural, na referida área, a ser atingido pelo Centro Rural de Educação (CRE), da Secretaria de Educação/RS, em fase de implantação junto à Escola Agrícola de Santa Isabel, em São Lourenço do Sul. Foi elaborado sob a forma de estudo descritivo.

A população envolvida é formada por famílias de “pequenos” e “médios agricultores”. Adotou-se o sistema de amostragem estratificada nuclear, através do sorteio aleatório dos núcleos. Fizeram parte da amostra 38 sujeitos pertencentes à classe de “médios agricultores” e 105 de “pequenos agricultores”, exercendo estes a função “dona-de-casa”. A análise dos dados desenvolveu-se através de estatística descritiva e tabela de freqüência.

Elevado número de respondedores manifestou interesse pela aprendizagem na área de Educação Familiar, constatando-se na maioria dos casos que as variáveis “classes de famílias” e “idade” exercem certa influência na determinação dos interesses, ainda que pouco marcante. Foram identificadas, dentre as áreas consideradas no estudo, as de maior interesse e os conteúdos preferidos em cada área.

Considerando-se a existência de interesse e as preferências em matéria de Educação Familiar, recomendou-se que o CRE leve tais elementos em conta no planejamento do Programa de Educação Permanente para a área rural de São Lourenço do Sul, no tocante à educação voltada para a família.

Extensión Agrícola y los Programas de Desarrollo Rural Integrado ⁽¹⁾

DR. IGNACIO ANSORENA PORTA (2)

Cambio de Procedimientos y Organismos, no de la Función

El título del trabajo que le fue asignado, a este servidor, se relaciona a la extensión agrícola en el desarrollo rural integrado. Este título implica la necesidad de saber en primer lugar, sobre los atributos y características de estos dos aspectos, el de extensión rural y el de desarrollo rural integrado, para establecer luego las relaciones en el sentido de que un organismo institucional, como es el de extensión agrícola, tiene que afectar en alguna medida, el desarrollo. Creo que todos podemos acordar, de que, esta ha sido es y será la intención explícita que ha tenido, la creación de un organismo que siempre ha pretendido ser eminentemente educativo. Al tener esta idea para ser desarrollada, no podemos desconocer en ningún momento, las etapas en que ha evolucionado la organización de extensión agrícola, en relación a los procesos de cambios que ha experimentado la sociedad rural. Podemos asumir también, que en forma total, las expresiones de los cambios producidos en estos países, siempre han de ser considerados como cambios sociales ya en esos términos se manifiesta. Se informan y se conocen. Esto no quiere decir, que las causas originarias, que producen dichos cambios pueden ser de distinto origen; cambios en los aspectos de clima, cambios en el comercio exterior, cambios físicos, cambios tecnológicos, cambios en las orientaciones políticas y económicas; estos y otras más, que pueden ser las causas de los cambios en los países; pero reiteramos que las manifestaciones de

esos cambios se traducen en problemática social.

Convulsiones sociales, como huelgas, incremento en los secuestros, formación de grupos guerrilleros, caídas de ministros o presidentes, guerras entre países etc., y muchos otros más, son expresiones sociales que resultan consecuencias de causas que pueden ser de diversa naturaleza. En los procesos producción agrícola y en las instituciones de los gobiernos, que se han preocupado de estos problemas, también se han producido muchos cambios. Podemos iniciar nuestro análisis, visualizando a mediados de la década de los cuarenta, en la que aparece esta nueva forma de encarar el proceso de desarrollo agrícola, a través de esfuerzos de enseñanza a los agricultores, que se dio en llamar extensión agrícola. Esto no quiere decir que recién en esta década, se crea la necesidad por parte de los políticos de estimular la producción agrícola. Evidentemente que esa era una necesidad sentida desde mucho tiempo atrás, diríamos que desde que se inició la agricultura en los países en que hubo intentos, que se denominaron de distinta naturaleza; fomento de producción, créditos productivos, divulgación para los agricultores, enseñanza a los agricultores etc., que fueron expresión de necesidades de incrementar la producción agrícola. Lo que sucede a mediados de la década del 40, es que se traslada un sistema de educación hacia el agricultor, que había tenido un gran desarrollo en los Estados Unidos y comienza a cimentarse en los distintos países de América Latina. Esa Institución que se traslada se llama Extensión Agrícola y su finalidad era: cen-

tralizar los intentos de la enseñanza agrícola en el agricultor y su familia, con el propósito de que el aumento de la producción de la finca, significara un mejoramiento integral de la vida de la familia. Los organismos de extensión agrícola, se difunden por todos los países de América Latina e inician con la nueva forma, contraponiéndose o lo que era en aquel momento la tradicional forma de pensar sobre la forma de colaborar en mejorar la agricultura. Uno de los ingredientes fundamentales que Extensión Agrícola actualiza es la importancia del hombre, sujeto central del proceso educacional y que este era responsable de su propio progreso. Otra idea fundamental que se esgrimía era que el trabajo de mejorar la producción agrícola sería considerado solo como un medio para su propio desarrollo, lo fundamental era el desarrollo de sus capacidades para el mejoramiento de la calidad de su vida. El entusiasmo fue muy grande por parte de todos los políticos y directivos de extensión.

Se incrementa la atención hacia el sector agrícola, que de por sí, siempre ha sido relegado de todas las atenciones de los gobiernos.

Allá por el año 1959, se reúnen directivos, técnicos especialistas internacionales y nacionales en un evento internacional, realizado en la ciudad de Belo Horizonte, llamado "Centro Sudamericano de Extensión Agrícola", auspiciado por la Organización de las Naciones Unidas para la agricultura y la alimentación - FAO patrocinado por el Gobierno de los Estados Unidos de Brasil y con la colaboración de la Organización de los

1. Conferencia ofrecida en el V Congreso de Economía Doméstica de la Universidad de Pelotas 17-21 Setiembre/1979. Las ideas expresadas en el trabajo son personales y para nada significan ninguna posición de la Institución a la cual pertenece.

2. Jefe de La División de Capacitación del IICA - Dirección General y Especialista

Estados Unidos Americanos. Fue interesante aquella reunión, porque se pudo resumir en ella, un cúmulo de experiencias de los países y posteriormente traducirse en una serie de principios, que podían considerarse como un resumen de lo que era la filosofía del trabajo de extensión, en su primera década de operación sirviendo así como de recapitulación y reorientación del proceso. Aquel esfuerzo fue un poco, una reacción contra el esquema de los agentes tradicionalistas del fomento agrícola, en términos de que Extensión se diferenciaba perfectamente, por su acción educativa frente a la acción de suministrar estímulos productivos, para mejorar la producción. También se reconocían distintas estrategias, respecto a los distintos medios donde había de actuar. En aquella época, se hablaba de estrategias para áreas indígenas, estrategias para las áreas de grandes haciendas, es decir que se enfocaba el aspecto de extensión agrícola predominantemente hacia la producción y productividad donde los problemas tecnológicos adquirían una gran trascendencia a pesar de que, como apéndice de no tanta magnitud se agregaban y se integraban programas de educación para hogar, abarcando a las mujeres de los agricultores y el trabajo con jóvenes. Aquí aparece una primera idea de integración dentro de un organismo, o sea, el trabajo educativo con la mujer y el joven dentro de una unidad social integrada de por sí, como es la familia. Esto no quiere decir que así se haya actuado, ya que se vio y también la experiencia lo demostró, que no se atacaban fundamentalmente los problemas de la familia, en forma integrada, sino que muchas veces existían programas con la mujer por un lado, agricultores por otro y jóvenes también aparte. Entonces tenemos, que por un lado era una experiencia disgregante y por otro lado, una doctrina teórica integradora. Existía también, un concepto de integración referente a que extensión demandaba una atención y una coordinación muy estrecha respecto con la investigación agrícola, especialmente en aquellos problemas de tec-

nología agrícola. Todavía no entraban y estaban lejos de pensarse, en formas integradas con respecto a las necesidades de investigaciones sociales y económicas, donde podrían participar los sociólogos, antropólogos o educadores tratando de descubrir la problemática en sí, de la familia rural para luego intentar procedimientos y estrategias para atacar dicha problemática. La preocupación mayor, eran los problemas tecnológicos. Mientras tanto el proceso socio-económico de América Latina, por la década de los 40 estaba sustentado por el crecimiento que suponían las exportaciones de materia prima. Luego, durante la guerra, esa modalidad adquiere gran importancia aunque, también comienza el influjo de la nueva fisonomía, que ha de tener gran repercusión en América Latina, que es una naciente industrialización. Los países inician una etapa de sustitución de importaciones, ya que avisan a través de industrialización, una forma de como pueden iniciar el usufructo de mucha tecnología. Existía cierto desahogo económico ya que el conjunto de actividades económicas tenía una gran parte de la población económica activa, que se desempeñaba todavía en sector primario. Datos de CEPAL muestran que la ocupación de la mano de obra agrícola oscilaba entre el 36% para Argentina y un 74% para Colombia y Nicaragua. Diez países, que tenían datos comparables, poseían 7 de ellos, más del 50% de su población activa desempeñándose en dicho rubro. (3).

Pero los nascentes procesos de industrialización que comienzan en esta época, empieza a exigir mayores demandas de mano de obra y se inicia un flujo de corrientes migratorias hacia la ciudad. La agricultura tenía una gran importancia, no fundamentalmente porque absorbía mucho más mano de obra. Paralelamente, se comienza también el crecimiento demográfico, la tasa de crecimiento pasa al 24,2 en el período de 50-54 en términos de 30 años, la población se había duplicado llegando a mediados de la década del 50 a 180 millones de habitantes. Con dicho ritmo de crecien-

to evidentemente que se trata de una población joven en el que se da cuenta de que aproximadamente el 40% de la población de América Latina, tiene menos de 14 años. Esto tendrá también gran repercusión, en términos de la presión demográfica, sobre la tierra y fundamentalmente las respuestas del proceso de industrialización que no va a responder a las demandas de empleo. Por otra parte, el proceso de industrialización tiende a incrementar-se y a absorber en cierta forma, algún porcentaje de esa migración pero concomitantemente ella representa también, una selección un poco más rigurosa de habilidades y destrezas de la gente, que luego la sociedad rural no puede responder satisfactoriamente. El informe de Brasil en la reunión de Belo Horizonte debe conocer que el sistema de ABCAR que se llamaba así en aquel momento, apenas cubría una fracción de territorio nacional y que poco más de 6 millones de los 40 millones de campesinos eran alcanzados, las posibilidades por lo tanto, son inmensas y la receptividad para los programas era grande y constante. A partir de la década del 50 las presiones empiezan a aumentar, ya que los costos de producción agrícola también comienzan a incrementarse ya que cada uno de ellos va exigiendo cada vez más productos industrializados del mundo desarrollado en que las nuevas tecnología aumentan sus precios. La presión sobre las ciudades se hace evidentemente, el requerimiento de alimentos de las poblaciones es otra forma de presión sobre la agricultura, la baja educación y los aspectos marginales socio-políticos que vive el medio rural. El desempleo continúa aumentando en casi todos los países, porque la fuerza del trabajo rural sigue acrecentándose, desapareciendo antiguos empleos en la agricultura y nuevas oportunidades de empleo en la ciudad, no surgen con suficiente rapidez. Muchos de estos aspectos, son consecuencia de la modernización de la agricultura, por el empleo de maquinaria y porque las técnicas de capital intensivo, tienden desplazar fundamentalmente a la mano de obra.

También el cambio en el uso de la tierra, es otra de las posibles causas del desempleo ya que al pasar de usos intensivos a extensivos, tienden a desplazar la mano de obra. También la deterioración de los suelos, a medida de su uso, hace que los rendimientos vayan decayendo. Se sabe que el aumento de la producción agrícola en nuestros países ha sido en función fundamentalmente, del aumento de la superficie agrícola. Si bien ha habido en todos esos países a partir, de esa década, un desarrollo aparente en términos industriales, la aparición de los problemas concomitantes sociales, se han ido agravando. Actualmente, por la década de los 50, se puede establecer que existen unos 45 millones de pobladores rurales de América Latina en el Caribe, que reciben un ingreso per capita inferior a un tercio del ingreso nacional medio de los países.

Decíamos que la pobreza es un problema social, ya que tiene una fisonomía y es producto de la interacción de varios factores. No es un hecho accidental ya que se debe al problema de la posesión y uso de los medios de producción y el control de los bienes producidos. Es un producto del funcionamiento de un sistema económico. Y por lo tanto, la pobreza no puede tener tampoco una solución parcial, o accidental, sino que debe ser, también un proceso que debe encararse, socialmente, o sea, modificando los aspectos que aparentemente producen las escasas oportunidades de empleo, el acceso a la tierra y agua, la dispersión física y organizativa de los pobres, mejorando el programa de nutrición en la salud, acceso a los servicios básicos y adecuando la tecnología para la producción agrícola de la Zona. Es decir, que el como integrante del papel que le toca jugar a Extensión Agrícola, es de un complejo institucional, que debe atacar el problema, o sea que la función educativa, la función implícita de la transferencia la función de atención de análisis de la problemática rural, y la atención de la búsqueda de soluciones, al problema de los desajustes, evidentemente, no han cambiado. Si

bien, en esto momento, estas expresiones normativas del proceso de extensión agrícola se hace evidente, sus atributos, sus explicaciones, sus antecedentes en este momento, son más conocidos, más ampliados y fundamentalmente más integrativos. Entonces, ha avanzado el conocimiento científico de muchos problemas, ha avanzado también la expresión dramática de algunos de los problemas que hace que generen motivaciones más intensas en las esferas políticas, para resolver estos problemas. Los medios de comunicación han avanzado en la difusión del conocimiento, creando expectativas en la gente desposeída, y incrementando el nivel de aspiración.

Por otra parte, existen y se incrementan los mecanismos y estrategias que genera el propio sistema de injusticia, que prevalece en nuestra sociedad rural, para tratar de anteponer los privilegios de ciertas minorías, retardando procesos de cambio, que aparentemente, pueden satisfacer muchos de los problemas. El sistema de extensión también, ha cambiado en Brasil, con su ley 6126, del noviembre de 1974, con el objetivo principal de transferir a las unidades productivas, los conocimientos necesarios para elevar su productividad, que se encuadra dentro del marco conceptual del modelo de desarrollo socio-económico, que establece este país. Muchos de los aspectos de cambios sociales, ya fueron mencionados y sugeridos en otra de las reuniones donde se congregaron distintos directivos y especialistas del campo de la extensión. Me refiero a la "Conferencia Técnica de Extensión Agrícola y Juventud Rural", realizada en Chilo a fines del año 1970. Dicha conferencia fué auspiciada por la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación y patrocinada por el Gobierno de la República del Perú. En esta reunión se reanaliza el trabajo de extensión agrícola, después de transcurrir otra década y donde se elaboran una serie de recomendaciones. Dichas recomendaciones, representan un avance en términos generales, sobre los aspectos

doctrinarios, reiterando algunos principios fundamentales y estableciendo más claridad en algunos otros aspectos; así por ejemplo, se recomienda que en base a la distribución no equitativa o insuficiente de los factores y estímulos de la producción, principalmente en materia de tenencia de la tierra y de distribución de los ingresos, son factores que limitan de manera significativa la solución de los problemas que la extensión pretende corregir, en relación a la aplicación de la tecnología para mejorar los ingresos y promover el desarrollo humano de la familia campesina. (4)

Se recomendaba en base a ello, que el objetivo básico de los servicios de extensión rural es el desarrollo del ser humano, tomando como centro de acción a la familia rural en forma integral. También entre las recomendaciones se decía, que los programas de extensión rural deben estructurarse y ejecutarse dentro de los marcos de los planes nacionales de desarrollo agropecuario, y organizarse sobre la base de proyectos prioritarios de repercusión local, regional y nacional. Decía también que en la nueva concepción de los programas de extensión se la ve, en relación directa con los cambios estructurales.

Un Concepto mas Actualizado, mas Globalizante mas Integrativo de Extension

Un aspecto que merece consideración del trabajo de extensión se relaciona fundamentalmente a la evolución que se le demanda para que pueda ser considerado como un instrumento acelerador del desarrollo, implica atribuirle importantes características, que podríamos llamar que son más globalizantes y más integradoras.

4 FAO. La Extensión Rural en América Latina y el Caribe. Informe de la Conferencia Técnica de Extensión Agrícola de Juventud Rural. Chilo, Perú 29 nov al 12 de diciembre/1970. Roma 1971 p. 23

Veamos entonces, cual es la ampliación, en términos de que no debe entenderse que el educador debe ser un transmisor de conocimiento, sino que el educador debe jugar un proceso de animador y de apoyo a la experiencia del hombre, globaliza al hombre en su medio, como un producto del proceso educativo, por lo tanto, no puede conocer exclusivamente sus necesidades psicológicas, sino de como sus necesidades básicas están relacionadas al rol, que cumple en la función de producción en el medio en que se encuentra. Al hombre no lo debe considerar como un recipiente a ser llenado para que su conducta se rija por valores que provienen de medios externos. Uno de los primeros aspectos a entenderse, es que el hombre generador de su cultura y por lo tanto dentro de esa cultura, tiene que visualizar las posibilidades y la anuencia de cambio que ella permita. Es globalizante también, porque Extensión considera al hombre como un participante activo de su propio desarrollo, basado fundamentalmente, en que solamente su participación comprometida, dentro de su propia vida, es cuando puede ser consciente de la necesidad para sus cambios. Un enfoque de extensión globalizante, comienza a dudar si es factible definir necesidades básicas, de carácter absoluto y que se puedan universalizar. Se está avanzando en la aplicación de métodos nuevos como ser la "investigación acción", como instrumento para suscitar la reflexión de la comunidad sobre su situación y su problema y facilitar la expresión en su sentimiento. (5)

Un proyecto que se lleva a cabo en Centroamérica, está dirigido justamente a examinar el papel de la educación en desarrollo rural, que constituye uno de los problemas más acuciantes de los países de la región. La conferencia de Ministros de Agricultura, Salud, Trabajo y Planificación, de seis países de Centroamérica que se llevó a cabo en el año de 1977, subrayó la escasa relevancia de los sistemas escolares para resolver problemas de desarrollo rural y la necesidad de encon-

trar otras alternativas educativas para ayudar a resolver los problemas fundamentales de la vida cotidiana rural. Se ha ido desprendiendo la convicción, así dice el prólogo del mencionado estudio, de que para que la educación sea un instrumento efectivo de desarrollo en el mundo rural, debe de abandonar los planteamientos académicos tradicionales y centrarse en dar algunas respuestas a las necesidades básicas del campesino. De ahí entonces, que la metodología utilizada para la determinación de las necesidades básicas, se ha transformado en una experiencia de gran valor y ya se están logrando excelentes resultados. Se ha demostrado, que los habitantes de seis aldeas centroamericanas presentan una profunda conciencia de lo que representaba el poder de definir sus problemas, intercambiar libremente las opiniones sobre ellos, tomar conciencia de su propia capacidad para resolver algunos y así atender las fuerzas del potencial educativo que cualquier comunidad posee para avanzar hacia ciertas soluciones. (6)

De ahí que este enfoque globalizante en el cambio de metodología en la determinación de la problemática, una vez de seleccionado el público y definido las características de cada uno de estos grupos, las actividades de planificación se puede iniciar con esta nueva metodología para el trabajo de extensión. En lo que se refiere a los aspectos integrativos, de extensión, también que se lo puede extender en sus atributos al enfoque globalizante siendo una necesidad más que nada de coordinación de instituciones lo que, la hizo aparecer a nivel de la nueva concepción del desarrollo. Por lo general, los proyectos que se llevan a nivel de la sociedad rural, tienden a ser dispersos, en términos a la atención que se les presta a las distintas necesidades. Así mismo, dentro de programas dedicados a un mismo sector, como puede ser el agrícola, cada organismo tiende a resolver los problemas en forma parcial. Una de las primeras necesidades que se ha sentido han sido que los proyectos de desarrollo rural sean inte-

grados. en terminos de que distintos organismos del propio sector, pueda definir denominandose como proyectos de desarrollo agrícola integral y cuando distintos organismos de otros sectores, coordinan sus actividades para generar una nueva orientación normativa, y estas estrategias del desarrollo total, se le ha dado en denominarse, proyectos de desarrollo integrados. Este es el sentido actual, que se está encontrando en distintos enfoques de desarrollo. Como ejemplo de la modalidad mencionada están los Proyectos de Desarrollo Rural Integrado (DRI) en Colombia, los Programas Integrados de Desarrollo Agrícola (OIDA), en Ecuador y Proyectos Integrales en Venezuela, para no enumerar otros países, de los cuales no tenemos mucha información, tienen esa característica fundamental. El Programa de Desarrollo Rural Integrado (DRI) en Colombia en una de sus fundamentaciones se dice, "El DRI se ha formulado como una nueva estrategia que busca reunir las experiencias acumuladas en los distintos programas estatales para el sector rural, articulando los esfuerzos y servicios del gobierno, a través de la orientación de la inversión pública en función de las necesidades de desarrollo".

En el caso de Ecuador, el Ministerio de Agricultura y Ganadería como entidad central del sector público agropecuario reestructuró su esquema operativo a nivel central y zonal con la finalidad de lograr la efectiva participación del sector público y agropecuario en el desarrollo del estrato mayoritario de pequeños y medianos agricultores del país. Se estableció en dicha reestructuración, que el objetivo de las unidades técnicas, administrativas del MAG, a nivel operativo, era fomentar la actividad agropecuaria y forestal de la zona, a través de la ejecución y supervisión de programas y proyectos de desarrollo agropecuario. Establecía la necesidad de coordinar con las entidades ascritas al Ministerio todas las actividades y esfuerzo que despliegan estas en el campo agropecuario, me-

5 Programa de Cooperación UNESCO-UNICEF. Necesidades educativas básicas. Informe de actividades. Guatemala 1977

6 Ibid p. 12

dian te la participación, la formulación y ejecución de proyectos integrados de desarrollo así como de otras acciones que aseguran la utilización efectiva de los recursos del sector público agropecuario, en beneficio del desarrollo rural. Las jefaturas de los proyectos agropecuarios, constituyeran el nivel operativo básico, a través de las cuales, ejecutarán proyectos integrados de desarrollo agropecuario (PIDAS), preferentemente en áreas de riego, de reforma agraria, de colonización y en zonas de escaso desarrollo con condiciones favorables para la producción, en las cuales se justifica la concentración de esfuerzos de sector público agropecuario. Otra modalidad de trabajo se refiere a las (ASAS), la Agencias de Servicio Agropecuario que se constituyen en el nivel operativo básico en aquellas áreas rurales que no reúnen las características descritas para la ejecución de proyectos integrados de desarrollo agropecuario.

Selección del Público Objetivo

Se hace evidente el reconocimiento del hecho de que cuando se crean los servicios de extensión y lo decíamos anteriormente, al crearse un servicio público como este, la primera aspiración fue la de atender en lo posible, la totalidad de los agricultores. Frente a este propósito ambicioso, aparecen dos grandes aquellos agricultores empresariales, que son los que realmente producen más para la exportación y concomitantemente representan el mayor sustento económico para la economía del país. Mientras que a los agricultores pequeños se les puede identificar como aquellos que producen los alimentos de consumo interno. Salta a la realidad un aspecto obvio, en el sentido de que si la atención y la preocupación, es tendiente al mejoramiento económico, exclusivamente se dirige la atención hacia aquellos agricultores empresariales de mayor eficiencia productiva y económica. Por otra parte un sistema educativo tendiente a la atención de los problemas sociales, como nace y crece extensión agrícola, la atención se oriente hacia los pequeños agricultores. Además, la realidad socio-económica que están mostrando los países, hace que se presenten a la arena de la discusión teórica, los problemas que ha generado la moderni-

zación de la agricultura y la secuela de sus consecuencias sociales.

Dentro de estas dos tendencias, extensión agrícola se ha ajustado a la orientación política de los países. Lo que ha venido llamando a consenso, es que uno de los procesos retardados del desarrollo de los países, es el sector primario. Haciendo un análisis más detallado de lo que acontece dentro del sector, observamos que el mantiene la mayoría de la pobreza agrícola, generando una serie de problemas. Los países no encuentran instrumentos de solución, ya que aparentemente las soluciones verdaderas a ellos supone transformaciones de estructura socio-política que todavía los países no se determinan a cambiar. En lo que se ha avanzado en casi todos los países de América Latina con servicios de extensión y en aquellos que no lo tienen han definido casi en su totalidad, de que la atención del servicio de extensión o servicios equivalentes debe a los pequeños agricultores. Pero aquí, es justamente, donde se encuentra la problemática, ya que el enfoque de atención para el pequeño agricultor, requiere un análisis que cubre aspectos sociales, técnicos y económicos, que componen los atributos de definiciones de parámetros que limitan el público destinatario del proceso de extensión. Por un lado, la demanda atención puede ser mayor, aunque las soluciones a cargo de la entidad pueden ser más difíciles de lograr. Del punto de vista social, existe justificación de atender al un grupo mayoritario del ámbito rural donde los enfoques, requieren una atención más integrativa sobre los problemas. Del punto de vista económico, tal vez la atención a este público pueda significar la menor retribución a la inversión, ya que esta no puede ser, en la magnitud de las necesidades debido a que estos agricultores tienen poca tierra, esta es más bien marginal del punto de vista productivo y generalmente los aspectos de comercialización, no cuentan con los suficientes atributos de volumen y calidad como para tener más poder de regateo en los precios. Del punto de vista técnico, también las dificultades se incrementan ya que los conocimientos acumulados no se adecúan a las necesidades de los productores pequeños, sino más bien son orientados

hacia la modernización de la agricultura, principalmente en aquellos cultivos de alta eficiencia llevados a cabo por empresarios. Este ha sido tal vez, una de las razones de porque, en la medida de que el sistema de extensión fue atendiendo a todos los agricultores, para colaborar en la solución de los problemas en un escenario de agricultura empresarial, se fue estableciendo una solución natural en términos de una clientela de agricultores que no serían los más necesitados para un servicio del estado. De ahí entonces la necesidad de encarar la definición de los públicos hacia quien el servicio debe orientarse.

La denominación de agricultor pequeño, de población marginada, de campesino, son muy generalizadas, a los efectos de tener una orientación de especificar el tipo de agricultor destinatario del proceso educativo que pretende ofrecer extensión. Ya es extensa la literatura, que existe sobre aspectos definitorios socio-económico de las capas sociales menos favorecidas del medio rural y también muchos esfuerzos se ha realizado para sistematizar estrategias para atacar sus problemas. Hasta el momento los proyectos, para enfrentar al problema de los agricultores pequeños, no pueden ocultar su intención paternalista, pero la experiencia deja ver que son simplemente paliativos que adquieren característica de mantenedora del status quo que no resultan en ningún desarrollo humano simplemente representan un alivio de situaciones circunstanciales que ni siquiera perduran mucho tiempo. Todo ello, estará en función de los propósitos fundamentales que se le atribuyen al desarrollo, ya se concebido como desarrollo, económico. En este último concepto, está también una idea fundamental a la integralidad del desarrollo, compartiendo en lo que decía un autor ocupado con estos problemas que una de las cosas que había comprendido sobre el desarrollo, pensándolo en aquellos países subdesarrollados, era que el propósito fundamental del desarrollo era la justicia social más que cualquier otro aspecto. También recordaba otro autor, cuando decía que "el amor por la justicia en casi todos los hombres, es tan solo el temor de sufrir las injusticias". De ahí que, una de las mayores contra-

diciones que está encontrando los distintos enfoques y estrategias del ataque al subdesarrollo, es que, el desarrollo no puede lograrse sin atacar todo el contexto socio-económico en el cual el subdesarrollo es una consecuencia.

Recuperación del Prestigio de los Programas de Extensión

La crisis económica en los países de la región comienza adquirir consecuencias graves desde la década de los 50. Y que se acentúa a medida que la tecnología avanza. Los productos agrícolas van adquiriendo menor rentabilidad para los países y el uso acrecentado de tecnología moderna que eleva los costos continuamente para los países subdesarrollados y a la expresión de problemas de explosión demográfica, de presión urbana. Y el desempleo hace que nuevamente se esté pensando en la necesidad de recurrir al fortalecimiento de la producción agrícola, como estrategia para atacar muchos de los problemas existentes en nuestros países ya no fundamentalmente para aumentar los productos de exportación sino también, para responder al aumento de la demanda de alimentos. La necesidad de la tecnificación en la agricultura y la atención a los problemas sociales de la población más marginalizada de estos países, que es la rural, merece atención prioritaria. Es así que se produce un fenómeno interesante, después de haber decaído y hasta la desaparición en muchos países las instituciones de extensión, su función nunca perdió vigencia; en la actualidad se aprecia un resurgimiento de la necesidad de atención de los problemas que supone el incremento de la producción agrícola. Se reclama la urgencia de hacer llegar más, mejor y rápidamente, la tecnología a los agricultores, y la de atender los problemas de la pobreza rural. Ella requiere la presencia de agentes de cambio que en otros tiempos y otras palabras eran o son de agentes de extensión. Se acepta mejor la idea de la necesidad de integrar funciones de diferentes proyectos, que si bien es una modalidad actual, no podemos dejar de mencionar que fue la modalidad reclamada por la filosofía de extensión

desde su inicio, a la que podemos restarle el honor de que fue de las primeras instituciones que exigió la necesidad de un enfoque de ataque integral, para los problemas a nivel de la sociedad rural. Uno de los reclamos que más exigió extensión, era aquella de que su bagaje de conocimiento para cumplir su función difusora, no era suficientemente alimentada por la fuente o generación de conocimiento.

Esta extensión ofició siempre como hermano pobre, comparándola con la investigación. Esta siempre tuvo el privilegio de contar con más recursos de todo tipo y cuando los agricultores de la zona no adoptaban, ni conocían la estación experimental, del lugar cercano se atribuían los inconvenientes a la poca eficiencia del trabajo de extensión. Afortunadamente, la evolución acontece también en las instituciones. Actualmente, que una de las instituciones más reclamantes, para que se estudien los fenómenos de la transferencia de la tecnología, es justamente la investigación y por lo tanto de los investigadores. Una nueva corriente rejuvenecedora y muy auspiciosa, está llegando al nivel de la filosofía de la investigación en la que supone que ésta debe de atender problemas reales del agricultor y por lo tanto, los problemas del pequeño agricultor. Cabe hacer una pequeña observación, sobre de las implicancias proyectivas que ello pueda tener. El haber introducido a la investigación el estudio sobre la modalidad de pequeña agricultura, pueda significar, que si toma estos problemas es porque supuestamente ella debe procurar soluciones. Pero la experiencia y también la teoría indican que la solución a estos problemas, siempre tienen un techo marginal o una respuesta, no muy alto ni tan amplio, como para pensar en una solución que permita un desarrollo amplio. El límite marginal que ello supone, ha de ser un mejoramiento relativo de algunas condiciones, pero para la atención de la pobreza rural, parece que igualmente el cambio estructural se mantiene vigente y por lo tanto la investigación para los grandes problemas de la pobreza, no podrán ser investigados manteniéndose el actual escenario estructural en que vive. De ahí que, la nueva afluencia de los

problemas de los pequeños agricultores a la investigación agrícola, si bien es muy saludable, ya que puede responder a soluciones inmediatas de los agricultores, repito, aparece como una solución perentoria y no definitiva como para configurar una verdadera filosofía del desarrollo integral humano.

Avance Tecnológico Acelera la Creación de Nuevos Valores

Desde que se inició el trabajo de extensión, una de sus preocupaciones fue el tratar de difundir conocimientos y desarrollar para la adopción de tecnologías que supuestamente redundarían en el mejoramiento de los cultivos. En este siglo, estamos ante una de las más grandes revoluciones de la civilización humana, la revolución del avance tecnológico, el causante de los grandes progresos industriales contemporáneos. Tan espectacular es, y tanto el avance al que se ha llegado, que ya emergen sus propios límites especulativos en cuestionar el tipo de desarrollo, deseable y debido a muchos productos de la tecnología, están significando subproductos de degradación de la naturaleza. Los avances de la tecnología están generando algunas preguntas que tienden a evaluar sus valores, su importancia del punto de vista físico, o del punto de vista económico, o del punto de vista social. Y del mismo punto de vista tecnológico. Este es un enfoque trascendente ya que la tecnología avanzada, juega un papel cada vez más importante en la producción agrícola.

La introducción de la tecnología supone también, una toma de decisión ideológica. La alta tecnología supone una ideología rígida, ya que en su racionalismo técnico y económico. hace que se someta al encuentro de soluciones que son técnicas, para resolver su problemática que es técnica. Es la tecnología avanzada, parte de nuestro mundo actual, difícil de desafiarla, difícil de evitarla. A pesar de ello comenzando la década de los 60 se inician movimientos de defensa del medio ecológico, la crisis de la energía, hace que la tecnología sea analizada hasta cierto punto, como destructora; tanto es así, que comparada con aspectos económicos ya se

encuentra un límite de seguridad en el crecimiento, donde aparentemente y usando la teoría marginalista, después de un crecimiento determinado, unidades de inversión en la tecnología supuestamente puede generar crecimiento decreciente o negativo. La comodidad y el confort, que supone el uso de plásticos por ejemplo supone el aumento de los residuos indestructibles. La nueva tecnología decrece el valor de uso que tienen las cosas, aproximándose al límite del crecimiento negativo y que hacen especulativo sobre los valores de vida que profesamos en la vida moderna. La Tecnología no es exclusivamente un problema técnico, también es un problema político y social, ya que el manejo de ella hace que el poder se concentre, ya que aquellas personas que pueden contar con más tecnología es la que puede comprarla y a la vez el manejo de ella, hace que su utilización sea generadora de más excedentes. También la tecnología controla la energía, o sea que se vuelve un círculo vicioso, ya que la administra y a su vez la utiliza para su propio provecho y autogeneración.

Aquellos países que hoy en día sufren por falta del elemento energético se ven limitados en el uso de tecnología y sin generar procesos de crecimiento social. También el uso y empleo de la tecnología, implica una concepción de política internacional porque a nivel mundial, genera un distanciamiento entre las naciones ricas y pobres. (7)

La adopción de alta tecnología es acusada como antisocial ya que la eficiencia y la utilidad, que se busca en su utilización dominan la búsqueda de verdaderos objetivos sociales. La eficiencia y utilidad, muchas veces, va contra la generación de trabajo para la gente lo que en nuestros países, donde contamos con muchos recursos de mano de obra, se genera desocupación. Otro aspecto a examinar en lo que se refiere a adopción de tecnología, es que la producción de bienestar que

ella produce no garantiza su distribución, ya que aquellas personas que hayan alcanzado un bienestar alto, prácticamente no la distribuyen. La única distribución que existe es cuando dicha distribución, es también una inversión rentable, y otro aspecto a considerar es que alta tecnología produce patrones de vida y de trabajo que en varios casos tiende a la alienación y a la deshumanización. La gente no habla porque ve televisión, la gente no se sienta a la mesa, porque solo calientan enlatados de comida; la gente se divierte a través de máquinas y los paseos muchas veces solo se imprimen en máquinas fotográficas, para gozarse 2 o 3 semanas después de realizarlos. Es ilustrativo en este punto la posición de un economista inglés contemporáneo que nos ha dejado un gran mensaje en su libro, cuyo título traducido a español es "Pequeño es Hermoso". (8)

Siendo economista su autor, postula que el mundo necesita un nuevo modelo de civilización y refuta lo que es actualmente la economía, diciendo que esta está basada fundamentalmente en un modelo de crear cosas, exita a tener más cosas, y la misma economía, se encarga de descubrir que se logran más cosas, con más máquinas y estas máquinas, se crean con ciencia y tecnología y están a su vez más eficientes y aconsejan que deben ser cada vez más grandes y cuanto más grandes e eficientes ahorran trabajo. El cambio que se necesita postula dicho autor, es que, "en vez de como producir más cosas, tenemos que pensar en como podemos hacer a la gente más productiva". Esto puede lograr comenzando a pensar de producir con gente y no con cosas, y dice que la tecnología, debe ser a escala humana y basada fundamentalmente en cuatro normas:

1. Hacer cosas pequeñas, cuanto sea posible
2. Reducir los productos de capital intensivo ya que el tra-

bajo, debe ser incluido en todos los productos

3. Hacer el proceso tan simple como se pueda
4. Diseñar los procesos para que no sean agresivos. Esta agresión se trata de la agresión al medio, tanto a las personas como también a la naturaleza.

Se vale el autor de un pensamiento de Mahatma Gandhi que dijo "no es producción de masa lo que interesa, es la producción por la masa, el artificio a descubrir y aplicar". En lo que se refiere a este aspecto de la tecnología avanzada y sofisticada lo fundamental dentro del modelo de extensión, para que represente una verdadera estrategia en el desarrollo rural integrado, se debe de pensar que la tecnología a transferir, debe ser condicionada al medio y analizada dentro de un contexto de eficiencia económica, eficiencia técnica y fundamentalmente de eficiencia social. O sea que la tecnología a transferir no presente el encuentro del punto en el que el desarrollo comienza a encontrar su fase su punto crítico de crecimiento.

Pasamos ahora a un análisis del proceso de planificación de Extensión, creyendo que se encuadra dentro de la temática ya que para que presente una respuesta al proceso para integración al proceso de desarrollo rural el instrumento fundamental es el marco conceptual que debe de tener, y su actividad a ejecutar. Todo ello se traduce en la forma de como planifica su trabajo. Una de las formas de ver esa planificación, es analizar la forma de como se ha articulado, el proceso de planificación de extensión, dentro del actual marco referencial que presenta la situación de los países. Nos valemos de un estudio reciente que ha sido llevado a cabo por el Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas, con la colaboración de la AID en 23 países de América Latina.

7 Wright David E. and Snow Robert. Which Technology will shape the future - World Education Report. May 1979 - nº 19 10-12 pp.

8 IFE.F. SCHUMACHER — Small is Beautiful. HARPER TORCHBOOKS, 1973 290 pag.

Planificación en Extensión Agrícola

Las ideas y los datos que aquí se indican, fueron extraídos como producto de un Proyecto del IICA llamado PLANIFICACIÓN AGRARIA Y ANALISIS DE POLITICAS EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE, conocido por las siglas PROFLAN del IICA. El proyecto contó con la colaboración técnica y financiera de la AID. La preocupación central del proyecto fue conocer la capacidad y el grado de participación, de los sistemas de Planificación Agraria, en los procesos de análisis de políticas para el asesoramiento permanente, a los sistemas políticos administrativos, en sus procesos de toma de decisión. Dentro de los aspectos metodológicos del estudio, cabe mencionar que se usaron dos tipos de instrumentos para recoger información de los agentes del Sistema de Planificación Agraria. Un primer tipo fue aplicado a las unidades de Planificación, que son las principalmente encargadas de conceptualizar las alternativas de políticas y medidas de política. Estas son las unidades de Planificación Nacional y Sectorial. Un segundo tipo de cuestionario, fue aplicado a las Unidades de Planificación de los Organismos del Sector Agrario, que actúan a un nivel más cercano a la instrumentación de las políticas y medidas de políticas. Se distinguieron seis tipos de Unidades de Planificación Institucionales: Investigación Agrícola, Extensión Agrícola, Comercialización, Reforma Agraria y Colonización, Crédito y Servicios Agrícolas.

Los datos que a continuación se utilizan, fueron los relacionados a aquella información suministrada por los funcionarios de Unidades de Planificación de Extensión Agrícola. El proceso de análisis y presentación de los datos siguió en forma muy similar, el Proceso metodológico que realizaron los autores del estudio en aque-

los aspectos de la parte de la Planificación Sectorial.

Cabe expresar en este momento, mi especial agradecimiento a los colegas, Eduardo Cobas y Lizardo de las Casas, que autorizaran el uso de la documentación existente, para extraer de allí los datos relacionados a la parte de Extensión Agrícola. Especial reconocimiento también se deja expresado al Asistente Técnico de PROFLAN Eduardo Izquierdo, que basado en sus experiencias, en el trabajo de ordenamiento de datos tuvo para la actividad de PROFLAN, pudo y supo entregar en forma ordenada, todos los datos de cuestionarios relacionados con la planificación del trabajo de Extensión. Es importante traer en esta oportunidad, los datos de un estudio reciente dentro del campo de extensión, ya que ha habido un paréntesis de tranquilidad y alargamiento, en relación a trabajos de investigación dentro del campo de Extensión Agrícola. El obtener información valiosa y actualizada mereció la atención del autor para que, a través del análisis de eso mismo, podamos tener alguna base para fundamentar observaciones que emanam del proceso de Extensión Agrícola en los países de América Latina. También el hecho de tener información de muchos países hace que la oportunidad sea de mejor provecho. Para fundamentar el hecho de incluir los datos aquí señalados, se parte del supuesto de que la planificación es uno de los procesos fundamentales de cualquier organismo y que a través de él, se puedan detectar características, tanto en sus aspectos normativos, como de aquellos relacionados a la parte operativa. Otro de los supuestos que implica el uso de los resultados obtenidos es que los organismos de planificación sectorial y nacional se relacionan y se encuadran dentro de las políticas nacionales, y que ese mismo tipo de relación también lo

podemos encontrar a un nivel más micro y más concentrado, entre la política sectorial agrícola y el papel que dentro de ella, debe de jugar extensión agrícola. La característica común según Cobas y de las Casas, a todos los procesos de planificación, es que en ellos se observa, una disociación entre las formas de cómo se generan sus productos los planificadores y cómo realmente, se da el proceso de análisis y toma de decisiones, de las políticas que adoptan los gobiernos en caso de la Planificación a nivel nacional o las políticas del Ministerio de Agricultura, para el caso de Extensión Agrícola. Para llevar adelante la investigación, los mencionados autores elaboraron un marco conceptual, sobre el que elaboraron una serie de hipótesis y gracias a él, pudieron determinar distintas relaciones y etapas de proceso contínuo, que significa la planificación, fundamentalmente con un proceso de doble vía, en términos de análisis de política y la generación de política. Dicho esquema también puede servir a los efectos de analizar el trabajo de planificación de extensión agrícola dentro de la política sectorial agrícola. Los autores definen al proceso de planificación, como integrador a la vez de dos procesos esenciales, el de análisis de políticas a cargo de los técnicos planificadores y el de toma de decisiones políticas a cargo de políticos. La eficiencia del proceso de planificación en última instancia es dada en la coherencia entre las alternativas de políticas propuesta por los técnicos planificadores y la posición doctrinaria de los gobiernos, así como por la coherencia de dichas propuestas, con la problemática económica social sobre la que se analiza y sobre la que se pretende establecer indicaciones orientadoras. En otras palabras, el proceso de Planificación es un proceso de producción de políticas, cuyo fin es el de acelerar el desarrollo

agrario, en un sentido deseado en el contexto del desarrollo regional y nacional. (9)

Siguiendo a los mismos autores nos dicen que "el proceso de planificación, se define como la formulación, la instrumentación de la ejecución y el control de las políticas que tienden a implementar o inducir acciones a nivel de los elementos del ámbito económico y social, cuyo comportamiento se quiere afectar para el logro de la imagen-objetivo deseado" (10)

Dentro de los elementos del proceso de planificación, el marco de referencia presenta como que está constituido por dos elementos estructurales, uno se llama el Sistema de Planificación y otro el Sistema Político Administrativo.

El sistema de Planificación, es el que vela por la racionalidad de las decisiones que el poder decisorio toma sobre políticas con las cuales pretende crear el desarrollo. Para ello debe constituirse en un proceso de análisis de políticas, entre las que podemos distinguir tres fases: 1. la captación y sistematización de información; 2. el diseño de alternativas; y 3. la discusión de resultados.

Esta parte caracteriza la esencia de la participación del sistema de planificación, las etapas de formulación e instrumentación de ejecución y control.

El segundo elemento del proceso de planificación es el Sistema Político Administrativo, que es un proceso de toma de decisiones. El sistema es el que trasmite la posición doctrinaria del gobierno en nuestro caso del Ministerio de Agricultura, en base a la cual, el sistema de planificación capta y sistematiza el marco doctrinario. Además, es el que toma las decisiones con las que se pretende efectar el proceso económico-social a fin de alcanzar el desarrollo deseado.

A su vez, este sistema tiene dos grupos importante de elementos, uno que son los elementos de decisión y otro, los elementos de ejecución. Los elementos de decisión son los que esencialmente participan en el proceso de planificación, al tomar las decisiones que afectan al ámbito social. Los elementos ejecutores, son los técnicos que administran y proponen directivas técnicas, instrumentando medidas de políticas aprobadas y apoyan la toma de decisión sobre acciones específicas en sus campos técnicos de especialización. La acción de los elementos ejecutores, no constituye parte del proceso de Planificación pero sus actividades integrantes del proceso de ejecución, son apoyadas por los elementos del sistema de planificación, principalmente, durante la instrumentación de la ejecución.

Las Etapas Del Proceso de Planificación

Estas se pueden agrupar en la etapa de: 1. formulación; 2. Instrumentación de la ejecución y 3. control.

Dentro de la etapa de formulación, su finalidad es la de generar orientaciones, que guían las acciones que aceleran el proceso de desarrollo.

Para que se cumpla la formulación se deben de cumplir las siguientes fases: 1. captación de la problemática económica y social. Se trata de identificar y explicar las fuerzas determinantes de la evolución de la situación en que se encuentra una zona, región; 2. se puede llamar la captación de la posición doctrinaria del gobierno. Esta es la expresión de la política agraria, en la que se enmarcarán las distintas orientaciones que se concretarán; 3. definición del marco orientador. Este marco sirve para elaborar las políticas, recoge los datos del diagnóstico, el marco doctrinario dentro del cual deben de encuadrarse las

distintas orientaciones y define los objetivos y metas, según los niveles de planificación. Esta tarea consiste también en la especificación de un escalonamiento de prioridades, y a la indicación de la importancia atribuida a cada una de las situaciones problematizadas; 4. análisis y propuesta de alternativa. Siguiendo entonces el esquema de la toma de decisión, después de analizar la situación se propone una alternativa al diseño, de la vía de transición a la situación deseada y 5. la definición de política. Se refiere a las propuestas del sistema de planificación. Consiste en definir las decisiones políticas, que se adaptarán para supuestamente, resolver el problema indicado. Dentro de la etapa (2) de instrumentación de la ejecución, tenemos: durante esta etapa en primer lugar, se informa sobre la intencionalidad del alcance de las políticas, luego se especifican los detalles necesarios, para conseguir la aplicación de las orientaciones y las decisiones aprobadas y luego por medio de la conducción, se vela para que no se presenten desviaciones a lo ya establecido.

La etapa (3) o sea el Control del Proceso de Planificación, se puede considerar que es una etapa de realización del proceso de planificación, por el cual, se incorporan los cambios generados por la evaluación de la actividad económica-social, así como aquellos otros aspectos, producidos en la posición doctrinaria del gobierno. Las actividades, por lo tanto dentro de esta etapa de control son: la medición, o sea son apreciaciones cuantitativas de cómo ha evolucionado el proceso, tanto el de la situación económica y social como también del aspecto político; compara lo medido con lo esperado; analiza las desviaciones y sus posibles causas; proponen medidas correctivas y a la vez, decide y define, dichas medidas correctivas.

9 Se entiende por política "al conjunto de aspectos que define el sector público para incidir en el proceso económico y social en un sentido deseado".

10 Ibid p. 8

Este marco, así en forma resumida, sirve entonces también, para analizar estas etapas que de alguna manera, son cumplidas dentro de la actividad de planificación de extensión. Es necesario aclarar que, dicho cuadro debe entenderse como una elaboración intelectual y que por supuesto establece un marco referencial que sirve para extraer y definir etapas y procesos, sobre el cual se analiza la realidad del servicio de extensión y sobre el cual se encuentran algunos problemas, que nos dicen de la importancia del servicio, de la eficacia del mismo servicio, como también, nos ayuda a la detección de problemas, que sirven para orientar medidas correctivas. A continuación se detallan algunos datos obtenidos en el análisis de la información recogida sobre el proceso de planificación de extensión agrícola. En adelante sólo se denominará "extensión". En el cuadro nº 1 se aprecia la existencia de las unidades de extensión agrícola relevadas por PROFLAN.

Se puede ver del cuadro, que de los veintitres países del que se obtuvo información en el estudio, hay once países que tienen unidades de planificación de extensión. Se indica la denominación que tienen dichas unidades, en los diferentes países y el organismo a los que pertenecen. Ello nos dice que si bien existe consenso de la importancia de la planificación en extensión, no existen unidades de planificación en todos los países que hagan específicamente dicha actividad. Por lo general, las actividades de planificación en aquellos países que no tienen dichas unidades, se concretan fundamentalmente a un listado y enunciado de las actividades y a una distribución presupuestaria, de programas o proyectos según sea la denominación que se use, para cumplir los objetivos generales del servicio. En relación a la importancia de las características, que debe reunir el dirigente de un organismo de planificación en extensión en este caso, se dio opción a las personas encuestadas que se podían distinguir cuatro atributos que definen la característica importante del dirigente de planificación. Se aprecia que de los atributos se distinguen las cuatro categorías, con capacidad administrativa

y capacidad técnica, como cualidades internas que deben poseer las unidades de planificación y otros dos atributos, la influencia política que deben tener y la capacidad de negociación, son cualidades externas de las unidades. Encontramos en este caso, que de las características más salientes que definen el liderazgo de las unidades de planificación de extensión, según orden de prioridad, es la capacidad técnica. Nueve países contestaron a esta pregunta colocando la capacidad técnica, como la característica más saliente que debe tener la unidad de extensión. Esto, dentro del grupo de las cualidades internas. Dentro de las cualidades externas, de las nueve respuestas obtenidas, hay tres que indican que la influencia política, es la característica más saliente que debe exponer la Unidad de Planificación. Esto nos dice de la importancia de la autoridad técnica que debe tener la unidad de planificación de extensión y también, que debe tener acceso, para influir en la política del sector en alguna medida. Por lo menos es un tipo de expectativa, como imagen, que dan las personas que respondieron a esta pregunta.

En relación a la naturaleza de las relaciones de la Unidad de Planificación de extensión con el sistema de política agraria administrativa, podemos ver que la participación de las unidades del sistema de planificación que genera extensión son fundamentalmente productos, que podemos dividirlo en tangibles e intangibles. Los productos tangibles, son aquellos que se plasman o se concretan en estudios o documentos, que sirven de antecedente para actividades posteriores. Así tenemos: planes a largo plazo, planes a mediano plazo, programas anuales, los proyectos que se elaboran, los presupuestos, los estudios especiales, informes de evaluación, informes coyunturales etc. Los productos intangibles comprenden aquellas acciones, en que participa la unidad de planificación, pero actuando, como apoyo técnico, en el que no quedan documentos específicos, sino que más bien en la acción de influencia que puede tener; así tenemos por ejemplo, que las unidades de planificación

de extensión asesoran, coordinan, apoyan en el sentido de participación en directorios también en consejos especiales que nombran dentro del sistema de planificación. Podemos concluir, de acuerdo a los datos obtenidos, que fundamentalmente las unidades de planificación de extensión no participan mucho en la elaboración de planes a largo plazo o de mediano plazo. Sí, se nota que la participación aumenta en aquellos productos tangibles, que son de período más corto. También podemos observar de acuerdo a los resultados obtenidos, que dentro de los productos intangibles, la presencia de la unidad de planificación de extensión es bastante activa en los lineamientos generales como entidad asesora. Es lógico esto, ya que el servicio de extensión siempre ha sido mirado como el colector de información del sistema socio económico, ya que es la agencia que está más en contacto con el sistema socio económico y capaz de recoger información fidedigna, pudiendo así, actuar como agencia de apoyo técnico a las otras unidades de planificación del sector. Cabe mencionar que considerando los resultados que se obtienen de las unidades de Planificación Nacional según el estudio del que hemos hecho mención, hay baja participación de todas las unidades de planificación en la generación de planes de largo y mediano plazo. Según los autores esto estaría indicando escasa participación de las unidades de planificación en el apoyo de las decisiones sobre políticas estratégicas del sector agrario. Por supuesto, observando que hay escaso apoyo a las decisiones sobre políticas estratégicas del sector agropecuario y que estas no son nunca a mediano y largo plazo, es lógico también pensar que las unidades de planificación de los servicios de extensión, también tendrán que adolecer de dicha característica, de escasa participación. También se puede ver en el cuadro nº 2, que las prioridades que le asignan los encuestados, a los distintos planes, se reitera el hecho de que el producto de las unidades de planificación de planes anuales, por ejemplo, tiene cuatro menciones de primer orden y cuatro del segundo orden. La parte de elaboración de proyectos hay tres que le asigna el primer orden y una prioridad

del segundo orden. Evidentemente, que muchos de estos términos son planes, proyectos, todavía no tienen concepto generalizado en el uso del hombre en distintas unidades de planificación, pudiendo, por lo tanto significar conceptos distintos, de un servicio a otro. El análisis de los resultados, también indica que las unidades de planificación de extensión le dan prioridad a su participación en la generación de productos tangibles más que de los intangibles. En relación de alternativas de política, cabe mencionar que fué escasísima la información recogida. Simplemente, hay información de tres países de los once que tienen unidades de planificación y se refieren a que aparentemente los tres servicios de extensión actúan nada más que en generación de alternativas de políticas, dentro del campo de los recursos productivos y naturales y un mismo país contesta que actúa también en desarrollo rural. Aparentemente, esta falta de información puede interpretarse como que realmente se comprueba la proposición empírica de que la Unidad de Planificación de los servicios de extensión no participan en la generación de alternativas de política, sino que aparentemente esta acción de Unidad de Planificación todavía está en la etapa de ser completamente receptiva y no generativa, agresiva. Esto puede interpretarse también, como una imagen de la importancia que puede tener el servicio, en términos de que no tiene un liderazgo dominante dentro de las políticas del sector agropecuario sino simplemente como bien ordenado en el cumplimiento de acciones, tomadas a niveles superiores. Por supuesto que esta conclusión está cargada de sugestividad, pero simplemente el conocimiento que el autor ha tenido de varios servicios de extensión, lo hacen llevar a esta tendencia en esta aseveración.

Otro aspecto de las relaciones de las unidades de planificación de extensión, con el sistema político administrativo, tiene que ver con los objetivos más importantes de la política agraria. Posteriormente también es importante examinar como las unidades de planificación de extensión ven sus objetivos, en el cumplimiento general de la política agraria. El cuadro

nº 3 indica los objetivos más importantes de la política agraria captados por las unidades de planificación, de los servicios de extensión y también se indican los objetivos funcionales de las unidades de planificación de extensión, para el cumplimiento de los lineamientos generales de política agraria. Lo que podemos según dichos resultados, es que dentro de los objetivos vistos por las unidades de planificación de extensión, de cuáles son los de la política agraria fácilmente se aprecia el hecho de que el aumento de la producción y la productividad aparece con siete frecuencias de los ocho que contestaron de que tiene prioridad número uno. Llama un poco la atención este cuadro, ya que dentro de los objetivos de extensión, por lo general, predominan algunos objetivos de tendencia social, pero al verse ellos, también a través de la imagen de la política agraria, nuevamente dan prioridad número uno a los aumentos de producción y productividad. Dentro de la prioridad de los objetivos funcionales de extensión, también se establece que tiene tres países que indican que es la prioridad número uno. Esto tiene que ver aparentemente con la tendencia que han tenido en la última época los servicios de extensión, en términos de que aparentemente estamos en presencia de una intensificación de los aspectos de producción y productividad, como aparente solución a los problemas que pueden estar encarando las políticas del país en el desarrollo nacional. Es evidente que es así y más evidente todavía, es que el aumento de la producción y la productividad, deberán seguir teniendo aspectos de trascendencia, ya que países de poca eficiencia como los nuestros y las necesidades incrementadas de necesidad de alimentos la agricultura deberá jugar siempre un papel de aumento en la producción y la productividad. Pero así mismo y esto como cosecha propia, el énfasis nuevamente parece como que se ve cierto automatismo en el pensamiento de que el aumento de la producción y la productividad repercute automáticamente sobre el mejoramiento y desarrollo humano. Esta hipótesis, que si bien tiene vigencia enunciativa a través de los años, observaciones de la vida de los países, nos hacen pensar de que, la reper-

cusión no es tan automática ni contundente. A pesar de las pocas respuestas que hay sobre algunos de estos temas, hay algunos aspectos que llaman la atención en términos de que pueden ser indicativos esenciales, de apreciaciones de cómo ha mantenido extensión su filosofía. Por ejemplo: el hecho de que los servicios de extensión establezcan como primera prioridad, el mejoramiento de las condiciones del comercio exterior, es porque a través de la extensión, aparentemente se está viendo también la evidencia de otra política vigente para América Latina que se relaciona a la sustitución de importaciones, o sea que la tecnología agrícola debe de atender aquella problemática de los productos fundamentalmente de exportación, que tienen todos de estos países. Ello implica que atención será concentrada en aquellas empresas que caracterizan esos cultivos que procuran alta eficiencia con tecnología de capital intensivo. Cabe hacer también algunas observaciones en términos de al no mencionarse aspectos importantes que supuestamente son parte de la problemática de extensión puede ser que esta no tenga muy clara ni explícitamente definidos sus objetivos, en sus aspectos doctrinarios. Nos consta que en algunos países, muchos de los objetivos de los servicios de extensión, perduran en su enunciado tal como lo fueron cuando los servicios fueron transferidos a estos países. Aspectos como comercialización racionalización, en el uso de los recursos económicos y naturales, relación con otros organismos del sector, organización campesina etc. todavía no entran como concepción amplia del trabajo de extensión agrícola. Creo que este es un campo importante en el que un servicio como el de extensión debería definir y ampliar más claramente, los aspectos doctrinarios que se relacionan con el proceso productivo con otros aspectos y variables de la política sectorial. Por ejemplo: indicación doctrinaria respecto al empleo, de como se lo puede afectar con la extensión; el aspecto del tipo de tecnología a estimular y defender; tipo y clase de relaciones de extensión con la investigación, o sea de qué manera la extensión debe afectar la planificación de la investigación etc.

LA MUJER COMO PARTICIPANTE DEL PROCESO DE DESARROLLO Y COMO DESTINATARIA OBJETIVA DEL SERVICIO DE EXTENSIÓN

Creemos que hemos pretendido dejar bien claro, el concepto de integración en términos de necesidades humanas, de la necesidad de la coordinación de esfuerzos de instituciones que atienden dichas necesidades; de que la selección del público también, debe de tener un enfoque integrativo para su descripción e integrado dentro del medio en el cual vive. También hemos visto, de que la nueva tecnología en el nuevo concepto de desarrollo debe integrarse a la propia situación a la que va a servir, eliminándole todos aquellos aspectos de agresividad que tienen al encuentro del punto crítico del crecimiento.

La integridad del concepto de desarrollo se refiere a que el problema actualmente no consiste exclusivamente en la adopción sino fundamentalmente, en el análisis socio-económico y ecológico de la tecnología, de tal manera que aquella tecnología que va a ser transferida, pueda pasar por filtros de estos aspectos, a los efectos de que la tecnología a usar produzca los mayores efectos de crecimiento económico, sin afectar la eficiencia social o sea que parte del trabajo debe ser el trabajo de las masas y que dicha tecnología no lesione la naturaleza. Otro concepto de integralidad, es que los proyectos integrados deben de ser para las condiciones situacionales, reales para la zona, a la que son destinadas y no la importación o asperción de las técnicas y principios. Parece que otro enfoque de la integralidad también proviene, del hecho, de que antes que el crecimiento económico y el bienestar, es fundamentalmente la idea de justicia, la que debe predominar en la filosofía de la integralidad del desarrollo. Otro aspecto de integralidad se refiere al hecho, de que los programas deben ser, producto de la gente, participación en las decisiones, participación en las ejecuciones y fundamentalmente participación compartida en las decisiones de cuales programas y como han de actuar cada uno de ellos, para la gente. O sea par-

ticipación de hacer programas en vez de hacer por y para la gente; la participación debe contener el proceso de hacer programas con la gente.

Toda esta configuración de aspectos normativos y modalidad de establecimiento de estrategias, se han de traducir en los aspectos de planificación. Dicha Planificación, debe de ser encuadrada dentro del ámbito político, en el cual debe actuar fundamentalmente dentro del ámbito socio-económico, para el cual programas han de estar dirigidos. Estos principios generales, de la idea de integralidad, cubre aspectos normativos, del enfoque de integralidad y también a como deben ser manejadas las estrategias, para concurrir con soluciones que tienden a dilucidar los problemas de la zona. Por lo tanto, en primer lugar, no queremos distinguir categorías de desarrollo ya que los propios principios del mismo, se le concibe fundamentalmente a especificar el desarrollo de las capacidades humanas, dentro de lo que solamente es posible de un ambiente de justicia. De ahí, que dentro de la idea de desarrollo, implícitamente incluimos la idea de integralidad del proceso, ya que el desarrollo es un desarrollo del intelecto humano, de las aspiraciones humanas, de las oportunidades humanas, de la equidad en deberes y derechos de los seres humanos y que para ello se representa su vida, como expresión social dentro de un grupo, de una comunidad. Esto, solamente puede tener vigencia, cuando existe un enfoque de coordinación de organismos o entidades en aspectos jurídicos y políticos, que tienden a satisfacer las diferentes necesidades humanas, en primer lugar, y en segundo las aspiraciones, para la culminación total de la realización humana. Dentro de esto también, no hemos querido discriminar específicamente los programas para el hombre como para la mujer, como para el joven, ya que un aspecto que hemos tratado, implícitamente es el hecho de que el hombre, como la mujer, deben de ser parte integral y el joven ser parte integral del grupo social, para quien los proyectos de desarrollo deben de ser orientados. Es evidente, que tal vez como producto cultural de discriminaciones, las preocupaciones mayores

han sido, las de conocer mucho más, la problemática que ha afetado al sexo masculino. Sabemos menos de la mujer, lo que visualizamos que la primer función a que debe dirigirse la estrategia de todos los programas de desarrollo integral dirigidos a la mujer deben ser aquella de conocer mejor los aspectos económicos, culturales y sociales que afectan a la mujer rural, pero como unidad de grupos, e inserta en medio de producción que afecta la conducta de la gente. También los aspectos históricos se que requieren para conocer y a fundamentar la expresión cultural de la actualidad, no como seres conclusos sino que todo lo contrario, como seres inconclusos, que buscan fundamentalmente la justicia expresada de tener las mismas posibilidades para el logro y obtención de mejores y mayores privilegios que por mantener la condición de humano merece los mejores misterios del desarrollo no consisten fundamentalmente en determinar su finalidad, sino simplemente, la de encontrar aquellos medios y estrategias para cumplir que se haga un uso más eficiente, de todos los recursos básicos. Siguiendo los lineamientos de un autor (11)

Postula que en grandes rasgos los propósitos del desarrollo deben dirigirse a que:

1. Las estrategias deben ser orientadas hacia procurar un uso más eficiente de recursos básicos: tierra, agua.
2. Mejor acceso a los recursos por parte a todos.
3. Una expresión del empleo no agrícola.
4. Un aprovisionamiento mejorado de bienes intermedios para la agricultura y de créditos y servicios para los pequeños.
5. Mejor educación y salud.
6. Una expansión de la infraestructura.
7. Mejor organización de la población.
8. Una mejor política de precios.

11 Hernán Santa Cruz. Penetrando el corazón rural - D + C. Desarrollo y Cooperación.

Se pone ello a título de ejemplo, porque pueden ser innumerables las opciones, no queremos que haya una receta esquemática, sino que más bien, concebimos el rol de una organización dentro de un proceso de desarrollo, primeramente como una con-

cepción intelectual especulativa, que nos ayude a romper un actual modelo de crecimiento que está basado en la concentración y en la marginación. En el se detecta un sistema de gran poder, restringido a una minoría con gran capacidad de control, sin dejar

ver, las demandas sociales de la mayoría. La inteligencia en el quehacer político, ha de ser la forma en que se procuren aquellas estrategias tendientes a la reorientación del proceso, en muchos países, en regiones o zonas específicas.

Bibliografía Consultada

- Una visión general de los estudios sobre el campesino. Estudios rurales latinoamericanos. Bogotá I (I):7-25, 1978
- COBAS, E, y CASAS, L. de las. Marco conceptual del proceso de planificación agraria en America Latina y el Caribe: una visión integral de los procesos de análisis de políticas e de toma de decisiones en el sector agrario. Documento PROFLAN-1, IICA, San José, 1978
- . Análisis del funcionamiento de las unidades de planificación sectorial en el proceso de planificación agraria en America Latina y el Caribe; su participación en el proceso de análisis políticas y de toma de decisiones en el sector agrario. Documento PROFLAN-2, IICA, S. José 1979 p.99
- DUCCI, M.A. Proceso de la formación profesional en el desarrollo de America Latina: un esquema interpretativo. Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre formación profesional (CINTERFOR), Montevideo, 1979, 131 p.
- FEDER, E. Sobre la impotencia política de los campesinos. Revista Mexicana de Sicología 31(2):76 p., 1969
- . Capital financiero y descompasión del campesino. Bogotá, Punta de Lanza, 1978, 170 p.
- FREEMAN, D.M. Technology and society: issues in assessment, conflict and choise. Rand McNally College, 1974, 181 p.
- FONDO MONETARIO INTERNACIONAL Y BANCO MUNDIAL Finanzas y Desarrollo. 16 (I):45 p. 1979
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS. Organización y funciones de organismos de extensión agricola. In: Mesa redonda del Consejo Tecnico Consultivo, 20a, Ottawa, 1975 vol. 1.
- . Notas y Propuestas sobre el diseño y la ejecución de proyectos de ataque a la pobreza en América Latina y el Caribe. IICA. San José, 1979, 69 p.
- LA EXTENSION RURAL EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE. In: Conferencia Técnica de Extensión Agrícola y Juventud Rural. Informe. Chiclayo, Perú, nov 29 - dic. 12, 1970. FAO, 1971, 219 p.
- NARXHI, NADHÁ. Revista de Economía campesina. (México) Fondo de Cultura Campesina AC no. 8/9/10: 93 p. 1978
- NECESIDADES EDUCATIVAS BÁSICAS DE LA POBLACIÓN RURAL DEL ÁREA Centroamericana. Programa de cooperación UNESCO/UNICEF. Informe de actividades. Guatemala, 1977. vol. I. 223 p.
- NIEHOFF, R.O. Non-formal Education and the rural poor. Program of studies in non-formal education Michigan State University, 1977 230 p.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Taller sobre el impacto de la modernización agrícola en la participación de la mujer rural. Informe. México, CEPAL, FAO, UNICEF, DIF, 1978, 40 p.
- PROGRAMA CENTROAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. Lecturas sobre sociología rural. In: Seminario sobre la problemática rural de Centro America.s.n.t. p. irr.
- RAMA, G. V. Educación, indigenes y estilos de desarrollo. UNESCO, CEPAL, FUND: Proyecto "Desarrollo y Educación" en America Latina y el Caribe, 1977 61 p.
- . Educación y Democracia. In: Seminario "Condiciones Sociales de la Democracia", S. José, oct. 16-20, 1978. UNESCO, CEPAL, FUND. Proyecto Desarrollo y Educación en America Latina y el Caribe, 1978, 32 p.
- SHANE, H. G. The educational significance of the future, PhiDelta Keppa, Bloomington, Indiana, 1973, 116 p.
- TERRE, J. F. Situación de la infancia en America Latina y el Caribe. In: Reunión Especial: la infancia en America Latina y el Caribe, México, Consejo Economico y Social, Fondo de las Naciones Unidas para la infancia, mayo 16-18, 1979, 61 p.
- THE FUTURIST. A journal of Forecasts; Trands and ideas about the future. (USA) 8 (6):72-284. 1974

Conclusões e Recomendações

— O sistema previdenciário brasileiro vem desenvolvendo uma ação mais terapêutica do que preventiva. Por esta razão recomenda-se que esforços sejam envidados por parte do governo e dos profissionais em geral, ressaltando a participação de economistas domésticos, no sentido de uma ação preventiva que possibilite mais e melhores frutos com menos dispêndio.

— O trabalho não remunerado em conservação e autoconsumo familiar tem sido excluído da contabilidade nacional, mas é básico para a sustentação da economia de subsistência.

Assim sendo, recomenda-se que os órgãos governamentais empreendam uma ação efetiva no sentido de considerar tais fatores que concorrem para

o produto nacional bruto sem um dimensionamento próprio.

Aos profissionais de Economia Doméstica recomenda-se que desenvolvam trabalhos de pesquisa com o fim de levantar dados para reformular e adequar conceitos e métodos de ação.

— Há indícios de que o país atravessa período de contínuo processo migratório campo-cidade, que vem contribuindo para a desintegração familiar.

Recomenda-se aos economistas domésticos, profissionais cuja ação visa à melhoria da qualidade de vida das famílias, que desenvolvam estudos sobre a realidade da família brasileira, apresentando alternativas de solução

para minimizar os problemas decorrentes da migração rural urbana.

— A mulher tem sido tradicionalmente discriminada como força trabalhadora, agravando-se esta situação devido à estrutura fundiária de concentração de renda existente no Brasil.

Recomenda-se que os programas de desenvolvimento, no que se refere à educação formal e informal, se destinem à família como um todo, evitando a discriminação quanto a sexo e idade.

Recomenda-se também que os programas rurais tenham seus aspectos metodológicos reformulados no sentido de valorizar a mulher como produtora de bens e serviços, e não somente como consumidora.

Lista de Participantes

1. Alda Maria Bittencourt Jacondino
R. Benjamin Gastal, 160
96100 - Pelotas - RS
2. Alexandrina Pereira Volpato
R. Prof. Gilceu Machado - Amaral
29300 - Cachoeiro do Itapemerim - ES
3. Alzira Vasconcellos
Rua 8
85750 - Barracão - PR.
4. Amélia dos Santos Peixoto
R. Barão de Azevedo Machado, 461/31
96100 - Pelotas - RS
5. Ana Lúcia dos Santos Schild
R. Barroso, 3060
96100 - Pelotas - RS
6. Ana Maria Azevedo Rosa
Av. Oscar Pereira, 1220/817 - Glória
90000 - Porto Alegre - RS
7. Ana Silvia Vidigal Guimarães
R. Goitacases, 1011/703
30000 - Belo Horizonte - MG
8. Ana Otacília Peres Godinho
Av. Luiz Antonio Faedo, 389/ap. D
85600 - Francisco Beltrão - PR
9. Angela Mar Fonseca Campos
R. Astrogildo de Azevedo, 381
97100 - Santa Maria - RS
10. Ângela Regina M. Gonçalves Albuquerque
Av. Visc. Suassuna, 293 - Boa Vista
50000 - Recife - PE
11. Anita Aroche da Silveira
R. Venâncio Aires, 37/402
90000 - Porto Alegre - RS
12. Anna Francisca Prima Medeiros
R. Moron, 1446/63
99100 - Passo Fundo - RS
13. Anna Marianni
R. Profª Zilda Andrade, 197 - Lourdes
29000 - Vitória - ES
14. Antonina Sant'Anna
Av. Sta. Rita, 222
36570 - Viçosa - MG
15. Aparecida Dilma Teixeira Gomes
R. Continental, 298 - Jardim Três Marias
09700 - S. Bernardo do Campo - SP
16. Armeli da Silva Dourado
Av. Domingos de Almeida, 358
96100 - Pelotas - RS
17. Avany Lopes Veras de Andrade
Av. João de Barros, 1890 - Encruzilhada
50000 - Recife - PE
18. Beatriz Cristina Coelho Gattinger
R. Conde de Porto Alegre, 571
96100 - Pelotas - RS
19. Beatriz Treptow
Av. Duque de Caxias, 392
96100 - Pelotas - RS
20. Berlina Miguel de Souza
Trv. dos Vianas, 403/202 - Fátima
45600 - Itabuna - BA
21. Bernadete Martino Van der Laan
R. Paul Harris, 240
96100 - Pelotas - RS
22. Brasilina Aparecida de Carvalho
Alojamento Feminino, ap. 209 - UFV
36570 - Viçosa - MG
23. Carmem Lúcia de Ávila Madruga
R. Benjamin Constant, 1708/201
96100 - Pelotas - RS
24. Carolus O. Theodoor Maria Ines
R. Tte. Camargo, 1560
85600 - Francisco Beltrão - PR
25. Carmesinda Soares de Oliveira
R. Canadá, 34 - Jardim América
29000 - Vitória - ES
26. Célia Chaves Gurgel do Amaral
R. Joaquim Nabuco, 960
60000 - Fortaleza - CE
27. Claudete Botelho Coelho
Santa Cruz, 1836/300
96100 - Pelotas - RS
28. Cleusa Maria dos Santos Costa
Rua da República, 580/401
90000 - Porto Alegre - RS

29. Daisy A. Paixão Rodrigues
R. Florianópolis
Salto do Lontra - PR
30. Denise Balarine Cavalheiro Leite
Av. Jacuí, 140
90000 - Porto Alegre - RS
31. Diva Resende
R. Califórnia, 410/102 - Sion
30000 - Belo Horizonte - MG
32. Eliana Maria Moreira de Sousa
R. Sete de Setembro, 2205
95860 - Taquari - RS
33. Eliana Ramirez Torres
R. XV de Novembro, 6C6/201
96100 - Pelotas - RS
34. Elaine Garcia dos Santos
Pas. Alberto Rangel, 121 - Cohab
96100 - Pelotas - RS
35. Eliana Terezinha F. Marques
Av. dos Andradas, 367/2º andar
30000 - Belo Horizonte - MG
36. Elisabeth Pacheco Votto
R. Santos Dumont, 262
97540 - Alegrete - RS
37. Elisabeth de Souza R. Póvoa
R. Andrade Neves, 3999/101
96100 - Pelotas - RS
38. Eloar da Silva
R. Tte. Camargo, 1560 CP 251
85600 - Francisco Beltrão - PR
39. Elvira França de Oliveira
R. Américo Vespúcio, 1275
90000 - Porto Alegre - RS
40. Elza Maria Marques Vieira
Bloco 51/5121 - Campus Universitário
97100 - Santa Maria - RS
41. Elza Maria Vidigal Guimarães
Dep. Economia Doméstica UFV
36570 - Viçosa - MG
42. Esmeralda Tomaz Afonso
R. Pe. Serafin, 283
36570 - Viçosa - MG
43. Fernanda Lessa Freitas Camargo
R. Gal. Osório, 399/503
96100 - Pelotas - RS
44. Flávia Passos Tourinho
R. Gomes Jardim, 104
96490 - Piratini - RS
45. Fresia Susana M. Castellán
R. José Cappini, 106
09700 - São Bernardo do Campo - SP
46. Gisa Maria de Moraes Soares
R. Gal. Osório, 470
06100 - Pelotas - RS
47. Gisèle Maria Costa da Silveira
Av. Domingos de Almeida, 2026
96100 - Pelotas - RS
48. Glacy Olsen
R. Dr. João C. Machado, 869/601
95940 - Arroio do Meio - RS
49. Gladis Terra Teixeira
R. João Manuel, 332/3
98100 - Cruz Alta - RS
50. Helena Maria Kuhn
R. Cristóvão Gomes Andrades, 1129
96180 - Camaquã - RS
51. Helena Rodrigues de Lima
Av. Prof. Andrade Bezerra
53000 - Olinda - PE
52. Helga Maria Heck
Bl. Res. 51 ap. 2151 - UFSM - CAMOBI
97100 - Santa Maria - RS
53. Iracema Noêmia Farina
R. Siqueira Campos, 483
09000 - Santo André - SP
54. Iracema da Silva Schmitt
R. Cel. Genuíno, 280/1001
90000 - Porto Alegre - RS
55. Irná Nazareth C. Rabelo Mendes
SQS 310 Bloco D ap. 404
70363 - Brasília - DF
56. Isabel Waskiewicz
Julio de Castilhos, 1401
95320 - Nova Prata - RS
57. Ivete Arashiro
R. Angela Dusi, 31
09700 - S. Bernardo do Campo - SP
58. Ivone de Almeida Caldas
R. Elesbão de Castro, 711
53000 - Olinda - PE

59. Ivone Stefanello
R. Itararé, 495
99500 - Carazinho - RS
60. Ivonete Tauíres Carneiro
R. Nicolau Pereira, 362
50000 - Recife - PE
61. Izabel Jurack
R. Venâncio lares, 211/ap. 12
99500 - Carazinho - RS
62. Jane Dais da Costa da Cunha
R. Andrade Neves, 769/404
96100 - Pelotas - RS
63. João Luiz Reis e Silva Pereira
R. Elipse Baixa, 22 UFRRJ
96100 - Pelotas - RS
64. Jussara Ney Xavier
Tiradentes, 2832
23460 - Rio de Janeiro - RJ
65. Kátia Corrêa M. Amaral
SQS 413 Bloco G. ap. 107
70296 - Brasília - DF
66. Lena Mara Bender de Souza Soares
R. Conde de Porto Alegre, 570
96100 - Pelotas - RS
67. Léa Neutzling Mauch
R. Mal. Deodoro, 1330/32
96100 - Pelotas - RS
68. Leci Burlamarque
R. Dr. Cassiano, 686
96100 - Pelotas - RS
69. Leda Maria Gago Carpena
R. Sta. Cruz, 987
96100 - Pelotas - RS
70. Lia Dutra de Souza
R. 15 de Novembro, 119
96100 - Pelotas - RS
71. Lia Schwab de Moura
Av. Maryland, 1160/303
90000 - Porto Alegre - RS
72. Lucia Machado Pereira
R. Gal. Osório, 631/205
96100 - Pelotas - RS
73. Lúcia Maria Maffia
R. Fuad Chequer, 47
36570 - Viçosa - MG
74. Luiza Camargo Comassetto
R. Anchieta, 2076/02
96100 - Pelotas - RS
75. Márcia Maria Barbosa de Menezes
R. Oliveira Fonseca, 184 - C. Grande
50000 - Recife - PE
76. Márcia Osório Lemos
R. Fernando Machado, 691/203
90000 - Porto Alegre - RS
77. Marialice Piacentin
R. Floriano Peixoto, 470
13400 - Piracicaba - SP
78. Maria Adamir Gallinde de Aguiar
R. Santa Isabel, 655 - C. Amarela
50000 - Recife - PE
79. Maria Anunciata Antonacci Maia
R. Prof. Felício, 460/302
96100 - Pelotas - RS
80. Maria A. Borges Garcia
Dep. Economia Doméstica - UFC
36570 - Viçosa - MG
81. Maria C. Barbosa Cunha Magnani
R. Andrade Neves, 1237/1
96100 - Pelotas - RS
82. Maria Clarisse Ferreira Gomes
R. Ildefonso Albano, 788
60000 - Fortaleza - CE
83. Maria da Graça Lanzetta Haack
R. Osório, 1276
96100 - Pelotas - RS
84. Maria da Luz Fernandes Pecim
R. Moarim, 62 - Grajaú
20561 - Rio de Janeiro - RJ
85. Maria de Lourdes G. Leite Maia
Av. Boa Viagem, 2434, ap. 804
50000 - Recife - PE
86. Maria Elena Ribeiro Assumpção
R. Alberto Rosa, 827 - Circ. Operário
06100 - Pelotas - RS
87. Maria Eliza Leite Marins
R. Zeferino Pinho, 565/02
50000 - Recife - PE
88. Maria Emilia Regis Amaral
R. Gal. Osório, 1278
95800 - Venâncio Aires - RS

89. Maria Farias Cavalcanti de Amorim
R. Bacuri, 158 - Casa Amarela
50000 - Recife - PE
90. Maria Grácia Pinheiro
UNIV. FED. RURAL DO R.J. - Km. 47
20000 - Rio de Janeiro - RJ
91. Maria Helena Flores D'Agostini
R. 7 de Agosto, 757
99100 - Passo Fundo - RS
92. Maria Helena Gomes Dalmolin
R. Dr. Cassiano, 566 - 1º andar
96100 - Pelotas - RS
93. Maria Isabel Cunha da Silva
R. Andrade Neves, 1225/1
96100 - Pelotas - RS
94. Maria José Barbosa de Carvalho
R. Raul Pompéia, 322
05025 - São Paulo - SP
95. Maria José Nunes dos Santos
R. Siqueira Campos, 483
09000 - Santo André - SP
96. Maria José Quadir S. Braga
Est. Acampamento 1119 - Casa Forte
50000 - Recife - PE
97. Maria Lucia Simonini
R. Arthur Bernardes, 120
36570 - Viçosa - MG
98. Maria L. de Carvalho Castro Reis
Av. Paulista, 671 - cj. res.
Suíço, ap. 1712/17º
01311 - São Paulo - SP
99. Maria Marlene Lucke
R. Felix da Cunha, 776
96100 - Pelotas - RS
100. Maria Otacília Quadros Leon
Caixa Postal 50
Encantado - RS - 95960
101. Maria Regina Cantarelli
Av. Duque de Caxias, 669-A
96100 - Pelotas - RS
102. Maria Stella Ribeiro Amaral
R. Francisco Holanda, 420/05
60000 - Fortaleza - CE
103. Maria Tereza Freitas Loreto
R. Sto. Antônio, 201/202
90000 - Porto Alegre - RS
104. Marilene de Carvalho Macro
Av. Nsa. Sra. do Carmo - CP 58
32500 - Betim - MG
105. Marilene Valente Teixeira
R. Rio de Janeiro, 758
85600 - Francisco Beltrão - PR
106. Marisa Aparecida Fiori
R. Carneiro Leão, 106 - V. Scarpelli
09000 - Santo André - SP
107. Marlene Pedroso de Oliveira
R. Caçapava, 89
09000 - Santo André - SP
108. Marlene Vieira
R. Cel. Etiene Dessaune, 195
29000 - Vitória - ES
109. Mary Ann Murray
R. Sen. Flaquer, 161/81
09000 - Santo André - SP
110. Marta Catarina Boff
R. Mariano Mazzochi, 160
95100 - Caxias do Sul - RS
111. Marta Peixoto Correia
R. Com. Franco Ferreira, 519
50000 - Recife - PE
112. Maximília Nunes dos Santos
R. São Jorge
95320 - Nova Prata - RS
113. Mercedes Ester Beck
R. Caramuru, 884
85500 - Pato Branco - PR
114. Mirian Soares Longaray
R. Pres. Vargas, 134
96180 - Camaquã - RS
115. Miriam Politi
R. Tupixas, 90
03275 - São Paulo - SP
116. Neide Marques Dourado
SQS 310 - Bl. D - ap. 110
70363 - Brasília - DF
117. Neide Thurler de Carvalho
UFRRJ - Antiga Rio SP - km. 47 - R. VW
20000 - Rio de Janeiro - RJ
118. Neli Salete Marcolin
R. Pres. Castelo, 107
89890 - Cunhaporã - SC

119. Nerina Aires Coelho Marques
Av. Bueno Brandão, 172/102
36570 - Viçosa - MG
120. Odila Coser
R. Campos Sales
85600 - Renascença - PR
121. Olga Haliski
R. Julia Wanderley, 721
84100 - Ponta Grossa - PR
122. Regina Célia Melo
SQS 408 - Bl. B - ap. 309
70257 - Brasília - DF
123. Regina Maria Balzano de Mattos
R. Joaquim de Oliveira, 331
96100 - Pelotas - RS
124. Regina Silvia Oliveira Ferreira
R. Guilherme Rocha
60000 - Fortaleza - CE
125. Rita de Cássia Sant'Anna
Av. Santa Rita, 222
36570 - Viçosa - MG
126. Salustiana L. de Souza e Silva
SQS 01 - Bl. D - ed. Baracet - s/502
70309 - Brasília - DF
127. Silvia Lucia Soares Rocha
R. 15 de Novembro, 2223
97500 - Uruguaiana - RS
128. Sinaia Ferreira Ribeiro
R. Gal. Osório, 450/104
96100 - Pelotas - RS
129. Solange Teresinha Laus
R. Cel. Chicuta, 530/21
99100 - Passo Fundo - RS
130. Sônia Monteiro Dias
Dep. Economia Doméstico UFV
36570 - Viçosa - MG
131. Stalina Teixeira de C. Gama
R. Alm. Marques Leão, 638/92
01330 - São Paulo - SP
132. Suzana Garcia Costa
R. 13 de Maio, 71
95700 - Bento Gonçalves - RS
133. Taeko Kanno
R. Mal. Deodoro, 1408/204
96100 - Pelotas - RS
134. Tâmara Barcellos Chaves
R. Joaquim Oliveira
96100 - Pelotas - RS
135. Tânia Maria Lira de Albuquerque
R. Costa Sepúlveda, 457 - Eng^o Meio
50000 - Recife - PE
136. Tânia Maria Lucchese Uriarte
R. S. Francisco, 501 - CP 560
98700 - Ijuí - RS
137. Tânia Maria Muschitz Stinamiglio
Ponte Alta do Norte
89520 - Curitiba - SC
138. Teresinha da Rosa Gonzales
R. Sepé Tiaraju, s/n^o eq. D. Canabarro
97800 - S. Luiz Gonzaga - RS
139. Tereza Revers
R. Tte. Cel. Brito, 643/33
96800 - Santa Cruz do Sul - RS
140. Ir. Theresinha Carvalho Castro
R. Siqueira Campos, 483
09000 - São Paulo - SP
141. Vera Lúcia Pletitsch
R. Giacomo Versolato, 181
09700 - S. B. C. - SP
142. Vera Lúcia da Trindade
Univ. Fed. Rural de Pernambuco
50000 - Recife - PE
143. Vera Regina F. Sturbella
R. Dr. Amarante, 348
96100 - Pelotas - RS
144. Yara Maria Ptzhold Rissone
R. Félix da Cunha, 754
90000 - Porto Alegre - RS
145. Zélide C. Merlo
Bairro Bortot
85500 - Pato Branco - PR
146. Zilma Vieira da Costa
Av. Oscar Pereira, 1220/1018
90000 - Porto Alegre - RS
147. Aisia das Graças M. Thiebaut
R. Adel 11/102
24030 - Niterói - RJ
148. Alda Porto do Amaral
Embrapa n^o 159 - C. Universitário
96100 - Pelotas - RS

149. Alice Fernandes Viana
Pe. Jerônimo da Fonseca, 75
37370 - Campo Belo - MG
150. Amélia Galdino de Carvalho
5 QN 312 - Bl. C. - ap. 107
70000 - Brasília - DF
151. Ana Lúcia Fonseca Parada
R. Mal. Deodoro, 1017
96100 - Pelotas - RS
152. Ana Lucia Xisto
R. Dona Gertrudes, 164
36570 - Viçosa - MG
153. Ana Maria Barbosa
R. XV de Novembro, 411/201
96100 - Pelotas - RS
154. Ana Maria de Paiva
R. Pe. Manuel Rodrigues, 20
36200 - Barbacena - MG
155. Ângela Maria Siqueira Gomes
R. Duque de Caxias, 184
96100 - Pelotas - RS
156. Ângela O. de Figueiredo Cavalcanti
R. 335 - casa 57 - cj. Ceará - 29 etapa
60000 - Fortaleza - CE
157. Antonia Falkowski
Av. Julio de Castilhos, 2543/312
95100 - Caxias do Sul - RS
158. Aparecida Maria Fernandes Costa
R. Cecilia Breves, 302
36660 - Além Paraíba - MG
159. Beatriz Conedera Martinelli
R. Lobo da Costa, 343
96100 - Pelotas - RS
160. Carmen Cristina Lobo Costa
R. Barbara Heliodora, 3672/101
35100 - Governador Valadares - MG
161. Carmen Lúcia Santa Rosa
R. Bambui, 203
30000 - Belo Horizonte - MG
162. Carmem Maria da Rocha Nunes
R. B. Azevedo Machado, 202
96100 - Pelotas - RS
163. Carmem Regina Pindo de O. Segundo
Av. Duque de Caxias, 774
96100 - Pelotas - RS
164. Catarina Sales Pinheiro
R. Dr. Jair de Feitas, 17 - Cel. Borges
29300 - Chachoeira do Itapemerim - ES
165. Catharina Alves Lamas
R. Epaminondas do Amaral, s/nº
29390 - Iuna - ES
166. Celma Rodrigues Larrossa
R. Andrade Neves, 3651
96100 - Pelotas - RS
167. Ceres Maria Torres Bonatto
R. XV de Novembro, 666/902
96100 - Pelotas - RS
168. Cléa Koch
R. Dr. Legendre, 366 - Parobé
Taquara - RS
169. Clélia Cunha Scarpini
R. Duque de Caxias, 1554
90000 - Porto Alegre - RS
170. Cléria Terezinha Bet
R. Pinto Martins, 470/33
96100 - Pelotas - RS
171. Dolores Fedatto
R. Anchieta, 1353/402
96100 - Pelotas - RS
172. Culcinéia de H. Cavalcanti Silva
R. Severiano Jatobé, 75 - Novo Prado
50000 - Recife - PE
173. Elaine Machado Lopes
R. Santa Rosa, 834
97950 - Guarani das Missões - RS
174. Eleonora Moreira Ferreira Costa
Av. Ipiranga, 853/305
90000 - Porto Alegre - RS
175. Eliane Moraes Nogueira
R. Fernandes Vieira, 569/23
90000 - Porto Alegre - RS
176. Eliane Pereira Santiago
R. Tte. Freitas, 116
36100 - Juiz de Fora - MG
177. Élide Minioni
R. Princesa Isabel, 321/202
96100 - Pelotas - RS
178. Elina Ramos Lima Vieira
Av. Leopoldina de Oliveira, 124
38100 - Uberaba - MG

179. Elisa Minioni
R. Princesa Isabel, 321/202
96100 - Pelotas - RS
180. Elisabete de Assis Prado
Av. Fernando Orestes, 40 - casa 1
01000 - São Paulo - SP
181. Eliza Maria Maia Gomes
R. José Vilar, 921
60000 - Fortaleza - CE
182. Elza de Fátima Dias
Av. da Saudade, 36
39710 - Baraúva - MG
183. Ercília Bueno Eassani
R. Lidio Machado, 42
Castelo - ES
184. Estelmar Manica Areo
R. Floriano, 1370/35
97100 - Santa Maria - RS
185. Eva Borges da Silva
QNA 32 - Casa 3 - Taquatinga
72000 - Brasília - DF
186. Eva Leopoldina Cardoso Amorim
R. São Manoel, 53/404
88700 - Tubarão - SC
197. Floreliza Oliveira Thomaz
R. Bandeirantes, 475
96100 - Pelotas - RS
188. Gerusa Rita Leal Souza
R. Sen. Mesquita, 35 - S. Antônio
29300 - Cachoeira do Itapemerim - ES
189. Gladis Quadrado Maciel
R. Gonçalo Chaves, 20
96100 - Pelotas - RS
190. Gláucia Soares da Silva
R. Lobo da Costa, 1607
96100 - Pelotas - RS
191. Guacira Duarte
R. Pinto Martins, 470/33
96100 - Pelotas - RS
192. Heliane Morales Garcia
R. Major Cícero, 154
96100 - Pelotas - RS
193. Heloisa Helena Alves
R. Barão do Butuí, 105
96100 - Pelotas - RS
194. Iara da Silva Añaña
R. Antônio dos Anjos, 605
96100 - Pelotas - RS
195. Irene Pacheco Carvalho Bastos
R. Félix da Cunha, 715
90000 - Porto Alegre - RS
196. Isa Maria Meira Rocha
Univ. Fed. Rural de Pernambuco
50000 - Recife - PE
197. Joana Darc de Souza
R. Silvestre, 121
36570 - Viçosa - MG
198. Joana D'Arc Monteiro Ribeiro
Praça Pio XII, 75
36227 - Piedade do Rio Grande - MG
199. Jorcelina Maria Ribeiro
R. Vereador José Manoel, 37
36525 - Quiricema - MG
200. Judite Rosalba Boff
R. Antônio Broilo, 330 - Cruzeiro
95100 - Caxias do Sul - RS
201. Lady Botelho
R. 1, nº 23 - B. de Lourdes
36520 - Visc. do Rio Branco - MG
202. Lani Walcélia Cipriano
R. Peçonha, 814
35100 - Gov. Valadares - MG
203. Laura Morales
R. Ferreira Viana, 415
96100 - Pelotas - RS
204. Leda Maria Dias Cardoso
CP 10 - EMATER
96570 - Caçapava - RS
205. Leila Hadler
R. Antonio dos Anjos, 879
96100 - Pelotas - RS
206. Leony Alfino
R. Andrade Neves, 2853/4
96100 - Pelotas - RS
207. Lia S. V. de Matos
Av. Assis Brasil, 606
96100 - Pelotas - RS
208. Lígia Osório Coelho
R. Gonçalves Chaves, 3550
96100 - Pelotas - RS

209. Lorena Jahnke da Fonseca
R. Mal. Deodoro, 1049
96100 - Pelotas - RS
210. Lorena M. Nardello
R. Mal. Deodoro, 1137
96100 - Pelotas - RS
211. Lourdes Maria Galli
R. Gen. João Manoel, 207/161
90000 - Porto Alegre - RS
212. Lúcia Tokiko Takeshita
R. Benjamin Constant, 1252
87100 - Maringá - PR
213. Luzia Costa de Souza
SQN 106 - Bl. C/107
70000 - Brasília - DF
214. Luzia Rami Kudo
R. Pres. Vargas, 26
79800 - Dourados - MT
215. Magna de Oliveira B. Almeida
R. Flack 32/201
20960 - Rio de Janeiro - RJ
216. Malô Simões Lopes Ligocki
SQS 313 - Bl. A - ap. 203
70000 - Brasília - DF
217. Márcia de Fátima Alexandre
R. Duque de Caxias, 79
38700 - P. Minas - MG
218. Margot Helms
R. Maestro de Jalma do Carmo, 544
26500 - Nilópolis - RJ
219. Maria Auxiliadora R. Pereira
R. José do Patrocínio 327/102
96100 - Pelotas - RS
220. Maria das Dores S. dos Santos
Col. Agrícola "Benjamin Constant"
49100 - São Cristovão - SE
221. Maria Elisabeth Irigon Gervini
R. Félix da Cunha, 557/32
96100 - Pelotas - RS
222. Maria Elisabeth da Silva
Av. Pedro de Toledo, 330
12500 - Guaratinguetá - SP
223. Maria de Fátima Rabassa Hax
Av. Fernando Osório, 7378
96100 - Pelotas - RS
224. Maria Laura Sica Canez
R. Espírito Santo, 382/301
90000 - Porto Alegre - RS
225. Maria das Graças G. Marinho
R. Barão da Conceição, 155
96100 - Pelotas - RS
226. Maria Helena Torres Nieldel
R. Santa Cruz, 970
96100 - Pelotas - RS
227. Maria Inez Barbosa Tust
R. Barão do Butuí, 78
96100 - Pelotas - RS
228. Maria J. Chaves de Moraes
Conj. Castelo Branco Q H 217
60000 - Fortaleza - CE
229. Maria Lúcia de Holanda Melo
R. Cel. Pedro Osório/Sulbanco/173
96100 - Pelotas - RS
230. Maria da Luz Almeida Camargo
R. José Brusque, 36/408
96100 - Pelotas - RS
231. Maria de Jesus Silva
R. Arlindo Nogueira, 802/Sul
64000 - Teresina - PI
232. Maria Nancy Candia Gonçalves
R. Lobo da Costa, 780/203
96100 - Pelotas - RS
233. Maria Nazareth Santos Monteiro
Pça. São Benedito, 50
29930 - São Mateus - ES
234. Maria Perpétuo da Fonseca
R. Dores do Indaiá, 222
38700 - Patos de Minas - MG
235. Maria Rosane Guidotti
Av. Duque de Caxias, 1177/202
96100 - Pelotas - RS
236. Maria Alice Oliveira Dias
R. do Carmo, 58
38100 - Uberaba - MG
237. Maria Aparecida Lopes
R. Luiz Megale, 26
36570 - Viçosa - MG
238. Maria Beatriz dos Santos
Alojamento Feminino UFV
36570 - Viçosa - MG

239. Maria da Conceição Barros
Av. Ovídio Ferraz, 970
36590 - S. Miguel do Anta - MG
240. Maria da Conceição Ribeiro
Campus UFPEL, Casa 78
96100 - Pelotas - RS
241. Maria Consuelo Landim
R. Justiniano de Serpa, 16
60000 - Fortaleza - CE
242. Maria das Dores S. dos R. Santos
R. Bahia, 998
49 000 - Aracajú - SE
243. Maria de Fátima Caliarí
Pça. Pedro I, 60 - 1º andar
29700 - Colatina - ES
244. Maria da Graça Alcântara Brod
Av. Domingos de Almeida, 779/401
96100 - Pelotas - RS
245. Maria da Graça Lima Bragança
R. Teófilo Otoni, 806/201
35700 - Sete Lagoas - MG
246. Maria da Graça Ramos
R. Marcílio Dias, 1802
96100 - Pelotas - RS
247. Maria de Lourdes Lima Barros
Aloj. Feminino, ap. 219
36570 - Viçosa - MG
248. Maria do Carmo C. Aroeira
R. Limoeiro, 184 - Nova Suíça
30000 - Belo Horizonte - BH
249. Maria do Carmo S. Rodrigues
R. Min. Gabriel Ramos, 222/102
36300 - São João - MG
250. Maria do Carmo T. Cardoso
R. Otávio A. de Oliveira
97100 - Santa Maria - RS
251. Maria do Socorro Medeiros
R. Dr. José Lourenço, 2371
60000 - Fortaleza - CE
252. Maria das Graças O. da Silva
R. D. Francisco Barreto, 153
96100 - Pelotas - RS
253. Mariangel Victoria Celente
R. Santa Cruz, 2797/102
96100 - Pelotas - RS
254. Marildes Gomes da Silva
R. Mal. Deodoro, 190
36950 - Ipanema - MG
255. Marília Galvão
R. Otávio Carneiro, 126/603
24000 - Niterói - RJ
256. Mariluce Oliveira Chagas
R. Anchieta, 534
96100 - Pelotas - RS
257. Marlena de Matos Farias
R. Alberto de Brito, 927
58000 - João Pessoa - PB
258. Marlise H. Steimetz
R. Nereu Ramos s/nº CP 100
89800 - Chapecó - SC
259. Marly Lopes Viana
R. Papa João XIII, 137
36570 - Viçosa - MG
260. Martha Wiener Vasconcellos
R. Santa Cruz, 2096
96100 - Pelotas - RS
261. Mary Luci Ribas
R. Anchieta, 1991/15
96100 - Pelotas - RS
262. Miriam Martins Almeida
R. Guarani, 116
98930 - Tucunduva - RS
263. Naira Lúcia Oliveira Garcia
Av. Duque de Caxias, 113
96100 - Pelotas - RS
264. Nanci dos S. Lauro
Dep. de Economia Doméstica
36570 - Viçosa - MG
264. Nazir Cogno Rocha
R. 3 de Maio, 856
96100 - Pelotas - RS
266. Neila Araujo Neves
Conj. Agrotec. Visc. da Graça
96100 - Pelotas - RS
267. Nelsi Bernadete Agnes
R. Mal. Deodoro, 442/201
96100 - Pelotas - RS
268. Nídice Maria Porciuncula Valente
R. Tomas Flores, 91
96610 - Encruzilhada do Sul - RS

269. Nilve Maria Neubuse Heck
B. de Sta. Tecla, 1295/21
96100 - Pelotas - RS
270. Nórís Fonseca
R. Mal. Deodoro, 417
96100 - Pelotas - RS
271. Norma da Costa Rochedo
R. Gen. Telles, 563
96100 - Pelotas - RS
272. Núbia Berny Mauch
R. Barão de São Luiz, 72 - Fragata
96100 - Pelotas - RS
273. Olinda Marisa Morales
R. Paisandu, 1993/203
99100 - Passo Fundo - RS
274. Pedro Hiromasa Osawa
Av. do Planalto, 38
63500 - Iguatu - CE
275. Raimunda Nascimento da Silva
Ol 3 cj. D casa 25 Guara I
71000 - Brasília - DF
276. Regina Coeli Costa Santana
R. Vinicius de Moraes, 237
36570 - Viçosa - MG
277. Regina Helena C. de Carvalho
R. Visc. de Pirajá, 121/402
20000 - Rio de Janeiro - RJ
278. Regina Helena Rodrigues Gonçalves
Pas. Artur Oliveira, 60 - Cohab
96100 - Pelotas - RS
279. Regina Maria Andrade
R. Anchieta, 1373/102
96100 - Pelotas - RS
280. Rita Cristina Tristão
R. Pe. Serafim, 343-A
36570 - Viçosa - MG
281. Rita de Cássia Zanúncio
Caixa Posta 44
29360 - Castelo - ES
282. Rosa Lúcia Hallal Duval
Pça. Júlio de Castilhos, 379/302
96100 - Pelotas - RS
283. Rosa Maria Pagani
Av. Vitória, 570
29830 - Nova Venécia - ES
284. Rosa Maria Porto do Amaral
EMBRAPA, 159
96100 - Pelotas - RS
285. Rosa de Oliveira Treptow
R. XV de Novembro, 1367
96100 - Pelotas - RS
286. Rosena Alves Pires
Col. Econ. Doméstica Rural
58800 - Sousa - PB
287. Sandra Mara Silva Oliveira
R. Santa Tecla, 1355/32
96100 - Pelotas - RS
288. Sandra Maria de Araújo La-Gatta
R. Getúlio Vargas, 380 - Barra
36880 - Muriaé - MG
289. Sandra Regina Almeida
B. Sta. Tecla, 1275 A/44
96100 - Pelotas - RS
290. Sandra R. Britto de Oliveira
R. Anchieta, 34/96
96100 - Pelotas - RS
291. Silvana de Castro Fonseca
Praça I nº 51
35700 - Sete Lagoas - MG
292. Silvia Helena Melo Bonilha
R. Maria Simões de Souza, 173
19100 - Presidente Prudente - SP
293. Sônia Ferreira
R. B. Sta. Tecla, 1285/31
96100 - Pelotas - RS
294. Sônia Maria Camacho
R. Cláudio Manoel da Costa, 1070
96100 - Pelotas - RS
295. Suzana Lanzetta
R. Tupaendi, 335
96100 - Pelotas - RS
296. Suzana dos Santos
R. Artur Hamaister, 94-A
96100 - Pelotas - RS
297. Tais Mari Neutzling
R. Francisco Ferreira Veloso, 184
96100 - Pelotas - RS
298. Tânia Barbosa C. de Araújo
R. Tijipió, 135
60000 - Fortaleza - CE

299. Tânia Elisa Morales Garcia
R. Nsa. Sra. Aparecida, 250
96100 - Pelotas - RS
300. Tânia Mara Nogueira
R. Tucunduva, 670 CP 67
98920 - Horizontina - RS
301. Teresinha Maria Boff Giofis
R. João Telles, 1315
96400 - Bagé - RS
302. Terezinha Andrade de Oliveira
R. Pe. Carapuceiro, 537B. - Boa Viagem
50000 - Recife - PE
303. Terezinha de Jesus V. Bidese
B. de Sta. Tecla, 135/A 41
96100 - Pelotas - RS
304. Therezinha C. D'Almeida Vitor
SHIGN 709 Bl. K casa 21
70750 - Brasília - DF
305. Traude Cibelistein
R. D. Pedro II, 657
96100 - Pelotas - RS
306. Valéria Andrade Sellas
R. Nsa. Sra. Aparecida, 321
96100 - Pelotas - RS
307. Valmir Lopes Laranjeiras
Av. Duque de Caxias, 1712/3
78900 - Porto Velho - RO
308. Vani Soares da Fonseca
R. Gervásio Alves Pereira, 240
96100 - Pelotas - RS
309. Vera Maria Aguiar
R. Cel. José Dulce, 78 - CREC 07
78700 - Cáceres - MT
310. Vera Regina Braga Maurício
R. Gonçalves Chaves, 3448
96100 - Pelotas - RS
311. Vilma Ávila Vianna
R. Armando Sica, 55
96100 - Pelotas - RS
312. Wilma Lúcio de Paiva
Fazenda Liberdade
36580 - Pedra do Anta - MG
313. Yumiko Yokoyama
Av. Cidade de Lisada, 1950
96100 - Pelotas - RS
314. Zilma Rosely de Souza
R. Anita Garibaldi, 621
19400 - Pres. Wenceslau - SP
315. Anita Maria Wilhelm
R. Anchieta, 946/201
96100 - Pelotas - RS
316. Carmem Maria Zanetti Caruccio
Av. Fernando Osório, 1173
96100 - Pelotas - RS
317. Elia Ritter
R. Tiradentes, 2821
96100 - Pelotas - RS
318. Eliane Barbosa Vinhas
R. Paulo Marques, 15
96100 - Pelotas - RS
319. Elizabeth Correia da Silva
R. Gonçalves Chaves, 955
96100 - Pelotas - RS
320. Eloiza Matter
R. Santo Antônio, 291/201
90000 - Porto Alegre - RS
321. Hebe Bergoglio Poetsch
Pça. Cel. Pedro Osório, 158/73
96100 - Pelotas - RS
322. Helena Meinerz
R. Anchieta, 946/201
96100 - Pelotas - RS
323. Iara Maria C. Della Senta
Ql 11 cj. 7 - casa 10 - Lago Sul
71600 - Brasília - DF
324. Jandira Rosa do Nascimento
R. Vieira Ferreira, 226 - Casa 1
21041 - Rio de Janeiro - RJ
325. Jane Fonseca Bertoldi
R. B. Sta. Tecla, 811
96100 - Pelotas - RS
326. Kátia Berenice C. dos Santos
Pça. Cel. Pedro Osório, 5/51
96100 - Pelotas - RS
327. Lanemari Antunes Vahl
R. Vicente Russomano, 434
96100 - Pelotas - RS
328. Lúcia Duarte Kessler
R. Márcio Dias, 325/10
96100 - Pelotas - RS

329. Maria Adelaide Camacho
R. B. Sta. Tecla, 1180-A/42
96100 - Pelotas - RS
330. Maria Eugenia Gomes
R. Gal. Osório, 1412
96100 - Pelotas - RS
331. Maria de Fátima L. Andrade
Aloj. Feminino apt. 205
36570 - Viçosa - MG
322. Maria de Lourdes Figueiredo
Univ. Fed. Rural PE - Dep. C. Dom.
50000 - Recife - PE
333. Ir. Maria do Carmo da Silva
Esc. Sup. Ciências Dom. E. Rural
12600 - Lorena - SP
344. Maria Ligia Rodrigues
Aloj. Feminino apt. 103 UFV
36570 - Viçosa - MG
335. Maria Orlanda Carneiro da Frada
Esc. Sec. Dom. Luiz de Castro
Braga - Portugal
336. Maria Rosa Nogueira Duarte
As. Port. Ed. p/Econ. Familiar
Braga - Portugal
337. Maria Terezinha F. de Oliveira
R. Laudelino Freire, 72 - Cohab
96100 - Pelotas - RS
338. Marilinda R. da Silva
R. Dr. Cassiano, 595
96100 - Pelotas - RS
339. Maris Elena Farias
R. Alberto Pasqualini, 1041
96100 - Pelotas - RS
340. Myriam de Oliveria Fernandes
Dep. Econ. Doméstica - UFV
36570 - Viçosa - MG
341. Norma Teresa Nodari
Av. dos Imigrantes, 529
95250 - Antônio Prado - RS
342. Olívia Maria Marta de Faria Salviano
SHCGN - nº 716 BI P - casa 4
70000 - Brasília - DF
343. Regina Haydeé G. de Lima
R. Barroso, 3096
96100 - Pelotas - RS
344. Rosângela Nachtigall
R. Pinto Martins, 490/41
96100 - Pelotas - RS
345. Seloy Halfen
R. Andrade Neves, 633
96100 - Pelotas - RS
346. Sílvia Alves Fernandes
R. Bento Martins, 406
96100 - Pelotas - RS
347. Sueli Norma Zanon Citon
Av. Rio Branco, 364
95250 - Antônio Prado - RS
348. Takako Omoto
R. Mal. Deodoro, 666/91
80000 - Curitiba - PR
349. Vera Maria Coelho
R. XV de Novembro, 411/201
96100 - Pelotas - RS

CONVIDADOS

1. Adail Moraes
Legião Brasileira de Assistência
Porto Alegre
2. Carlos Alberto Chiarelli
Deputado Federal/RS - P. Alegre
3. Dercy Furtado
Deputada Estadual/RS - P. Alegre
4. Eunice Mafalda Michiles
Senadora - Brasília/DF
5. Ignacio Ansorena
Instituto Interamericano de Ciências
Agrícolas - Costa Rica
6. José Gomes da Silva
Associação Brasileira de Reforma Agrária
- Campinas/SP
7. Maria Orlanda C. de Prada
Escola Secundária D. Luiz de Castro
Braga - Portugal
8. Maria Rosa N. Duarte
Associação Portuguesa de Educação para
Economia Familiar
Braga - Portugal
9. Valmir Lopes Laranjeiras
EMATER - Rondônia

- | | |
|--|--|
| <p>10. Jan Hurwitch
Comite Institucional de la Mujer Rural
IICA - OEA</p> <p>11. Eleonora Cebotarev
Universidade de Guelph - Canadá</p> <p>12. Jair de Oliveira Soares
Ministro da Previdência e Assistência Social
Brasília/DF</p> <p>13. José Santochene Felice
Porto Alegre</p> <p>14. Mabel Cordini
Embaixada do Uruguai</p> | <p>15. Mario Osório Marques
FIDENE - Ijuí</p> <p>16. Tânia Barbosa Cabral de Araújo
Universidade Federal do Ceará</p> <p>17. Juan Diaz Bordenave
Instituto Interamericano de Ciências
Agrícolas - OEA</p> <p>18. Jorge Alberto Furtado
Ex-Secretário Geral do Ministério
do Trabalho</p> <p>19. Ernesto Costella
Diretor do Instituto de Orientação
às Coop. - INOCOOPS/RS</p> |
|--|--|
-

Colaboradores do V Congresso Nacional de Ciências Domésticas

- | | | |
|--|--|--|
| <p>1. A. Martins Ramos — Livraria Mundial</p> <p>2. Agapê S/A. Indústria da Alimentação</p> <p>3. Angelo Hadler & Cia. Ltda.</p> <p>4. Arrozera Meridional Ltda.</p> <p>5. ABEAS — Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior</p> <p>6. Banco do Brasil S/A.</p> <p>7. Banco Brasileiro de Descontos S/A.</p> <p>8. Comercial Trilho Otero S/A.</p> <p>9. Com. Implementos, Motores e Máquinas Agrícolas Ltda. — CIMMA</p> <p>10. Cia. Geral de Acessórios — CGA</p> <p>11. Cia. Souza Cruz — Indústria e Comércio</p> <p>12. Cooperativa Regional Sudeste de Carnes Ltda.</p> <p>13. Curtume Santa Fé S/A.</p> <p>14. Domingos Casarin & Cia. Ltda.</p> <p>15. Dias, Ferreira & Cia. Ltda.</p> <p>16. Editora Aimara</p> <p>17. F. C. Lang Ltda.</p> <p>18. Hadler — Artefatos de Couro Ltda.</p> <p>19. Haertel S/A.</p> <p>20. Incomade S/A. Indústria e Co-</p> | <p>mércio de Madeiras</p> <p>21. Indústria de Conservas Mello Ltda.</p> <p>22. Indústria Luschinger Madorin S/A.</p> <p>23. Indústria Rio-grandense de Óleos Vegetais Ltda. IRGOVEL Ltda.</p> <p>24. IICA — Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas/OEA</p> <p>25. Isabela S/A. Produtos Alimentícios</p> <p>26. Joaquim Oliveira S/A.</p> <p>27. Kasper & Cia. Ltda.</p> <p>28. Kleivo — Importadora de Equipamentos para Escritório Ltda.</p> <p>29. Yurgel S/A. — Indústria e Comércio</p> <p>30. Livraria Princesa do Sul</p> <p>31. Refrigerantes Sul Rio-grandense S/A. Indústria e Comércio</p> <p>32. Sociedade Café 35 Ltda.</p> <p>33. SPS — Publicidade Ltda.</p> <p>34. Suprarroz S/A. — Indústria e Comércio</p> <p>35. Universidade Federal de Pelotas</p> <p>36. Universidade Federal de Viçosa</p> <p>37. Transportes Aéreos VASP</p> | <p>38. Panambra Sul-rio-grandense S/A.</p> <p>39. Artur Lange S/A. Indústria e Comércio</p> <p>40. EFETUR - Agência de Turismo Ltda.</p> <p>41. Schumann e Cia. Ltda.</p> <p>42. DAGEL - Distribuidora de Alimentos Gelados Ltda.</p> <p>43. Bertoldi Becker S/A.</p> <p>44. COENCO S/A.</p> <p>45. Metalúrgica Matarazzo S/A.</p> <p>46. DIMAPE - Distribuidora de Máquinas Agrícolas Pelotas.</p> <p>47. SILTRANS Transportes.</p> <p>48. Comercial Lamas, Silva e Cia.</p> <p>49. Cooperativa Arrozera Extremo Sul.</p> <p>50. Sociedade Mineira de Economistas Domésticos.</p> <p>51. HOLBRA - Produtos Alimentícios Participação Ltda.</p> <p>52. Distribuidora de Bebidas e Produtos Alimentícios - RIBATEJO.</p> <p>53. Nilo Beiro e Cia. Ltda.</p> <p>54. PEPSICO - Produtos Alimentícios e Refrigerantes Ltda.</p> <p>55. Vicente Rizzolo e Cia. Ltda.</p> <p>56. Comercial Pelotense de Artesanato Ltda.</p> |
|--|--|--|

IICA

Editado pelo Escritório
do IICA no Brasil

Capa: Hilton da Fonseca Ramos Junior

Fotolito e Impressão



PRISMA INDUSTRIAL GRÁFICA LTDA.
Rua Cáceres, 83 - Jacaré
Tel.: 261-8157 - Rio de Janeiro - RJ

